

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

ANAIIS
DO
MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

VOLUME XXIV



1973

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA



ANAIIS
DO
MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

VOLUME XXIV



1973

BIBLIOTECA DO M.H.N.
EXEMPLAR RESERVA

542

8.12.1978

ÍNDICE

Da Inconfidência à Independência — <i>Herculano Gomes Mathias</i>	5
A Primeira Ordem se Estabelece no Brasil — <i>Frei Venâncio Willeke</i> <i>OFM</i>	19
A Coroa de Portugal — <i>Augusto Maurício</i>	43
Um Presente Régio — <i>Gilda Marina de Almeida Lopes</i>	51
Relatório sobre a Restauração do Quadro "Sagração e Coroação de D. Pedro I" Prof. Jean Baptiste Debret — 1828 — <i>Nicolau Del</i> <i>Negro</i>	67
O Centenário Natalício de Dom Pedro II, nos Jornais do Rio de Janeiro, em dezembro de 1925 — <i>Prof. Affonso Celso Villela de</i> <i>Carvalho</i>	75
Autógrafos de Vespasiano Ramos — <i>Cursino Raposo</i>	109
O Documento e o Sonho — <i>Fábio Freixeiro</i>	157

DA INCONFIDÊNCIA À INDEPENDÊNCIA

HERCULANO GOMES MATHIAS

Chefe da Divisão de Documentação e Divulgação

Dramática era situação das minas do Brasil ao findar o século XVIII. Enquanto a extração de ouro e dos diamantes decrescia assustadoramente, as autoridades do Reino queriam apelar para medidas violentas, no sentido de manter as quotas anuais a que se julgavam com direito e que haviam sido fixadas nos anos de abundância. As chamadas *derramas* apavoravam os colonos, a braços com dívidas imensas e sem possibilidade de liquidá-las.

O desembargador José João Teixeira, da Relação do Porto, que residira alguns anos na Capitania de Minas Gerais, escreveu, em 1780, uma «Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais» onde defendeu a tese de que era preciso, antes de tudo, socorrer os mineiros, ou seja, aqueles que viviam da extração do ouro. No seu entender a ruína das minas acarretaria, pelas consequências, a decadência econômica não apenas do Brasil mas do próprio Reino. «Todos os interesses — escreveu ele — que deixo indicados, dependem da conservação dos mineiros, como fica dito e esta conservação é incompatível com os lançamentos da derrama; porque se ela se lançar há de ser preciso cobrar-se pelos fundos dos habitantes de Minas. Estas consequências, que resultam da cobrança exata da derrama, vão abalar os alicerces que sustentam o peso dos interesses do Estado».

Dessa opinião participava, também, João Manuel de Siqueira, presbítero secular e professor régio de Filosofia Racional de Cuiabá e membro da Real Academia das Ciências de Lisboa que, em *Memória* enviada à referida Academia sobre a decadência das três Capitanias (Minas, Mato-Grosso e Goiás) das Minas e os meios de a reparar, escrita em 1802, assim se expressou: «Sendo as Capitanias de Minas no Brasil o principal nervo do comércio das Capitanias de beira-mar e ainda mesmo um dos fulcros do

Estado pelo precioso e primário metal que se extrai das entranhas da terra são, contudo, estas Capitanias centrais mais infelizes que as outras. As Capitanias de beira-mar, com as suas importações e exportações florescem e as de minas, que só exportam o ouro, se vêm, hoje em dia, em grandíssima decadência porque este tirado uma vez e removido para beira-mar nada fica senão alguns escravos e fazendas que nela se consomem».

Diante disso, pode-se facilmente calcular o desespero que lavrava no Brasil, principalmente na Capitania de Minas, onde uma grande era de opulência, uma verdadeira Idade de Ouro, dera lugar a uma fase de dificuldades, aperturas, miséria e falta de crédito. Sem ter para quem apelar e temendo, acima de tudo, o fantasma da derrama, não seria de estranhar que idéias avançadas surgissem naquele ambiente.

Para ajudar a precipitar os acontecimentos, ocorrera a rebelião vitoriosa da chamada América Inglesa que resultou no estabelecimento da República dos Estados Unidos da América. As notícias desse sucesso, apesar das restrições da época, logo chegaram ao conhecimento dos desesperados habitantes das serras mineiras. Com a Inconfidência, ideologicamente vinculada ao movimento emancipador norte-americano, dava-se, por assim dizer, a partida para a definitiva libertação nacional.

Em fevereiro de 1789, um grupo de cavaleiros, entre os quais se destacava a figura de um dos ajudantes-de-ordens do Visconde de Barbacena, Governador de Minas Gerais, o Tenente-Coronel João Carlos Xavier da Silva Ferrão, tio de Maria Dorotéia Joaquina de Seixas — a Marília de Dirceu — ouviu com espanto as seguintes exclamações proferidas por um dos presentes: «Que delicioso País! Que Império não seria esta América!...»

O personagem que ousava pronunciar tais palavras diante de uma autoridade, embora nascido em Portugal, deixaria um nome singularmente detestado — Joaquim Silvério dos Reis, o primeiro dos delatores da epopéia mineira.

Trinta anos depois, ao despedir-se de seus confrades da Academia de Ciências de Lisboa, José Bonifácio de Andrada e Silva, o futuro Patriarca de nossa Independência, se expressaria quase da mesma maneira: «Consola-me igualmente a lembrança de que da vossa parte pagareis a obrigação em que está todo Portugal para com a sua filha emancipada, que precisa de por casa, repartindo com ela de vossas luzes, conselhos e instruções. E que país este, senhores, para uma nova civilização e para um novo assento de ciências. Que terra para um grande e vasto Império!»

Este discurso foi pronunciado em 24 de junho de 1819, Joaquim Silvério dos Reis, o traidor da Conjuração Mineira, fale-

cera em fevereiro desse mesmo ano, pobre e miserável, na cidade de São Luís do Maranhão.

Voltemos, porém, aos sucessos de 1789.

Enquanto corria no Rio de Janeiro o processo da Inconfidência, então sob as vistas do Tribunal de Alçada especialmente constituído com a presença de três magistrados do Reino, desembarcava, em 1791, vindo da Europa, o médico mineiro Antônio Teixeira da Costa, que se destinava à Vila do Príncipe, atual Cidade do Serro, onde iria clinicar. Sua bagagem foi confiada ao condutor de tropas, João Batista Condé. Por exigência dos registros de fiscalização do Caminho Novo, torna-se necessária a apresentação do manifesto de cargas. O jovem médico redigiu escrupulosamente a relação dos livros que levava em vários caixotes para as montanhas de Minas, recém-abaladas pelos sucessos da Conjuração. Entre as obras e autores que arrola figuram — Voltaire, com 10 volumes; Montesquieu, Rousseau, o abade Raynal e, pelo título: «Cartas da América» e «História da América». Esses livros e autores proibidos seguiram sem tropeços a viagem no lombo das mulas, graças à ignorância dos fiscais do Registro de Paraibuna e foram produzir seus frutos nos remotos sertões mineiros pois o Dr. Antônio Teixeira da Costa, trinta anos depois, seria escolhido deputado às Cortes de Lisboa, para onde se recusou a partir, como os demais colegas de Minas e tomaria parte ativa no movimento de protesto contra as restrições aos direitos dos brasileiros já empenhados, na ocasião, em sua luta pela Independência. O documento original situa-se na coleção da Casa dos Contos, do Arquivo Nacional, e consta de publicação feita, em 1966, por essa Instituição.

Os estudantes brasileiros formaram desde cedo no movimento pela libertação nacional. Ao chegarem à Europa, compreendiam facilmente que já não era possível esperar muito tempo pelo dia da Separação. O exemplo da América era recente e merecia ser imitado. Surgem os nomes de José Joaquim da Maia, José Mariano Leal, José Álvares Maciel, Domingos Vidal de Barbosa Laje e outros. As autoridades começam a preocupar-se. Os estudantes são tidos como suspeitos. Eles e os comerciantes do Rio de Janeiro eram considerados conspiradores natos. Viajantes que aqui estiveram na época da Inconfidência dão claro testemunho do descontentamento reinante, sobretudo no seio do comércio do Rio de Janeiro, prejudicado diretamente pela situação de decadência das Minas. John Barrow, por exemplo, autor da «Viagem à Cochinchina», passou pelo Rio de Janeiro em 1792, ano da execução de Tiradentes e relata as queixas de um dos principais homens de negócio aqui estabelecido e com quem lhe foi possível falar a sós: «Ele queixou-se amargamente da opressão que os habitantes da

América do Sul sofriam da mãe-pátria; que os monopólios, as proibições e os impostos tinham estagnado o comércio, impedindo a agricultura, destruído o espírito de iniciativa e acreditava que a insatisfação se tinha tornado tão geral, pelo vulto dos encargos e pelas restrições a que eram obrigados a submeter-se, que não ficaria surpreso se fossem levados ao extremo, como seus irmãos da parte norte do mesmo continente, a sacudir o jugo de Portugal e conseguir a própria Independência».

Barrow tirou suas conclusões: «Não resta dúvida que um homem de habilidade, de espírito e reputação podia, neste momento, agir facilmente sobre eles e proclamar a Independência». (John Barrow — *Viagem à Cochinchina* — edição inglesa — 1806 — págs. 101/102 e 127).

Enquanto isso não ocorria, os vice-reis fiscalizavam rigorosamente os estrangeiros que aqui desembarcavam, pondo-lhes nos calcanhares soldados que os acompanhavam como a própria sombra.

O exame dos interrogatórios constantes dos «Autos de Devassa», no que toca às idéias de libertação, contêm indagações curiosas: fazia-se a seguinte pergunta — «No caso de chegar ao Rio de Janeiro uma Armada Francesa para conquistar a colônia, que partido se deveria tomar em tal caso. O dos portugueses ou a confraternização com o invasor?» Chegou-se ao ponto de mencionar que havia cinquenta casas reservadas para hospedá-los como amigos.

Pouco depois da Inconfidência, curioso episódio de uma carta anônima envolveu o Juiz de fora Baltazar da Silva Lisboa, que assistira ao suplicio de Tiradentes. O Vice-Rei, Conde de Resende, sempre desconfiado, rompeu, algum tempo depois, com o representante do Senado da Câmara e conseguiu afastá-lo do Rio de Janeiro. A carta, cujo original faz parte do acervo do Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, continha várias passagens dignas de citação: «Amigo. Querendo expor-te os meu cuidados necessito da tua atenção e Filosofia; se pensas como tal, e qual eu unicamente considero nosso País capaz de uma empresa da maior glória. Eu estou só. Com outro não consultei. Comunico-te a minha lembrança e a felicidade deste País, a liberdade da Pátria, e para o conseguir, o único meio». «O México, o Peru e o Brasil hão de parar em Costa da Índia se os seus habitantes não olharem por si: a soberba tirania nada vê mais que os seus sórdidos interesses e há de acomodar-se com a sua fraqueza. O Amor da Pátria me transporta. Por ela darei a vida e faço voto a Deus de ajudá-la com as minhas forças. Vejo-te único e capaz, se o adotas, de executar o meu pensamento.»

A carta fora entregue a Baltazar da Silva Lisboa pelo negociante Jerônimo Teixeira Lobo que a recebera, entre outras desti-

nadas ao Juiz de Fora e que tinham chegado de Portugal no navio «Pedra». Do inquérito instaurado nada se apurou embora o Desembargador Coutinho, designado para presidi-lo, lançasse, sobre o próprio Baltazar, suspeitas de ter forjado o singular documento.

Em 1794, anos depois do epílogo da Conjuração de Minas, efetuam-se no Rio de Janeiro algumas prisões e abre-se outra devassa. São detidos alguns sócios da Sociedade Literária, criada no tempo do Vice-Rei Luís de Vasconcelos e que tivera o funcionamento autorizado por seu sucessor, o Conde de Resende.

Na Inconfidência Mineira o crime alegado foi a resolução de seguir o exemplo de libertação dado pelas Treze Colônias americanas que se tinham rebelado contra o domínio da Inglaterra. Quando se deram as primeiras prisões, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, nem sequer havia sido tomada a Bastilha, fato que só ocorreu a 14 de julho de 1789. Na devassa da Sociedade Literária, contra a qual agiu, em 1794, o Vice-Rei Conde de Resende, predominavam as influências francesas. Como o próprio título do processo judicial indicava, a preocupação do governo português era apurar a infiltração das idéias subversivas decorrentes da Grande Revolução: «Devassa a que mandou proceder o Ilustríssimo e Excelentíssimo Vice-Rei do Estado do Brasil, para se descobrirem por ela as pessoas, que com escandalosa liberdade, se atreviam a envolver em seus discursos matérias ofensivas da Religião e a falar nos negócios públicos da Europa, com louvor e aprovação ao sistema atual da França e para conhecer-se se entre as mesmas pessoas havia algumas que, além dos ditos escandalosos discursos se adiantassem a formar ou insinuar algum plano de Sedição». (*Anais da Biblioteca Nacional* — Vol. 61).

Ao exemplo da América Inglesa juntava-se, assim, em 1794, o da França, e com grande espanto apuravam as autoridades que havia quem tivesse declarado «que os fidalgos de Portugal todos eram uns ladrões e o Rei também e que isto não levaria volta enquanto não chegassem ao Brasil as novas leis da França, pois que estas eram santas e justas fazendo os bens comuns e não admitindo fidalgos». (Depoimento de Manuel Pereira Landim — *Anais da Biblioteca Nacional* — Vol. 61, p. 272).

As autoridades não aprovavam a idéia de estudarem os brasileiros fora dos domínios de Portugal. Uma testemunha dessa mesma devassa externou o que pensavam a respeito os reinóis: «e em outra ocasião me disse que os estudantes que iam estudar fora do Reino em sua opinião se não deveriam aqui consentir.» (Depoimento de Diogo Francisco Delgado in op. cit. p. 259).

Segundo Manuel Quirino — «o governo português procurava despachar para cargos públicos em Portugal os moços brasileiros que iam completando o curso, sendo que os nascidos em Portugal eram despachados para o Brasil». Assim se resolvia comodamente

a questão. Tendo observado esse fato os estudantes foram levados, anos mais tarde, a reagir, conforme assinala o mesmo autor — «em continuadas palestras ficou assentado que os rapazes que concluíssem o curso da Universidade de 1819 a 1821 nenhum deles aceitasse colocação oferecida pelo governo da Metrópole, que se recolhessem todos ao Brasil, dirigindo-se cada um para o lugar de seu nascimento e aí propugnassem e animassem o movimento emancipador». (*Primórdios da Independência* — Manuel Quirino — in *Ilustração Brasileira* — dezembro de 1922).

A devassa de 1794 não causou vítimas exceto a prisão, por cerca de dois anos, para alguns personagens mais tarde famosos, entre os quais Mariano José Pereira da Fonseca, futuro Marquês de Maricá e o poeta Silva Alvarenga, então professor de Retórica.

Em 1797, voltava ao cartaz a figura sinistra de Joaquim Silvério dos Reis, o delator dos conjurados de 1789. Depois de ter passado por maus momentos na cidade do Rio de Janeiro onde, segundo confissão própria, por três vezes atentaram contra a sua vida, foi a Portugal receber as honrarias a que se julgara com direito e regressou em 1795 indo trabalhar com o sogro, Luís Alves de Freitas Belo, na Vila de Campos, a serviço dos interesses da Casa dos Assecas.. Residia naquela localidade Joaquim Vicente dos Reis, considerado um dos homens mais ricos da Capitania e que havia adquirido, entre outras propriedades, as terras e as casas dos jesuítas, seqüestradas por ordem pombalina no ano de 1759. Era este homem uma barreira aos apetites do antigo contratador de entradas, pois dispunha de grande influência sobre o povo e as autoridades do lugar. Joaquim Silvério desfere contra ele um ataque através de carta endereçada ao Vice-Rei, acusando o fazendeiro de falar mal do Conde de Resende, e, o que era mais grave, delatando-o como violador da correspondência endereçada àquele titular. Instaurou-se, imediatamente, uma devassa presidida pelo Desembargador Ouvidor Geral do Crime, Luís José de Carvalho e Melo, futuro Visconde da Cachoeira, onde encontramos a seguinte passagem: «tendo vindo de Campos e chegado a esta cidade, passados três dias mais ou menos, divulgando-se e sendo público por esta cidade que Joaquim Silvério tinha dado parte por uma carta que escreveu ao Excelentíssimo Conde Vice-Rei do Estado, de que em casa de Joaquim Vicente se falava mal dele a ministros e se tinham aberto Avisos da Secretaria».

Joaquim Silvério não se corrigia e era o mesmo que, em documento já publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, começava uma carta com as seguintes expressões: «Eu como já tive a felicidade de poder mostrar a minha

fidelidade, como primeiro denunciante da premeditada conjuração de Minas Gerais, espero ter agora a de Vossa Excelência me acreditar, pondo a dita conta na Real Presença de Sua Majestade». Seguiu-se outra denúncia...

Ainda durante o governo do Vice-Rei Conde de Resende, ocorreu, em 1798, na Capitania da Bahia, outra séria conspiração, para separar o Brasil de Portugal. Examinando cuidadosamente os documentos existentes na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e no Arquivo Público do Estado, em Salvador, concluiu o consciencioso historiador Afonso Rui ter sido essa, de fato, "a primeira revolução social brasileira", título que aproveitou para seu trabalho de pesquisa.

Era governador da Bahia, desde 1788, D. Fernando José de Portugal, futuro Marquês de Aguiar, que seria chamado, três anos mais tarde, a desempenhar as funções de Vice-Rei do Estado do Brasil.

Os motivos que levaram à conspiração são muito bem explicados pelo referido autor: «Sofria o povo diretamente a depressão econômica do alto; os contratadores dos gêneros de primeira necessidade oscilavam os preços e até impunham, sob pretexto de falsa, a qualidade da moeda com que se lhes pagava a mercadoria. Arrastava, na Bahia, a classe pobre e humilde um estado de quase penúria. Os incidentes sangrentos, tendo como causa o recebimento da moeda de cobre em circulação, introduzida de contrabando dos Estados Unidos, repetiam-se e a polícia tinha de intervir. E assim com o sal, com o azeite, com a carne que, pela deficiência, chegou a 600 réis a arroba, levando o povo e os soldados a arrobarem os açougues, tomarem à força a carne ali depositada e até a arrebataram-na das mãos dos escravos dos ministros, alegando não serem estes melhores que eles. Essa reação da plebe, acossada pela miséria e flagelada pelo fisco, ia se alastrando, amparada pelos senhores de latifúndios e pela inércia das autoridades que não resolviam o problema, mas aparelhavam-se para extorquir-lhe os ganhos com a cobrança dos impostos. Generalizou-se a inquietude em todas as classes; os quartéis iam sendo, aos poucos, invadidos pela insubordinação e desrespeito à hierarquia; os conventos desobedeciam aos princípios rígidos das regras e das pastorais; os sertões reagiam contra a arrecadação do ouro para ser verificado na capital. Havia em tudo e em todos o descontentamento, a revolta». (Afonso Rui — obra citada).

Diante de tal situação, não poderia constituir surpresa o início de uma conspiração, para por cobro a todos esses desmandos. Os alfaiates, João de Deus Nascimento e Manuel Faustino Santos Lira, aliados a Luís Pires e aos soldados Lucas Dantas e Luís Gonzaga das Virgens, pregavam abertamente a instituição do

regime republicano que, no seu entender, daria a todos — pretos e brancos — a desejada igualdade de tratamento. Conspirou-se em diversos locais e até mesmo nas casas de famílias de amplos recursos. Descoberta a trama veio a reação violenta e quatro dos conjurados foram condenados à morte.

Nos primeiros anos do século XIX, a Capitania de Pernambuco torna-se a sede de alguns “conciliábulo”, como se dizia na época...

Em novembro de 1807, ocorre um importante acontecimento. A família real portuguesa, diante da invasão do Reino por forças francesas a mando de Napoleão, transfere-se apressadamente para o Brasil. Em janeiro do ano seguinte desembarcava o Príncipe D. João — Regente de Portugal — na cidade do Salvador e, a 8 de março de 1808 pisava as ruas da Cidade do Rio de Janeiro, onde o último Vice-Rei, Conde dos Arcos, transmitiu-lhe o poder.

A implantação da Corte no Brasil retardaria ou apressaria o processo de nossa emancipação política?

Analizando a frio os fatos que se seguiram à chegada das autoridades portuguesas não se pode deixar de concluir que fomos beneficiados por certas vantagens, principalmente no que tocava à formação de uma consciência unificada sobre o rumo a seguir. Em lugar dos esforços isolados, sujeitos ao fracasso pela violência da repressão, como tinha acontecido até então, passou-se a encarar o movimento libertador em desenvolvimento de forma mais ambiciosa. «Do Amazonas ao Prata», como se escreveria mais tarde. Na Inconfidência Mineira o movimento planejado era de extensão limitada. Não se pensara em termos do Brasil inteiro. As capitânias solicitadas a cooperar abrangiam apenas Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Em 1817 repetir-se-ia o mesmo esquema com o agrupamento de algumas Capitânias do Norte. A Bahia não só se isolou mas forneceu o principal ponto de apoio para a repressão, através dos contingentes armados, enviados pelo Conde dos Arcos, para subjugar os revoltosos. Mesmo depois da Independência, tivemos os episódios da Confederação do Equador e da Guerra dos Farrapos, típicos movimentos regionalistas.

A forma pela qual se exercera a administração na fase colonial favorecera, até então, esses isolamentos. As Capitânias mantinham-se, praticamente, livres da fiscalização do Vice-Rei, exceto quando se tratava da defesa contra inimigos externos. Os governadores, passando por cima da autoridade e da hierarquia do representante do Rei na Bahia e, a partir de 1763, no Rio de Janeiro, comunicavam-se diretamente com os ministros em Lisboa e recebiam, também, instruções diretas deles e do Conselho Ultramarino.

Com a instalação da Corte portuguesa no Brasil, seguiu-se de fato, uma série de medidas que resultaram em benefício material

do nosso país. Abriram-se os portos às nações amigas. Desenvolveu-se o comércio. Estimulou-se a imigração européia. Revogaram-se as proibições constantes do famoso Alvará de 5 de janeiro de 1785 que não permitia as indústrias e manufaturas. Instalou-se a imprensa. Favoreceu-se a agricultura. Criaam-se tribunais para resolver aqui mesmo, em última instância, os litígios. Algumas das principais instituições culturais brasileiras, datam dessa época. Tolerou-se, até 1818, o funcionamento das lojas maçônicas. Para fortalecer o prestígio internacional de Portugal foi o Brasil elevado por Carta de Lei de 16 de dezembro de 1815 à categoria e dignidade de Reino Unido. Muitos brasileiros, a começar pelo primeiro Intendente de Polícia, Paulo Fernandes Viana, passaram a ocupar importantes cargos administrativos. Infelizmente, contudo, surgiram problemas de rivalidade e disputa entre brasileiros e reinóis.

No Rio de Janeiro as questões começaram com o desembarque da grande leva de refugiados que gerou problemas de moradia e instalação. Deu-se tratamento preferencial aos lusos em prejuízo da comodidade e do patrimônio dos que aqui residiam.

Decorridos os primeiros anos de permanência da Corte no Brasil, foram ressurgindo as idéias de liberdade que se encontravam, até certo ponto, estacionárias. No Norte do país, onde menos se faziam notar os benefícios decorrentes da transferência da sede do governo português, acirraram-se os ânimos e fez-se, em março de 1817, o apelo às armas. Essa revolução, a mais séria ocorrida até então no Brasil, custou muito sangue e marcou, de forma inequívoca, o rumo a tomar.

Um dos antigos inconfidentes de Minas Gerais, o Padre Manuel Rodrigues da Costa, condenado à prisão em Lisboa, pela sentença que julgou os réus eclesiásticos, já havia regressado ao Brasil e na sua fazenda do Registro Velho fabricava, tranqüilamente, nessa época, pano azul de lã destinado à confecção de fardamento para a Guarda Real da Polícia do Rio de Janeiro. Lá no seu retiro do Rio das Mortes recebe uma carta datada de 20 de junho de 1817. Contém notícias frescas do levante pernambucano, nos seguintes termos: "Foi Pernambuco restaurado nos dias 16 até 20 de maio, e estão presos os principais chefes da sedição, menos o Ouvidor, que fugiu, o vigário geral que se envenenou, e um Capitão de Artilharia que se matou com um tiro de pistola. Hoje por um sargento-mor que de lá veio, desdobrou-se aos Reais Pés o estandarte da insurreição.» Assinava a carta Felizardo Joaquim de Sousa Moraes.

Qual teria sido a reação do Padre Manuel Rodrigues da Costa diante dessas notícias? Anos mais tarde, já liberto no Brasil, tomaria assento na Câmara dos Deputados ao lado de outro antigo inconfidente, José de Resende Costa Filho. Eram os

representantes da gloriosa Conjuração Mineira de 1789 no Congresso livre do Império Brasileiro.

A Revolução de 1817 provocou o redobramento da vigilância das autoridades portuguesas sobre as possíveis conspirações. Além da proibição do funcionamento das sociedades secretas, visando de frente às lojas maçônicas, tomaram-se medidas para controlar rigorosamente tudo que desembarcava nos portos, proveniente de países estrangeiros, esmiuçando-se a bagagem depositada nas alfândegas. Num copiador da correspondência da Alfândega do Rio de Janeiro, da qual era juiz Luís José de Carvalho e Melo, encontramos sugestivos trechos que nos revelam até que ponto se exercia a censura sobre os livros que entravam no Brasil. Em 15 de dezembro de 1817 é endereçado ao Marquês de Aguiar, Ministro dos Negócios do Reino, um ofício concebido nos seguintes termos: «Senhor. Vão à presença de V. Majestade os exemplares das obras pertencentes ao francês Luís Graen constante da lista inclusa e que foram mandados remeter a esta Mesa, pela Provisão de 27 do mês passado. V. Majestade decidirá o que for justo». Obras citadas: *Cartas Atenienses*, 4 tomos; *Contos e Romances de Voltaire*, 4 tomos; *Pensamentos*, de Jean Jacques Rousseau, 3 tomos.

No mesmo dia, outro ofício, quase do mesmo teor, encaminhava novo lote de livros apreendidos ao cidadão francês João Jacques Gar. Faziam parte, entre outros, dessa coleção, os livros — *Anais Políticos*, 2 tomos; *Da Liberdade dos Mares*, por Barrère, 3 tomos; *Da Revolução da França*, por um Amigo da Liberdade, 15 tomos — faltam o 5º e o 6º; obras de Mably, 12 tomos; *Política Natural*, 2 tomos; *Sistema Social*, 2 tomos. *Teatro*, de Voltaire, 9 tomos. Luís José de Carvalho e Melo, homem de alta cultura, assinava o encaminhamento dos livros cujo destino final, não sabemos qual tenha sido.

Em 1819, depois de despedir-se dos confrades da Academia de Ciências de Lisboa, José Bonifácio de Andrada e Silva, com 56 anos de idade, regressa ao Brasil. Ainda não se envolvera em política. Vivera para a ciência e deixara um nome altamente prestigiado na Europa. Recitara em sessão pública da Academia Real das Ciências de Lisboa, aos 20 de março de 1817, o *Elogio Acadêmico da Senhora D. Maria Primeira*, que se justificava pois fora durante o seu Reinado que aquela instituição fora criada. Ao desembarcar no Rio de Janeiro, teve sua bagagem revistada e conferida pela Alfândega. Novo tropeço que provocou um pedido de esclarecimentos do futuro Visconde da Cachoeira: «Havendo Sua Majestade determinado por Aviso de 29 de setembro se transportassem para o Arsenal Real do Exército vários caixões de livros, máquinas e outros objetos do Doutor José Bonifácio de Andrada e Silva, marcados com a letra R., e mandando eu

executar aquela Real Determinação pelo Guarda-Mor desta Alfândega, passou este a bordo do navio "L'Aimable Caroline", e achou que alguns dos volumes que se lhe designaram tinham diferente marca, e suspendendo a execução me veio dar parte. Entretanto recebi o papel de declaração juntó, que designa a marca dos seus volumes que não é a de que se trata no Aviso referido. À vista do exposto decidirá V. Exa. o que devo praticar. Deus Guarde a V. Exa. Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1819».

Com o regresso a Portugal de D. João VI, o movimento em prol da Independência torna-se praticamente irresistível. A partir do dia 24 de agosto de 1820 — data da Revolução Constitucionalista do Porto — o povo português começou a exigir aberta ou veladamente a volta do Monarca. A permanência do Rei no Brasil era julgada prejudicial aos interesses econômicos e políticos do Reino. D. João procurou temporizar, aceitando, inclusive, as exigências da tropa amotinada no Rossio, no dia 26 de fevereiro do ano seguinte. Afinal, a 7 de março decide-se a investir o Príncipe D. Pedro na Regência do Brasil e, a 26 do mês seguinte, depois de superadas sérias agitações nas ruas do Rio de Janeiro, acabou fazendo-se de vela para Lisboa, onde desembarcaria nos primeiros dias de julho.

A tropa lusa, denominada Divisão Auxiliadora, obedecendo ao comando do General Jorge de Avilez, tentou executar, sem qualquer resultado positivo, as absurdas determinações das Cortes Gerais de Lisboa, contidas nos Decretos N.^{os} 124 e 125, que ordenavam a partida do Príncipe para Portugal, dentro de 60 dias, com a finalidade de aprimorar a sua educação, viajando por diversos países da Europa... As Províncias passariam a só cumprir as ordens que viessem do reino e seus governadores das armas não ficariam sujeitos às juntas do governo...

A reação popular, apoiada pelas autoridades, nas Províncias do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e de São Paulo não se fez esperar e embora D. Pedro já tivesse escrito ao pai, dando ciência de seu acatamento à decisão das Cortes, acabou concordando, na jornada de 9 de janeiro de 1822, em permanecer no Brasil. Irritou-se o comandante das tropas portuguesas, principalmente depois da entrada de José Bonifácio no cenário político da Capital, onde ocuparia a principal pasta ministerial do Gabinete de 16 janeiro. Descarregaria seu despeito escrevendo sobre o ministro — «Este naturalista que passou subitamente a político... É este o estadista que dirige agora o governo do Rio de Janeiro e que se reputa o corifeu do partido descontente, cujos passos servirá V. Exa. ver nos papéis públicos daquela capital, na certeza de que a linguagem do Exmo. Ministro do Interior é uníssona com a dos demagogos de todos os tempos e lugares...»

Os acontecimentos de 9 de janeiro, o dia do Fico, tinham provocado medidas militares de urgência da parte do Príncipe Regente. O Governo Provincial de Minas Gerais fez imprimir o apelo de D. Pedro, no qual se convocavam tropas destinadas a reforçar as guarnições do Rio de Janeiro. O pedido vinha datado do Paço, às sete horas e meia da noite de 12 de janeiro: «Eu Príncipe Regente vos envio muito saudar. Acontecendo que a Tropa de Portugal pegasse em armas e igualmente a desta Cidade por mera desconfiança, dei todas as providências possíveis e convencionei as de Portugal passar para a outra banda do Rio, até embarcarem para Portugal e como por esta medida ficasse a Cidade sem a tropa necessária para sua guarnição, e mesmo sem com que se defenda no caso de ser atacada, Exijo de vós que sois seguramente amigos do Brasil, da ordem, da união de ambos os Hemisférios e da tranqüilidade Pública, Me mandeis força armada em quantidade que não desfalcando a Vossa Província ajude esta, e se consiga o fim por Mim e por vós tão desejado, e Exijo com urgência. a) Príncipe Regente».

Entre as milhares de assinaturas dos que levaram sua solidariedade a D. Pedro, pela resolução tomada a 9 de janeiro de 1822 de permanecer no Brasil, encontram-se as de José Bonifácio de Andrada e Silva e, também, o nome singular do capitão do Batalhão de Fuzileiros da Corte, Joaquim Silvério dos Reis Montenegro, homônimo e filho do primeiro delator dos Inconfidentes de Minas Gerais.

Portugal procurava desesperadamente impedir a separação. Aos que mostravam o exemplo dado pelas demais colônias americanas, argumentava-se com publicações curiosas, como a que foi editada na Bahia, em 1822 — *A América Inglesa e o Brasil contrastados*, onde se procurava justificar, com razões não muito convincentes, que estavam errados os que queriam a Independência desta parte do continente.

Os deputados brasileiros às Cortes de Lisboa, em sua maioria, apoiavam o movimento emancipador. Em abril de 1822, Nicolau de Campos Vergueiro que, embora nascido em Portugal, representava a Província de São Paulo, explicava em discurso — «desde que os Estados Unidos declararam sua Independência houve brasileiros que desejavam fazer o mesmo. Este partido cresceu progressivamente: a mudança da Corte para o Brasil fê-lo retrogradar porque cessaram com ela parte dos motivos. O desgoverno da nova Corte despertou aquela tendência amortecida».

A partir do Fico, vão sendo tomadas várias resoluções de caráter administrativo e político, no sentido de promover o rompimento definitivo dos laços que nos uniam a Portugal. Entre elas devem ser mencionadas, pela importância, as seguintes, decididas todas no ano de 1822:

16 de janeiro — formação do chamado Gabinete da Independência, assim constituído: Reino e Estrangeiros — José Bonifácio de Andrada e Silva; Fazenda — Caetano Pinto de Miranda Montenegro; Guerra — General Joaquim de Oliveira Álvares Marinha — Almirante Manuel Antônio Farinha.

16 de fevereiro — Decreto criando um Conselho de Estado composto de Procuradores Gerais das Províncias nomeados pelos eleitores de paróquias.

13 de maio — Aceitação do título de Defensor Perpétuo do Brasil pelo Príncipe Regente.

23 de maio — Representação entregue a D. Pedro pelo Senado da Câmara do Rio de Janeiro. Representação feita pelo povo e municipalidade da cidade solicitando a convocação de uma Assembléia Geral Constituinte.

3 de junho — Decreto de convocação da Assembléia Geral Constituinte, composta de deputados das Províncias do Brasil.

17 de junho — Proclamação aos Baianos conclamando-os à entoar vivas à «Independência moderada do Brasil».

1º de agosto — Manifesto de D. Pedro — redigido por Joaquim Gonçalves Ledo — dirigido aos Povos do Reino do Brasil.

6 de agosto — Manifesto de D. Pedro — redigido por José Bonifácio de Andrada e Silva — às Nações Amigas.

14 de agosto — circular dirigida aos representantes diplomáticos no Rio de Janeiro, por José Bonifácio — iniciada nos seguintes termos: «Tendo o Brasil, que se considera tão livre como Reino de Portugal, sacudido o jugo da sujeição e inferioridade, com que o Reino Irmão o pretendia escravizar e passado a declarar solenemente a sua Independência e a exigir uma Assembléia Legislativa dentro do seu próprio território, com as mesmas atribuições que a de Lisboa, salva, porém, a devida e decorosa União com todas as partes da Grande Família Portuguesa e debaixo de um só Chefe Supremo, o Senhor D. João VI, ora oprimido em Lisboa por uma facção desorganizadora, e em estado de cativo, o que só bastava para que o Brasil não reconhecesse mais o Congresso de Lisboa, nem as ordens de seu Executivo, por serem forçadas e nulas por Direito...»

8 de setembro — Proclamação de D. Pedro aos Paulistas, esclarecendo que «A divisa do Brasil deve ser — Independência ou Morte».

18 de setembro — Decreto de criação dos primeiros símbolos nacionais do Brasil independente, inclusive a bandeira cujo modelo ainda conservava a coroa real.

12 de outubro — Solene Aclamação de D. Pedro I — Imperador do Brasil — no Campo de Santana.

1º de dezembro — Sagração e Coroação de D. Pedro I. Substituição, na bandeira, da coroa real pela imperial. Concessão do primeiro título de nobreza — Barão da Torre de Garcia d'Ávila — a Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque.

A 7 de setembro de 1822, na colina do Ipiranga, em São Paulo, D. Pedro tinha tomado a histórica decisão de separar definitivamente o Brasil de Portugal e, simbolicamente, arremessara ao chão o tope constitucional azul e branco decretado pela Cortes de Lisboa.

Ainda restava muito a fazer. As Províncias do Norte — com exceção de Pernambuco — através de suas Juntas de Governo, mantinham-se ligadas ao Reino. Seguir-se-ia uma campanha árdua e sangrenta, principalmente na Bahia e no interior das províncias do Maranhão e do Piauí. A vitória de nossas armas teria influência decisiva no reconhecimento da emancipação brasileira, firmada pelo Tratado assinado por D. Pedro I a 29 de agosto de 1825, no Rio de Janeiro, e por seu pai, D. João VI, em Lisboa, a 15 de novembro desse mesmo ano.

Internamente, também, já tinha sido resolvida a questão de nossa organização política através da Constituição outorgada pelo Imperador e por ele solenemente jurada, no dia 25 de março de 1824.

O sonho dos Inconfidentes de 1789 estava, finalmente, concretizado e em condições mais favoráveis pela adesão de todas as províncias constituindo — do Amazonas ao Prata — o Império do Brasil.

A PRIMEIRA ORDEM SE ESTABELECE NO BRASIL

FREI VENÂNCIO WILLEKE, OFM

Sócio efetivo do Instituto Histórico e
Geográfico Brasileiro

Ao encetar o presente estudo sobre a nossa história eclesiástica em seus primórdios missionários, surge a pergunta: qual o valor da história da Igreja e qual a sua razão de ser? Justamente nesta era de secularização, muitos aceitam apenas a história profana. Mas também esta é hoje tratada com reserva, impugnando-se a exagerada especialização que se limita a colher meros dados históricos, sem buscar a um tempo a síntese, a integração e a visão geral senão mundial. Pois, a historiografia não visa a uma autofinalidade, mas deve levar à visão do mundo.

No século XIX, desenvolveu-se muito a pesquisa histórica. Baseado sobre inúmeras fontes, descrevia-se detalhadamente o desenrolar dos acontecimentos; não se perguntava, porém, por que assim fora e qual o sentido de tudo. Tal método se pode comparar com o trabalho de um funcionário de museu que junta os pedaços de uma imagem quebrada e depois de numerá-los, deixa-os guardados, sem tentar recompor a efígie. Como defensor desse método, salientou-se o Cardeal Ehrle, chefe da Biblioteca Vaticana e pessoalmente famoso pesquisador.

A razão por que muitos impugnaram a história eclesiástica é que ela durante séculos andou a serviço da apologética, faltando-lhe não raro a devida objetividade crítica. Neste particular, pecavam também as crônicas missionárias do Brasil¹. Os cronistas das Ordens religiosas descreviam com demasiado otimismo o desenvolvimento inicial da catequese. Com o primeiro entusiasmo que

1. Nem o Pe. Serafim Leite escapa à crítica, acusado que é pelo Pe. José Wicki, S. J. de pouco objetivo na *Suma Histórica da Companhia de Jesus no Brasil*, Lisboa 1965 Cf. *Nouvelle Revue de Science missionnaire* ano 23 p. 76s.

animava os religiosos nas terras de missões, apareciam também imprudências, indiscrições, rivalidades e discórdias com os membros vizinhos de outras Ordens. Daí os litígios frequentes entre os missionários dos vários institutos, a encontrarem eco nas crônicas que defendem ardorosamente os reais ou supostos direitos da própria Ordem, enaltecendo as boas qualidades dos confrades, os seus métodos e sucessos na conversão dos pagãos, e silenciando ou até diminuindo os direitos e sucessos ou exagerando os defeitos e erros dos «concorrentes», tanto civis como eclesiásticos.

A missionologia moderna procura libertar-se desta falta de objetividade, substituindo a um tempo o estilo apologético dos historiadores outrora em voga, pela exposição crítica e realista. É verdade que ainda um ou outro missionólogo se insurge contra os postulados da crítica moderna que não silencia o lado humano e fraco na sublime obra da propagação da fé. Entretanto, o próprio evangelho nos serve de modelo ao perpetuar quedas desastrosas e fraquezas outras, na incipiente igreja e até entre os apóstolos. E Leão XIII, abrindo aos estudiosos os arquivos do Vaticano (em 1883), proclamava como lei fundamental do historiador: «Não dizer nada de falso, nem silenciar nada de verdadeiro». De fato não há motivo para nos escandalizarmos com certos acontecimentos ou até fases da história da Igreja. Pois, devemos distinguir na história eclesiástica e missionária dois elementos: a Igreja como fundação de origem divina e por outro lado o fracasso humano, tantas vezes notório nos decorrer dos séculos.

Passando para a história das missões do Brasil, não vacilamos em afirmar que a História do Brasil continuará incompleta, enquanto não se escrever a história das Ordens missionárias que colaboraram na catequese dos nossos Índios e na assistência religiosa e cultural aos demais habitantes do Brasil-colônia.

O estabelecimento da Ordem franciscana em terras de Sta. Cruz já foi intencionado por Frei Henrique de Coimbra, segundo atesta Frei Vicente do Salvador². Opôs-se a esse plano Pedro Álvares Cabral, alegando ordens régias de que todos os sacerdotes e religiosos deviam seguir para a Índia, como de fato prosseguiram viagem, a 1º de maio de 1500.

A segunda turma de missionários franciscanos que chegou a Porto Seguro, por volta de 1516, mandada por D. Manuel o Venturoso, de certo pretendeu estabelecer a Ordem no Brasil. Mas, a precoce extinção da catequese entre os tupiniquins (1518) pelo massacre dos dois religiosos anônimos, terá arrefecido a animação

2. Frei Vicente do Salvador, OFM *História do Brasil* S. Paulo 1963 p. 57 (citado *Salvador*). — A. Farinha *A Expansão da Fé na África e no Brasil*, Lisboa 1942, p. 420.

entre os franciscanos portugueses, já então encarregados das missões da Índia, fundadas por Frei Henrique de Coimbra.

Ao todo vieram nove grupos de missionários franciscanos ao Brasil, entre 1500 e 1584, sem que um só lograsse instalar a Ordem definitivamente. As razões são estas: Nem sempre era a mesma província européia que mandava seus religiosos, tendo vindo, além dos frades lusos, também italianos e espanhóis; ademais cada grupo principiava a catequese em outra região, sem haver plano nem coordenação e afinal a todas as turmas de missionários faltou o apoio das respectivas províncias para garantir a continuidade das missões e a fixação da Ordem no Brasil.

Eis os nove grupos de missionários que vieram ao Brasil antes da instalação da primeira custódia franciscana, em Olinda, em 1585:

1. Frei Henrique de Coimbra, 1500.
2. Os dois protomártires de Porto Seguro, 1516?
3. Franciscanos na Bahia, e sob a chefia de Frei Diogo de Borba? 1534.
4. Frei Bernardo de Armenta e Frei Alonso Lebron, em Sta. Catarina, em 1538. Tratava-se de frades espanhóis.
5. Frades italianos em Porto Seguro. O Rio de Frade, 1548.
6. Frei Pedro Palácios, irmão espanhol, na Bahia e no Espírito Santo 1558-1570. Existe ainda a capela fundada sob o título da Penha, como capela franciscana mais antiga do Brasil.
7. Ordem Terceira regular fundada em Olinda por um frade? c. 1574.
8. Frei Álvaro da Purificação, em Olinda, 1577.
9. Franciscanos espanhóis na Bahia e em São Paulo 1583-1585.

A CUSTÓDIA DE Sto. ANTÔNIO

A obra missionária de Frei Melchior de Santa Catarina Vasconcelos sobressai entre as expedições de catequese franciscana que a precederam no Brasil; pois as nove turmas missionárias da mesma Ordem Seráfica que aportaram em várias épocas e em diversos pontos do nosso país, desde Frei Henrique de Coimbra (1500) até Frei Álvaro da Purificação (1577), não conseguiram resultados duradouros nem apostolado ininterrupto¹; ao

1. e 2. Cf. F. A. Pereira da Costa, *Anais Pernambucanos*, I. Recife 1951, págs. 315/6, 351/3 e 398/9.

passo que Frei Melchior estabeleceu definitivamente a Ordem de São Francisco no Brasil, obtendo ademais inauditos sucessos na catequese dos indígenas.

Na conquista paulatina do imenso Brasil, a coroa portuguesa não empregou apenas as tropas colonais, mas a um tempo as várias ordens missionárias. Os arautos de Cristo introduziram os silvícolas nas verdades da fé, alçando também diante deles a cruz, quando os guiavam para novas «entradas», construindo com eles fortalezas e pacificando tribos rebeldes.

Em fins do século XVI, a situação do Brasil-colônia reclamava a ocupação e fortificação do litoral, porque piratas franceses e holandeses invadiam o país, instigando os índios contra Portugal e ameaçando a existência da colônia.

Enquanto os portugueses residentes no Brasil convidavam as ordens religiosas da pátria para fundarem conventos na colônia, visando antes de mais nada à assistência espiritual das irmandades religiosas e à celebração das festas litúrgicas, o governo colonial reclamava os frades para «dilatam a fé e o império». Principalmente, o Sul de Pernambuco, *habitat* dos Caetés, e o Rio Grande do Norte, terra dos Potiguares, pediam a ação missionária, visto que o exército colonial não conseguira impor a paz às tribos em parte vencidas².

Como porém faltassem entre os índios de Pernambuco missões propriamente ditas até 1584³, compreendeu a coroa portuguesa a urgência de mandar missionários para o Nordeste brasileiro, a fim de catequizarem os silvícolas e lhes conquistarem a simpatia pela metrópole lusitana.

Fundação da Custódia e nomeação do Custódio

Foi nesta situação que o governador de Pernambuco, Jorge de Albuquerque Coelho, pediu a Frei Francisco Gonzaga, superior geral dos Franciscanos, mandasse fundar um convento em Olinda, e como Portugal, desde 1580, pertencesse à coroa espanhola, solicitou o governador também o apoio d'El-Rei Felipe II⁴.

Presidindo, em março de 1584, ao capítulo provincial dos Franciscanos em Lisboa, Frei Francisco Gonzaga apresentou aos capitulares o requerimento de Jorge de Albuquerque⁵. Todos porém se pronunciaram contra a fundação solicitada, alegando a

3. Pe. Serafim Leite. S. J., *História da Companhia de Jesus*, I. Lisboa 1938, p. 494 (cit. Leite).

4. Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão. O.F.M., *Novo Orbe Seráfico Brasilico*, Rio de Janeiro, 1895, L, 2, pp. 121/2 (cit.^o Jab.); Salvador p. 298; *Livro do Tombo do Mosteiro de S. Bento de Olinda*, Recife 1948, pp. 23/4.

5. Jab. I, 2, p. 120.

falta de religiosos e a pouca idade de sua província. Ainda que fosse unânime a declinação do pedido, o Superior geral impôs laconicamente a criação da missão brasileira, sob a denominação de «Custódia de S. Antônio», determinando-lhe como sede o futuro convento de Olinda e incumbindo da fundação a província portuguesa de S. Antônio de Lisboa. Prevenindo-se porém contra qualquer resistência futura da parte da província, Frei Francisco Gonzaga nomeou desde logo o primeiro custódio da missão brasileira, na pessoa de Frei Melchior de Santa Catarina Vasconcelos⁶, escolhendo ainda vários companheiros tidos como os melhores religiosos, e os quais de bom grado atenderam ao mandato missionário do Superior geral⁷.

Providências do Custódio

Mesmo que Frei Francisco Gonzaga concedesse ao custódio faculdades excepcionais⁸, ameaçando ainda com penas eclesiásticas a quem contrariasse os planos da obra missionária, não deixaria de ser para Frei Melchior uma incumbência esponsosa a de providenciar o necessário até fins de 1584 num ambiente pouco favorável. Acrescia que a missão projetada deveria constituir afinal uma obra duradoura, após nove tentativas esporádicas e efêmeras, empreendidas desde 1500 por franciscanos portugueses, espanhóis e italianos⁹.

Da vida anterior do Pe. Custódio, sabemos apenas que nasceu aproximadamente em 1546, filho de nobre família de Britânicos, vestira o burel franciscano em 1562 e provavelmente já ocupara o cargo de definidor provincial¹⁰. Varão enérgico e virtuoso, desincumbia-se agora da nova missão, alcançando com o governo português a chamada "ordinária" para o convento de

6. P. Franciscus Gonzaga, *De Origine Seraphicae Religionis eiusque progressibus*, Roma 1587, IV, págs. 1359/60, (cit.^o Gonzaga); Jab., I, 2, págs. 121/2.

7. Frei Manuel da Ilha, O.F.M., *Divi Antonii Brasiliae Custodiae enarratio seu relatio* (inédito) 1621, fol. 270 (cit.^o Ilha). Esta crônica é sumamente importante para a história das missões brasileiras, baseando em parte sobre a *Crônica da Custódia do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador (inédita 1618) e, segundo o autor confessa, sobre dados fornecidos pelos missionários do Brasil; Jab., I, 2, p. 121.

8) Jab., ibidem, Frei Francisco Gonzaga chama a Frei Melchior de "o nosso legítimo comissário, cum plenitudine potestatis in utroque foro" enumerando como primeiras faculdades as de fundar conventos e aceitar noviços no Brasil.

9. Frei Odulfo van der Vat, O.F.M., *Princípios da Igreja no Brasil*, Petrópolis 1952, p. 185 (cit.^o Vat). Esta obra crítica corrige muitos autores antigos, esclarecendo dados até há pouco duvidosos ou incompletos.

10. Jab. I, 2, págs. 208/9; Gonzaga IV, 1359.

Olinda¹¹ e para futuras fundações do Brasil, consistindo esta graça na doação gratuita de farinha, vinho, cera e azeite para o culto divino. El-Rei de Espanha conferiu poderes extraordinários na administração temporal das missões¹² e o Papa através de uma bula particular¹³ concedeu faculdades descomuns para a cura d'almas e a catequese dos índios. Eis alguns privilégios: Admitir noviços na colônia, escolher missionários da própria e de outras províncias franciscanas, conferir jurisdição para pregar, ouvir confissões e administrar sacramentos, inclusive o matrimônio, gozar de voz ativa no capítulo provincial, ou em própria pessoa ou por um substituto devidamente delegado¹⁴.

A 1º de janeiro de 1585, embarcou Frei Melchior à frente de seis companheiros missionários. Não tardaram as provações da viagem marítima; pois uma epidemia atacou os franciscanos com exceção do Custódio, dando a este ensejo para servir de enfermeiro aos súditos e demais doentes, até que o mal prostrou também o bom samaritano, exausto de tanta lida.

Fundações no Brasil

1) *Olinda* — Aos 12 de abril, desembarcaram os missionários em Olinda, onde a terciária franciscana regular, D^a Maria da Rosa¹⁵, já construía um convento e uma igreja na esperança de obter futuramente uma fundação dos Frades Menores; como porém todas as suas diligências neste sentido ficassem frustadas, ocupara o prédio junto com uma comunidade de recolhidas e algumas órfãs. Ciente da chegada dos franciscanos, ofereceu D^a Maria da Rosa a Frei Melchior a sua fundação; este aceitou a generosa oferta, contanto que as recolhidas e orfãs conseguissem antes um prédio adequado, ao que a doadora concordou. Na festa de São Francisco, a 4 de outubro de 1585, ocuparam os Franciscanos o seu definitivo convento, sob a denominação de Nossa

11. De fato entraram em vigor os privilégios da ordinária em todas as fundações franciscanas do Brasil. Arquivo Nacional da Torre Tombo S. Antônio dos Capuchos, maço 1 12.X.1584.

12. Jab. I, 2, págs. 124/5. Entre as faculdades reais merece destacada a independência dos missionários na administração temporal das aldeias por eles curadas.

13. Jab. I, 2, p. 121.

14. Jab. I, 2, págs. 155/9 reproduz o texto da bula concedida pelo Papa franciscano Sixto V, aos 27 de novembro de 1586.

15. Da. Maria da Rosa Leitão, viúva de Pedro Leitão, prestara aos Jesuítas bons serviços de catequista e intérprete nas confissões dos índios (Cf. *Anais da Biblioteca Nacional*, 49, 1936, Rio, págs. 9 s, segundo Vat., p. 115), até que o primeiro bispo de Salvador proibiu o emprego de intérpretes nas confissões (Cf. Serafim Leite, *Nóbrega, o "Doutíssimo"*, in *Brotéria*, Lisboa, vol. 72, 1961, págs. 424 ss.)

Senhora das Neves¹⁶, casa-mãe de todos os Frades Menores do Brasil. O documento da escritura oficial, datado de 27 de setembro de 1585, esclarecia a Frei Melchior que D^a Maria da Rosa já fizera oferta de seu recolhimento a vários provinciais franciscanos, sem que nenhum deles tivesse aceito, enquanto outras Ordens religiosas em vão haviam solicitado a vantajosa doação¹⁷.

Passados alguns meses de aclimação, que os franciscanos dedicaram à cura d'almas em Olinda, empreenderam eles a catequese dos índios da redondeza. O resultado não se fez esperar, pois, em 1586, Frei Melchior construiu perto do convento um internato para os indiozinhos que, devidamente instruídos na religião católica, algum dia serviriam de catequistas auxiliares entre seus patrícios. O método dos catequistas juvenis empregado em Olinda fez escola nas demais missões, fundadas em Pernambuco e na Paraíba, posto que o internato fosse substituído por externatos.

Para as vocações franciscanas que entrementes apareciam entre os colonos portugueses, levantou o Pe. Custódio um noviçado rente ao convento olindense¹⁸, tendo efetuado a primeira vestição de noviço na festa de São Francisco de 1585, quando Frei Gaspar de S. Antônio trocou a farda militar pelo burel da penitência.

2) *Salvador* — A fama dos franciscanos espalhou-se em breve sobre a colônia, contribuindo para tal entre outros motivos a popularidade do franciscano português Santo Antônio de Lisboa, cujo culto já então conquistara o Brasil, sendo os seus confrades pelo povo simples comumente chamados de «antonianos». Em 1586, atendeu Frei Melchior ao convite de Dom Antônio Barreiros, Bispo da Bahia, e da Câmara Municipal de Salvador para tratar de uma fundação franciscana naquela cidade. Como capital do Brasil-colônia, a cidade do Salvador já hospedara vários frades menores, em épocas diferentes. Ainda em 1583, um franciscano espanhol, cujo nome não nós é transmitido, levantara uma igreja a S. Francisco no chamado «Monte Calvário», abandonando porém pouco tempo depois a sua obra, para estabelecer-se na capitania do Espírito Santo.

Ao saberem da chegada de franciscanos portugueses a Olinda (1585), os baianos ofereceram a Frei Melchior a igreja de São Francisco e para lhe merecerem mais facilmente a anuência, adquiriram junto da igreja um terreno, construindo nele um

16. Salvador, Ilha fl. 272.

17. Jab., I, 2, p. 132.

18. Gonzaga, IV, p. 1361; Jab. I, 2, págs. 148/151.

conventinho. Mas o Custódio, tendo examinado as condições da oferta, preferiu ocupar outro local no centro da cidade¹⁹.

Estes primórdios descomuns do convento definitivo dos Franciscanos em Salvador não aparecem nos arquivos da própria Ordem, visto que os vários planos sucessivos de uma fundação quase nunca são transmitidos à posteridade com todos os detalhes. Entretanto Frei Odulfo van der Vat O. F. M., baseado em fontes não franciscanas e desconhecidas dos historiógrafos da Ordem chega à conclusão acima, refutando com grande verosimilhança as hipóteses sustentadas durante séculos²⁰. Ignoramos os motivos que levaram Frei Melchior a declinar a oferta do Monte Calvário.

Aos 8 de abril de 1587, lavrou-se a escritura de doação do terreno, destinado aos franciscanos, principiando em seguida os preparativos para a construção do convento²¹. Até fins de 1587, demorou Frei Melchior em Salvador para resolver *in loco* os problemas que acaso surgissem.

Assim como em Olinda, os franciscanos encontraram também na Bahia um vasto campo de catequese entre os silvícolas. Entretanto a autoridade eclesiástica e civil, reunida na pessoa de Dom Antônio Barreiros, apresentou certas dúvidas quanto aos privilégios pontifícios e reais, de cuja confirmação pela corte Frei Melchior fazia depender a obra catequética de seus súditos na Bahia. Quando da viagem de Frei Francisco de São Boaventura a Lisboa²², onde deveria substituir o Pe. Custódio no capítulo provincial, levou ainda a incumbência de pleitear a confirmação dos referidos privilégios. Os arquivos da Ordem não mencionam qual o êxito de Frei Francisco neste particular, como também neles

19. Vat. págs. 155/167, baseado sobre *Primeira Visitação do S. Ofício às partes do Brasil, Denúncias da Bahia*, São Paulo 1925, p. 397. Antes de 1558, passara em Salvador algum tempo o irmão franciscano Frei Pedro Palácios, de quem trataremos abaixo. Ilha, fl. 275/7 *Livro dos Guardiões da Bahia* (Salvador), 1943, págs. 3-4 — Pedro Calmon, *História do Brasil*, vol. II, Rio de Janeiro 1959, págs. 416/7. Merecem destaque autores como Frei Odulfo van der Vat, O.F.M., aqui citado; Frei Metódio da Nembro, O.F.M., Cap., *I Cappuccini nel Brasile*, Milano 1957 e outras obras do mesmo A.; as obras abaixo mencionadas de Frei Basílio Röwer; *Província Franciscana de S. Antônio*, por vários autores, Recife 1957, Maria do Carmo Tavares de Miranda *Os Franciscanos e a Formação do Brasil*, Recife 1969.

20. Jab. I, 2, p. 44; Frei Basílio Röwer, O.F.M., *A Ordem Franciscana no Brasil*, Petrópolis 1947, 2, p. 55 (cit.^o Röwer I).

21. Jab., I, 2, págs. 46/7; Röwer, I, p. 55.

22. Frei Francisco de São Boaventura, natural de Cintra, estudou em Lisboa, entrando depois na Ordem Franciscana. Segundo determinação do Pe. Superior geral, seria Frei Francisco sucessor imediato de Frei Melchior, caso este falecesse antes de chegar a Olinda, Jab., I, 2, págs. 58 e 121.

não consta que os Franciscanos da Custódia de Santo Antônio tivessem aceito missões baianas até meados do século XVII.

Um requerimento de Gabriel Soares de Sousa que solicitava um franciscano de Salvador para acompanhar uma expedição em busca de ouro não teve a anuência do Pe. Custódio, a exemplo de outros superiores regulares que duvidavam tanto da existência de minas auríferas no sertão baiano, como da reta intenção do requerente, suspeitando-lhe como razão da expedição a caça e escravização dos índios ²³.

3) *Igarauçu* — Voltando, em fins de 1587, de Salvador à sua sede olindense, encontrou Frei Melchior um convite para fundar convento em Igarauçu, freguesia antiga ao norte de Olinda, e que reclamava os missionários especialmente para a catequese dos índios, até então abandonados. Tendo estudado as condições, acedeu o Pe. Custódio, visto que por esse tempo chegavam de Portugal cinco missionários. Deveria o convento de Igarauçu figurar primeiramente como centro missionário para as aldeias de Itapissuma, Itamaracá e Ponta de Pedras ²⁴.

Em junho de 1588, entrou em Igarauçu uma pequena comunidade franciscana sob a chefia de Frei Antônio do Campo Maior. Ao mesmo tempo que os missionários levantavam o convento construíram também capelas nas três aldeias mencionadas, porque estas correspondiam melhor à expectativa dos missionários e também porque ficavam mui distantes da igreja conventual ²⁵.

Como Igarauçu distasse apenas poucas horas da sede custodial, gostava Frei Melchior de convencer-se pessoalmente do andamento da catequese e das obras de construção, visitando a miúdo a nova fundação. O cronista franciscano, Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, atribui o rápido progresso da catequese igaraçuense tanto ao zelo apostólico do Pe. Custódio como à dedicação do superior Frei Antônio do Campo Maior. De fato Frei Melchior interessava-se muito pela dilatação da fé entre os silvícolas, pregando-lhes no idioma próprio que ele dominava magistralmente ²⁶.

O mesmo Frei Jaboatão menciona especialmente a pobreza franciscana rigorosamente observada por Frei Melchior. O convento de Igarauçu, em suas formas primitivas, confirma a asserção do biógrafo, pois um painel da autoria de Fr. Post (século XVII), cujo original se acha no museu real de Amsterdam, oferece uma idéia nítida do modesto convento e igreja franciscana de Igarauçu.

23. Salvador p. 313 — Leite, II, p. 179.

24. Ilha, fl. 280; Jab. I, 2, págs. 168/9.

25. Ilha, fl. 280; Jab. I, 2, p. 167.

26. Jab., I, 2, págs. 299/307.

Já nos primórdios da custódia de Santo Antônio, a arquitetura franciscana adaptava-se no Brasil às exigências da colônia, sendo as plantas elaboradas, *in loco*, pelo arquiteto Frei Francisco dos Santos²⁷, enquanto outras ordens, como, p. ex., a Companhia de Jesus, recebiam as plantas minuciosamente traçadas na Europa.

4) *Paraíba* — Ainda em 1588, partiu Frei Melchior para a Paraíba, cidade fundada em 1585, e que no decorrer dos séculos mudou várias vezes de nome até que por último passou a chamar-se João Pessoa. Tanto a população da nova cidade como o próprio Cardeal Alberto, na qualidade de regente de Portugal, pediam a presença dos franciscanos, em defesa dos constantes ataques das tribos vizinhas; pois, na mesma cidade, os habitantes não andavam seguros das flechas inimigas dos índios. Daí a dupla incumbência que esperavam os missionários na Paraíba: a cura d'almas na cidade e a catequese dos silvícolas da redondeza²⁸.

Tendo examinado escrupulosamente as condições da nova fundação solicitada pelos paraibanos, decidiu o Pe. Custódio assumir o difícil encargo. Mandando os primeiros missionários em 1589, deixou Frei Melchior de aceitar as missões, visto que já anteriormente os Jesuítas haviam começado a catequese em algumas aldeias.²⁹

Quando porém a Companhia de Jesus declinou da incumbência de catequizar ainda outras cinco malocas, cedeu o Custódio às instâncias do governo, recomendando a um tempo aos seus súditos toda prudência e diligência, em evitarem desentendimentos com os demais missionários³⁰. Mas o que Frei Melchior receara aconteceu, surgindo ciúmes e desavenças entre as missões das duas Ordens e tomando proporções tão graves que houve recurso ao governo da Bahia. Ganhando a causa os Franciscanos, retiraram-se os Jesuítas das missões paraibanas³¹.

As fontes antigas nos dão o motivo certo das desavenças, alegando os cronistas franciscanos que seus missionários pediam aos aldeados tributos mais suaves que os Inacianos, contentando-se

27. Rodrigo M. F. de Andrade, *Artistas Coloniais*, Rio de Janeiro 1958, págs. 15/9. As referências que o autor faz a Frei Francisco dos Santos a partir de 1649, dizem respeito a outro franciscano, visto que o primeiro, após o seu custodiato de 1609 a 1612, voltou definitivamente para Portugal (cf. *Jab.* I, 1, págs. 228 e 236), enquanto o segundo portador desse nome ainda em 1660, era guardião e em 1670 morador do convento da Bahia, Salvador (cf. *Arquivo provincial Franciscano do Recife*, XXXI, e *Jab.*, I, 1, p. 263), quando Frei Francisco dos Santos deveria ter tido cem, respectivamente cento e dez anos de idade, caso se tratasse de um mesmo franciscano; pois, em 1585, chegara ao Brasil, já sendo sacerdote.

28. *Ilha*, fl. 280v-281; — *Jab.* I, 2, p. 168 e II, págs. 354/360.

29. *Calmon*, p. 405.

30. *Jab.* I, 2, págs. 56/7.

31. *Ilha*, fl. 302/311.

com o que fosse indispensável para o sustento pessoal, segundo a vontade de S. Francisco e a pobreza seráfica³², ao passo que o Pe. Serafim Leite, S. J., fiado nos arquivos e autores da própria ordem, afirma que a demarcação confusa das missões jesuíticas e franciscanas havia ocasionado as desinteligências³³.

Por muito que Frei Melchior lamentasse o ocorrido, o governo colonial apreciava tais disputas entre as ordens religiosas, favorecendo-as até para afastar a parte que lhe era antipática. Entretanto, não corresponde à verdade histórica o que escreve Pedro Calmon a respeito dos franciscanos mandados por Frei Melchior à Paraíba para "missionarem" índios amansados³⁴, dando a entender que os Jesuítas, durante os poucos anos de sua missão paraibana, tivessem domesticado os silvícolas. Na realidade, a Companhia de Jesus missionara, até então, poucas aldeias, ao passo que a catequese franciscana já em 1589 se estendera sobre as aldeias pagãs de Almagra, Guiragibe, Joane, Mangue e Praia, às quais em 1593 se juntaram as de Piragibe, Assunção, Jacoca e Santo Agostinho³⁵.

Voltando em 1589 da Paraíba a Olinda e passando por Goiana (Pernambuco), foi Frei Melchior instado pelos habitantes do povoado a catequizar as aldeias pagãs de Ciri e Tracunhaém, a fim de estabelecer destarte a paz entre os índios e os colonos. Como de costume, prontificou-se o custódio a ajudar logo que lhe fosse possível, mandando de fato vários missionários, após a chegada de doze confrades trazidos de Portugal por Frei Francisco de São Boaventura³⁶.

5) *Vitória — Espírito Santo* — Conquanto os franciscanos recebessem o seu primeiro convento como doação de D^a Maria da Rosa, no Espírito Santo lhes estava reservada uma herança toda singular; o Santuário de Nossa Senhora da Penha em Vila Velha, fundado em 1558 pelo primeiro ermitão do Brasil, o irmão franciscano Frei Pedro Palácios³⁷ e enriquecido de um painel de Nossa

32. Jab. II, p. 354.

33. Leite, I, p. 505.

34. Calmon, II, p. 405. Mesmo na missão de Piragibe ou Braço do Peixe que fora dos Jesuítas e em 1593 passou a ser curada pelos franciscanos, nesse tempo ainda havia pagãos, o que não estranha. Cf. Jabo, I, 2, p. 60.

35. Ilha, fl. 291/3; Jab. I, 2, págs. 57, 169 e 201.

36. Ilha, fl. 298; Jab. I, 2, págs. 169/170 e 366/7; Frei Dagoberto Romag, O.F.M., *História dos Franciscanos no Brasil, 1500-1659*, Curitiba, 1940, pg. 34.

37. Frei Pedro Palácios, espanhol, passará de sua província para Portugal, onde demorou algum tempo; antes de aportar ao Espírito Santo passou ainda uma temporada na Bahia (cf. Röwer, I, págs. 41/2).

Senhora dos Prazeres ou Sete Gozos ^{38-a}. Esse ermitão unira à sua vida penitente a catequese entre os colonos cristãos da vizinhança e entre os índios pagãos mais distantes. Após a santa morte de Frei Pedro em 1570, a capela e ermida passaram muito tempo sem zelador franciscano, aparecendo as primeiras vagas esperanças quando os capixabas souberam da chegada dos franciscanos à Bahia. Ofereceram pois a Frei Melchior a piedosa herança de Frei Palácios, a fim de manterem fervorosa a fé do povo e viva a lembrança do servo de Deus, cujo processo informativo de beatificação seria instaurado por Frei Vicente do Salvador, em 1616 ^{38-b}.

O Pe. Custódio, impedido por doença de viajar, mandou seus representantes Frei Antônio dos Mártires ³⁹ e Frei Antônio das Chagas ⁴⁰, os quais empreenderam duas viagens ao Espírito Santo até que, vencidas todas as dúvidas e dificuldades, foram lavradas as escrituras de doação de um terreno destinado para um convento de Vitória (5-12-1591) e do distante morro encimado pelo Santuário da Penha em Vila Velha (6-12-1591).

À fundação do Convento de Vitória, seguiu-se a construção do Convento da Penha, porém, só 60 anos depois, assumindo contudo os missionários de Vitória, desde logo, o culto dominical no santuário mariano e a catequese dos índios, encetada por Frei Pedro Palácios ⁴¹.

Frei Melchior incumbira também os seus dois representantes de prosseguirem viagem de Vitória ao Rio de Janeiro, cuja população solicitara igualmente a fundação de um convento franciscano. Aos 28 de fevereiro de 1592, lhes fora doado um terreno perto da capela de Santa Luzia. Obedecendo porém à ordem do Pe. Custódio, voltaram os religiosos a Vitória para construírem aí o convento desde anos projetado, enquanto o do Rio de Janeiro teve que esperar até 1606 ⁴².

38-a. Ilha, fl. 281v-287; Salvador, p. 119s; Frei Basílio Röwer, *O Convento da N. Senhora da Penha do Espírito Santo*, Petrópolis, 1958, págs. 11/24; Jab. I, 2. págs. 32/5. Frei Venâncio Willeke, O.F.M., *Frei Pedro Palácios e a Penha do Espírito Santo* in *RIHGB* vol. 286.

38-b. Jab. I, 2, p. 33.

39. Frei Antônio dos Mártires chegara com os fundadores da Custódia ainda sendo corista e recebendo a ordenação sacerdotal em 1586 (cf. Röwer, I, p. 47).

40. Frei Antônio das Chagas chegara ao Brasil com uma das turmas missionárias posteriores a 1585.

41. Jab. II, págs. 388/396. Röwer (Convento da Penha), págs. 28/34; Frei Basílio Röwer, *O Convento de S. Antônio do Rio de Janeiro*, Petrópolis 19453, p. 15; Frei Heriberto Holzapfel, O.F.M., *Handbuch der Geschichte des Franziskanerordens*, Freiburg, 1909, p. 518.

42. Ilha, fl. 287v-288; Jab. I — 2, p. 172 e II p. 425.

Encaminhando a fundação desses dois conventos de Vitória e do Rio de Janeiro, Frei Melchior colocou a base para a futura custódia da Imaculada Conceição, a ser criada, no Sul do País, em 1559.

Missão de Una — Uma das empresas missionárias mais corajosas de Frei Melchior realizou-se no fim de seu custodiato. Alagoas e o Sul de Pernambuco, desde muito, sofriam as constantes hostilidades dos caetés, tribo numerosíssima e belicosa que, embora dizimada pelas tropas coloniais, em represália ao assassinio de Dom Pedro Fernandes Sardinha, primeiro bispo do Brasil, ainda continuava bastante forte para atacar os colonos e impossibilitar-lhes lavouras e criação de gado.

Esgotados os recursos militares, o governo colonial lembrou-se de ocupar o poder espiritual, rogando a Frei Melchior mandasse seus missionários mais corajosos catequizarem os bravos caetés no extremo Sul da Paróquia de S. Miguel de Ipojuca.

Em 1593, seguiam os primeiros religiosos para o rio Una ou Igua, armados que andavam com a ilimitada fé em Deus e o zelo das almas. O que a tática bélica das armas lusitanas em vão tentara, conseguia em breve a catequese franciscana. A missão de S. Miguel de Igua desenvolveu-se de tal sorte que estendeu a catequese até Porto de Pedras-Alagoas, onde em 1597, após a gestão de Frei Melchior, surgiu nova missão, sob a direção de Frei Antônio do Campo Maior, por sinal a primeira penetração catequética historicamente provada em terras alagoanas⁴³

A obra missionária de Frei Melchior em geral.

Entrementes, haviam passado dez anos que Frei Melchior assumira o cargo de custódio. O capítulo provincial de 1589, celebrado em Lisboa, provera como novo superior da missão brasileira a Frei Francisco de S. Boaventura, presente àquela reunião e delegado que fora por Frei Melchior. Pedindo com toda instância que o livrassem do cargo previsto, conseguiu Frei Francisco conservar a Frei Melchior à frente da custódia que vinha dirigindo a contento de todos. A segunda gestão de 1589 a 1594 foi de grande proveito para o progresso da missão; pois o plano do apostolado, traçado no início da custódia, seguiu marcha ordinária e ininterrupta, firmando a missão, aumentando o número das voca-

43. Ilha, fl. 293v-295; Salvador, p. 165 Vat. p. 181; *Primeira Visitação do S. Ofício às partes do Brasil — Denúncias de Pernambuco*, São Paulo, 1929, págs. 256/7. Veja a biografia de Dom Fernandes Sardinha in Vat., págs. 263/404.

ções brasileiras e portuguesas e defendendo os direitos inalienáveis da catequese e administração das aldeias ⁴⁴.

Quanto à praxe missionária dos franciscanos entre os índios, não há negar que sentiu a influência fundamental e a orientação constante de Frei Melchior, máxime através das escolas que, em todas as missões, estabeleciam o contato entre o Padre e os pais, contribuindo também para introduzir o espírito cristão e os bons costumes no seio das famílias indígenas.

Entre as condições estipuladas para os índios serem admitidos à recepção do batismo e dos demais sacramentos, figuram sempre os mesmos pontos, como sejam a instrução cristã suficiente, o abandono completo dos costumes pagãos, em particular, da antropofagia, o que permite a conclusão de que uma orientação uniforme se fez impor em todas as missões, partindo sem dúvida do próprio Custódio. É proverbial a pobreza e o desapego dos índios, contentando-se eles com o pouco que acham necessário para a vida primitiva. Essa pobreza foi dignificada pelos motivos cristãos da pobreza franciscana, que aos olhos dos silvícolas tanto contrastava com a ganância dos exploradores. Entretanto, o ideal da pobreza franciscana não impedia que os missionários introduzissem seus protegidos nas várias artes. Pois é notório que justamente os filhos de S. Francisco mais primavam pelo ensino das artes do que das ciências.⁴⁵

Frei Melchior não se limitava aos afazeres administrativos da custódia, inclusive às viagens de visita canônica, geralmente feitas a pé da Paraíba à Bahia. Cura d'almas zeloso e pregador de renome, era o custódio procurado nas ocasiões mais solenes, como, p. ex., quando da abertura da inquisição em Igaraçu, aos 8 de janeiro de 1594; sua fama de teólogo versado era tal que tanto o clero como os leigos o procuravam em suas dúvidas e questões, conformando-se com a decisão do franciscano.⁴⁶

A cura de almas que Frei Melchior preferia a qualquer outro ministério sacerdotal era a catequese dos índios. O zelo pela salvação de tantos pagãos animava-o aos maiores sacrifícios e inspirava sempre novos trabalhos, razão por que os índios cheios de admiração pelo incansável missionário o chamavam de Abaré Guaçu (Pai Grande).

44. Jab. I, 2, p. 171.

45. P. Venantius Willeke, O.F.M., *Die Franziskanische Missionspraxis unter den Indianern Brasiliens (1585/1619)*, in *Zeitschrift fuer Missionswissenschaft*, Muenster 1958, págs. 133/9; Gilberto Freyre, *Em torno do esforço franciscano no Brasil*, in *Província Franciscana de S. Antônio do Brasil*, Recife, 1957, pág. 7/8.

46. Salvador, p. 298; *Primeira Visitação...*, Pernambuco, p. 135.

Entretanto não faltaram aborrecimentos e dissabores ao primeiro custódio franciscano. O internato que Frei Melchior construiu em Olinda para educação e instrução dos indiozinhos, futuros catequistas auxiliares, provocou a inveja e ganância de alguns colonos inescrupulosos, chegando estes a caluniar os educadores franciscanos a fim de subtrair os meninos à tutela dos missionários e escravizar mais facilmente os inexperientes filhos das selvas ⁴⁷. Mas a vitória final coube aos franciscanos, cuja fama naquele mesmo tempo chegara até a Bahia, onde a população os recebeu como a «mensageiros do céu». ⁴⁸

Também o pastoreio das almas exigiu de Frei Melchior amargas decepções, visto que a vida leviana de certos colonos e empregados públicos servia de escândalo aos índios recém-convertidos, destruindo impiedosamente o que os Franciscanos com sacrifícios e esforços sobre-humanos haviam construído ⁴⁹.

Conforme Frei Cosme de S. Damião, contemporâneo e sucessor de Frei Melchior, declara ⁵⁰, o custódio defendia os índios contra todas as injustiças dos brancos e mestiços, recebendo em paga a gratidão dos seus protegidos. O raro sucesso de ter fundado cinco conventos e dezoito missões é atribuído por Frei Cosme ao espírito de abnegação e ao zelo apostólico de Frei Melchior ⁵¹.

Em 1594, entrou, como sucessor imediato do primeiro custódio, Frei Leonardo de Jesus ⁵², continuando a obra missionária no espírito do fundador. Ao segundo custódio devemos a confirmação de tudo quanto Frei Manuel da Ilha, O. F. M., relata sobre a gestão de Frei Melchior ⁵³.

Velhice e morte de Frei Melchior

Esgotado e quase cego, voltou o ex-custódio para a província portuguesa de Santo Antônio. Ao ensejo do capítulo de

47. Jab., I, 2, p. 149.

48. Ilha, fl. 270v-273.

49. Sousa Amado, *História da Igreja Católica em Portugal e Domínios*, Lisboa, 1876, págs. 160/9.

50. Frei Cosme de São Damião, O.F.M., nascera em Portugal em 1574, Órfão de pai e mãe, viera para o Brasil em 1590, tomando o hábito franciscano em 1598 e chegando a ser custódio em 1633 (cf. Jab., I, 2, págs. 127/242 e Röwer, I, págs. 172/8).

51. Jab., I, 2, p. 284.

52. Religioso empreendedor, foi Frei Leonardo reeleito em 1606. Cf. Röwer, I, págs. 28/9.

53. Confirmações autografadas por Frei Leonardo se acham em Ilha, fl. 274v (6 de julho de 1621), fl. 300 e 311 (6 de agosto de 1621) quando o ex-custódio passava a sua velhice em Portugal.

1589, a Província reiterou seus preconceitos contra a missão brasileira, merecendo por isto a repreensão do Superior Geral, contudo não deixou de reconhecer a grandiosa obra realizada por Frei Melchior, elegendo-o mais uma vez definidor e dando-lhe ensejo para defender os interesses de sua fundação ⁵⁴.

Quando Frei Melchior, aos 72 anos de idade, faleceu em 1618 na metrópole lusitana, a sua custódia acabava de ser governada pelo primeiro superior brasileiro, Frei Vicente do Salvador.

A CUSTÓDIA FRANCISCANA SOB OS SUCESSORES DE FREI MELCHIOR

Frei Leonardo de Jesus, sucessor imediato de Frei Melchior, não fundou convento nenhum, senão o hospício da missão de Porto de Pedras em Alagoas, por volta de 1597. Absteve-se de outras fundações, visto que o governo colonial proibira novos mosteiros franciscanos, segundo esclarece de passagem o documento seguinte ¹:

Provisão da Ordinária da Bahia de Todos os Santos

"Eu el Rey faço saber aos que este aluara virem que avendo respeito aos padres da Custodia de Santo Antonio das partes do brasil terem fundados nellas tres musteyros, hum na cydade do Salvador da baia de todos os santos outro em pernambuco e outro na praiba e estarem nelles trinta religiosos e o musteyro de pernambuco somente ter por ordinarya duas arobas de cera hum quarto dazeyte e huma pipa de uinho cada ano e os outros duos não terem cousa alguma ey por bem de fazer esmola a cada hum dos outros dous musteyros que estão na dita cydade do Saluador e na praiba doutras duas arobas de cera hum quarto de azeite e huma pipa de uinho para o culto diuino e nececydades dos padres delles e que lhe sera tudo comprado nas ditas partes a custa da minha fazenda pello que mando ao feitor ou almoxarife da cydade do Saluador da baia de todos os Santos qe ora he ao diante for que de qualquer dinheyro que tiuer de seu recebimento compre as ditas duas arobas de cera hum quarto de azeyte e huma pipa de uinho — e de vinte e hum dias do mes de nouembro do ano passado de quynhentos e outenta e noue em diante em qe fiz esta esmola aos ditos padres lhe de cada ano as ditas cousas e lhe faça pagamento dellas por este so aluara sem mais outra prouisão e polo treslado delle que será registrado no liuro de sua

54. Jab., I, 2, págs. 170 e 282.

1. Arquivo Nacional da Torre do Tombo *St.º Antônio dos Capuchos*

despesa pollo escryuão de seu cargo com conhecymento dos ditos padres e asento do dito escryuão do qe despende nas ditas cousas mando que lhe seia leuada em conta a contya que niso montar aqual esmola lhe asi faço com declaração que nas ditas partes do brasil se não fará mais outro musteyro da dita ordem que os tres neste aluara declarados que iá são feytos e outro aluará como este mandey passar aos padres do musteyro da praiba para por elle averem tambem outra tanta esmola e este ey por bem que ualha como carta e qe não pase pella chancelarya sem embarço das ordenações do 2º. liuro em contraryo Manoel Marquez o fez em Lx. a 2 de Janeyro de mil e quinhos e 90.// Pº. de paiua o fez escreuer//."

Além dos tres conventos acima enumerados, existia desde 1588 o de Igarauçu, em Pernambuco. Em virtude da mesma proibição, parece ter sido prorrogada a fundação do convento franciscano do Rio de Janeiro, apesar da escritura de doação do terreno feita em 1592². Fica, porém, a pergunta: por que motivo não se interditou também a fundação do Convento de São Francisco em Vitória do Espírito Santo? Talvez tenha influído a intervenção da governadora, Da. Luísa Grimaldi a qual oferecera o terreno para a nova casa religiosa e o morro do santuário da Penha, em Vila Velha, em atenção ao exemplar apostolado de Frei Pedro Palácios, fundador da famosa capela votiva. De fato, desde que os franciscanos se instalaram em Vitória, no ano de 1592, assumiram também o culto dominical e a assistência religiosa aosromeiros, no santuário mariano, enquanto a fundação do respectivo convento data apenas de 1650³.

Com exceção do convento franciscano de Vitória, não se criaram novas casas da Ordem, até 1606. Por volta de 1603, houve uma tentativa em Ipojuca, Pernambuco, voltando, porém, os frades para o convento de Olinda, sem que nos constem os motivos certos do abandono. Pois, tanto o «Livro dos Guardiães» como Frei Jabotão usam o vago termo «por certos respeitos»⁴.

Se indagarmos as razões da proibição de novos conventos, em vão as procuramos nos documentos oficiais do governo colonial. Parece ter prevalecido a dificuldade de manter, com as esmo-las dos poucos habitantes abastados, as comunidades de mendi-

2. Frei Basílio Roewer, O.F.M., *O Convento de Stº Antônio do Rio de Janeiro*, Petrópolis, 1945, págs. 16-18 (citado Roewer-Convento).

3. Frei Venâncio Willeke, OFM, *O Convento da Penha, perante a Crítica histórica* in UFES (Revista de Cultura), nº IV (1970), pág. 80. — *Atas Capitulares da Província Franciscana de St.º Antônio do Brasil 1649-1893* in RIHGB, vol. 286, pág. 98.

4. *Livro dos Guardiães do Convento de S. Antônio de Ipojuca* in Rev. do Instituto Arqueológico e Histórico Pernambucano, nº 46 (1961), pág. 379. — Jab. II, pág. 479.

cantes já estabelecidas na colônia lusa. Neste particular conta Frei Vicente do Salvador que os missionários agostinianos recém-vindos a Pernambuco, em breve retornaram ao reino, porque «o povo não consentiu, dizendo que não era capaz a terra de sustentar tantos religiosos». ⁵

Outro motivo da proibição terá sido o máximo aproveitamento dos religiosos na catequese, sem que os conventos contivessem comunidades numerosas. Pois, as ordens antigas, inclusive os mendicantes, preferiam também no Brasil, a vida contemplativa às atividades catequéticas. Por outro lado, o governo custodial dos franciscanos, desde a sua instalação em Olinda, compreendeu a necessidade de recrutar noviços nativos para a vida religiosa; mas, para tanto precisava de um ou outro convento espaçoso que servisse de noviciado e de casa de estudos. De fato, Frei Brás de São Jerônimo introduziu o curso de artes (filosofia) no convento de Olinda, nos últimos anos do século dezesseis ⁶.

Em 1603, o governo colonial prova de modo particular a sua tendência de ocupar o maior número possível de franciscanos na catequese dos silvícolas. Foi quando o custódio Frei Antônio da Estrela recebeu ordens do governador Diogo Botelho no sentido de assumir na Paraíba dezesseis a dezoito aldeias ⁷. Como essas missões distassem muito do convento de Santo Antônio da Filipéia, atual João Pessoa, os religiosos fundaram pequenas residências, chamadas hospícios, nas aldeias principais, partindo daí, a dois a dois, os missionários, em visitas periódicas às demais doutrinas. Cada hospício abrigava quatro franciscanos.

Ciente da ordem de Diogo Botelho, o custódio franciscano, recém-vindo de Lisboa, convenceu-se da impossibilidade de aceitar novos encargos na Paraíba, à falta de missionários. Dirigiu pois, à corte de Madri a seguinte exposição do estado precário da custódia, solicitando providências imediatas, para poder atender ao oitavo governador do Brasil. Eis o teor do instrutivo documento ⁸:

«Uma das Províncias da família franciscana que Vossa Magestade tem no seu Portugal, é a Província de Santo Antônio dos Capuchos ou descalços mui reformada. Desta se plantou haverá 19 anos uma Custódia neste Estado do Brasil por ordem d'El rei D. Felipe II de feliz memória Vosso Pai e com um largo Breve do Sumo Pontífice Xisto 5º à instância de Jorge de Albuquerque,

5. Salvador, pág.

6. Maria do Carmo Tavares de Miranda, *Os Franciscanos e a Formação do Brasil*, Recife 1969, pág. 216.

7. Cf. a seguinte carta de Frei Antônio da Estrela, e a nota 8.

8. Archivo General de Simancas (Espanha) — Secretarias Provinciales/cdigo, 1488, *Cartas de 1608-1605* — fls. 64-65.

Capitão então deste Pernambuco. Coube-me por sorte em uma Congregação que a Província fez em novembro passado de 1602 ser eleito Custódio para esta nova familiazinha, e costumando a Província até agora dar aos novos Custódios, quando vêm, 8 ou 10 frades que sustentam e governam a Custódia, e me deram somente 2 e com meu companheiro e eu viemos 4: Contudo sem embargo essa pouca suficiência vi que convinha à glória de Deus e ao serviço de Vossa Majestade, de cuja parte me pediu também o Governador Diogo Botelho, tomar 16 ou 18 aldeias de gentio da Capitania da Paraíba, demais das outras que dantes tínhamos, por mandamento de Vosso Pai, e nestas fiz três cristandades, nas quais se congregam mais de 15 almas (sic) que com incrível insistência e fervor pediam a doutrina e batismo. Para o qual ministério se requerem frades de confiança e austeridade e assim pus lá os melhores que tinha nestas duas Capitánias, deixando por isso os Conventos mal acomodados. A isto se ajusta que contra os estatutos desta Custódia, feitos pela Província e reformados pelo Pe. Geral passado, passa o Provincial licenças a alguns que cá tomaram o hábito, para se irem ao Reino, por petição de pessoas nobres, representando necessidade, que na verdade o não são. E como suas patentes trazem censuras de necessidade as hei de cumprir. E assim se embarcam agora para o Reino, com meu antecessor, entre filhos da Custódia e da Província; 6 frades, havendo nós vindo somente 4. E com pouca gente não se pode conservar estas cristandades que com um pedaço de zelo comecei e além do principal intento e do maior bem que nisto se deve pretender e V. Majestade pretende em todas suas conquistas, que é a conversão e salvação das almas, é também isto importantíssimo à paz deste gentio com os brancos, que sem doutrina não está segura, nem eles estiveram quietos senão agora. Portanto, com toda a humildade que posso, peço a V. Majestade, seja servido mandar ao Pe. Geral ou ao seu Comissário Geral de Espanha, por cuja patente vim e tomei cargo desta Custódia, que mande ao Ministro da dita Província de Santo Antônio, nos enviem até 12 frades, homens fortes e de confiança e que todos os que cá fizeram profissão e lá estão, sejam logo restituídos à Custódia como filhos seus, nem se passem mais licenças para irem outros como dispõe o Estatuto.

«Tem V. Majestade nesta Capitania um Capitão Geral Alexandre de Moura digno de mui grandes prêmios, porque além de proceder em todas as coisas cristianissimamente, desta maneira faz as do serviço de V. Majestade com toda a inteireza, que a ninguém agrava, coisa rara em Capitães, e tem este povo muito quieto e seus vassallos constantes, pelo amor a afabilidade com

que todos trata. E posto que V. Majestade deve saber isto por outras vias, pareceu-me não lhe pesará sabê-lo também por via deste hábito.

«Os religiosos desta Custódia e eu temos particular cuidado de encomendar a Deus a V. Majestade e a todo o Estado real como primária e fortíssima obrigação nossa, de cujas ordinárias e largas esmolas vivemos. Desta Vila de Olinda e Convento de N. Sra. das Neves, 15 de novembro de 1603.

Frei Antônio da Estrela».

Em despacho de Valladolid 31-V-1604. O Rei manda que o Padre Comissário Geral de S. Francisco veja a carta supra.

Os cronistas franciscanos coevos silenciam o estado real da custódia, enquanto Frei Vicente do Salvador menciona tão somente a ordem de Diogo Botelho. Os lamentáveis abusos, introduzidos na custódia provam que já passara, entre os franciscanos, o primeiro fervor missionário do tempo de Frei Melchior, abusos estes favorecidos pelos provinciais de Lisboa e por pessoas seculares de certa influência. Devemos no entanto conceder que nem toda a culpa cabe aos religiosos; pois, os demorados atritos entre os franciscanos da Paraíba e o governador Feliciano Coelho de Carvalho desgostara muitos e de certo contribuíra para a retirada de vários à província-mãe portuguesa.

Tanto a transferência de franciscanos do Brasil para o reino, como o reduzido número de novos missionários lusos destinados à custódia permite a suposição de que a província de Santo Antônio de Lisboa ainda continuava com certos preconceitos contra as suas missões brasileiras. Ignoramos o efeito da reclamação do custódio Frei Antônio da Estrela.

Deve-se a Frei Antônio da Estrela a renovação e a reforma das atividades apostólicas na custódia brasileira. Daí também o regulamento missionário estabelecido pela junta custodial e aprovado pelo Capítulo provincial de Lisboa, em 1607, cujo texto reflete o rigor e a mentalidade do incipiente século XVII e nesta qualidade deve ser interpretado pelo leitor do século XX, Ei-lo⁹:

1. ADVERTÊNCIAS PARA AS NOSSAS DOUTRINAS.

Primeiramente se declara e ordena que nas nossas doutrinas de N. Sra. da Assunção na Paraíba e de São Miguel em Iguaçu,

9. Arquivo Nac. da Torre do Tombo — *St.º Antônio dos Capuchos*, maço 18, n.º 26, fl. 2v-3v.

daqui em diante, haja clausura por evitar alguns inconvenientes, nisto haver comodida, e religiosos para isso: e os que o quebrar fazem ou derem ocasião ou conselho para isso, incorram nas penas em que pelo mesmo caso se incorre nas mais casas da Religião.¹⁰

Não se dispense nos impedimentos de consangüinidade ou afinidade com os índios; antes se recorra ao prelado para este efeito ou ao comissário que, em sua ausência, suas vezes tiver.

Faça-se rol dos índios capazes de confissão, entrada a Septuagésima corra-se com eles em forma que quando vier *dominica in albis* estejam confessados. E o presidente da doutrina terá cuidado de mandar o rol ao custódio e em sua ausência a quem em seu lugar ficar e havendo nisto descuido façam-lhe com efeito mandar para que se saiba os que são nisso remissos e descuidados e como a tais os castiguem. E em caso de nas nossas casas se haja de administrar sacramento aos tais pelos religiosos que já tiveram nas doutrinas, não se faça sem licença do guardião e em sua ausência do presidente.

Posto que à conta dos presidentes das doutrinas está vigiarem sobre os índios que vivem mal, tratam suas mulheres como não devem, que são feiticeiros e criminosos e que não acodem à igreja especialmente nos dias de obrigação, que não guardam os dias santos e jejuns dela e pelas tais culpas castigá-los, contudo lembramos ao irmão Custódio que quando lá for faça particular pesquisa e inquirição disso ou a mande fazer pelo religioso que isso lhe parecer mais suficiente, para que nos conste como se satisfaz com o que à nossa conta e obrigação esta sobre a qual, neste particular, descarrega o bispo sua consciência.

2. MODO COMO SE HÃO DE HAVER OS RELIGIOSOS NAS DOUTRINAS.

Primeiramente dita pela manhã clara a missa como é costume por respeito dos trabalhos dos índios e ensinada a doutrina, tanja-se à escola. Todo o tempo que os moços nela estiverem estarão de feição que tenham medo e respeito a quem os ensina. E a doutrina para que fique com mais autoridade e gravidade se lhes dirá passeando pela igreja com o capelo na cabeça. E fazendo prática terá o língua um escobelinho em o qual se sente. E passeando algumas vezes se tornará a seu lugar, por que já que é forma de pregação, é justo que se represente com gravidade, exortando os línguas com exemplos de Santos e fazendo-os esquecer de seus ritos gentílicos.

10. O capítulo provincial de 1607 não aprovou a introdução da clausura.

Todo o tempo que os moços estão na escola esteja a porta ferrolhada; todo o mais tempo esteja fechada com chave para que quem vier tanja. E a porta da igreja, acabada a missa, em o tempo em que se faz doutrina se feche logo com chave a qual não se abrirá em outro tempo, sem particular licença do presidente.

Não se dêem palmatoriadas a índios já velhos principais, porque os tais mais se castigam com repreensão de palavras que com palmatoriadas de moços. Quando o caso for tal que haja mister castigo isto não há de ser menos que o tronco, ao qual não mandará algum língua índio ou índia, sem o consultar primeiro com o presidente. Nenhum religioso dê palmatoriada a mulher, mas havendo-as de dar seja umas às outras, havendo respeito às velhas, às moças e meninas. E se o que tem cuidado da escola for sóbrio em açoitar os moços adyrta o presidente nisso.

Não se consintam índios nas celas dos frades, nem há para que os trazer dentro da casa, tirando três colomis para o serviço dela, estes os mais modestos e recolhidos, e quem presidir nunca diante deles repreenda os religiosos, porque os não fiquem tendo em menos conta.

Acabada a doutrina, não se ponha o religioso língua à porta da igreja para mandar dali os índios; mas, mande-os vir à escola dos moços e aí negocie com eles.

Não fale o religioso com Índia só; mas, quando alguma se vier queixar, seja à portaria e tenha o língua-companheiro consigo.

Visitem as aldeias como é costume, duas vezes na semana, para saberem dos enfermos que há nela e nenhum religioso ande só pela aldeia, porque não se escandalizem os seculares; e visitarão as roças quando for tempo de plantar porque, se plantarem pouco, possam plantar mais porque não morram de fome.

Persuadam aos Índios a ajudar aos brancos e em especial àqueles em cujas terras estão. E não se intrometam os religiosos em seus preços. E em todo rancho haverá um índio de mais entendimento que avise o língua de como se vive naquele rancho.

Não dêem os Índios para trabalhar fora sem fazerem primeiro suas roças; e exortem-nos a se confessarem muitas vezes no ano. Como entrar a septuagésima até a páscoa não dêem Índios para trabalhar mais que quando muito oito dias por respeito da doutrina e confissão.¹¹

11. Ainda seguem algumas determinações sobre a disciplina regular dos franciscanos, que omitimos. — O documento vem assinado pela junta custodial, com a data de 27.X.1606, sendo os componentes da junta:

Como sucessor de Frei Antônio da Estrela foi reeleito Frei Leonardo de Jesus, o qual em fins de 1606 resolveu com a junta a fundação de três conventos em Ipojuca, Recife e Rio de Janeiro, sendo esta a mais importante porque patenteia o avanço dos franciscanos para o Sul do Brasil-colônia. Ademais o convento de St.^o Antônio, ainda existente no atual largo da Carioca, fundado por Frei Vicente do Salvador, seria a partir de 1650 casa de estudos filosóficos e teológicos e passaria à sede da novel custódia da Imaculada Conceição, em 1659, e da província homônima, em 1675¹².

Nomeado o primeiro custódio brasileiro, na pessoa de Frei Vicente do Salvador, este recebeu faculdades de celebrar capítulos e ocupar todos os cargos da custódia, exceto o do custódio. De fato, o frade baiano reuniu o primeiro capítulo custodial em Olinda, aos 14 de outubro de 1614.

Em 1617, o governo colonial ponderou a elevação da custódia olindense à categoria de província autônoma a fim de aliviar a província-mãe de Portugal, que acabava de receber novos encargos nas missões do Grão Pará. Não se realizou o plano da separação e promoção da custódia senão quarenta anos depois. Mas, as fundações de conventos efetuadas em São Paulo e Santos (1639), durante a guerra holandesa estenderam a custódia cada vez mais no Sul, preparando não somente a sua independência, mas também a criação de nova circunscrição franciscana no Brasil central¹³.

Enquanto a existência da custódia corria risco de morte em Pernambuco e Paraíba, onde todos os seis conventos estavam ocupados pelos invasores calvinistas, apareceram novos conventos na Bahia e no Sul, de modo que a Santa Sé, em 1647, declarou autônoma a custódia olindense, conferindo-lhe ainda em 1657 os foros de província independente da província-mãe lusa. Essas prerrogativas, a Ordem franciscana em terras brasileiras não nas recebeu espontaneamente e sim depois de expor e defender os motivos perante o superior geral e a própria Sé Apostólica, sendo estas as razões principais¹⁴:

Frei Antônio da Estrela, ex-custódio imediato, Frei Leonardo de Jesus, custódio atual, e os consultores Frei Francisco dos Santos, Frei Antônio Boaventura, Frei Antônio da Ilha, Frei Antônio da Ínsua. A junta reuniu-se no Convento de Olinda, sede da custódia de St.^o Antônio. — Todo o regulamento, exceto o primeiro trecho referente à clausura, foi aprovado pelo capítulo provincial de Lisboa aos 21.VII.1607, entrando em vigor, em todas as missões da custódia franciscana.

12. Roewer-Convento, pág. 18ss., 44, 51, 58.

13. Frei Basílio Roewer, OFM, *Páginas de História Franciscana no Brasil*, Petrópolis² 1957, págs. 74ss, 127ss.

14. Jab. II, pág. 592.

1. Os custódios, quase exclusivamente portugueses, não compreendiam bem a situação da custódia.
2. As viagens dos custódios para Portugal pesavam muito à custódia.
3. As comunicações eram por demais demoradas entre o reino e a colônia.
4. A custódia já dispunha de elementos para qualquer cargo.

Conclusão

A novel província de St.^o Antônio possuía, em 1657, vinte conventos, entre a Paraíba e São Paulo, tendo após a derrota dos batavos retomado as suas casas, a partir de 1630 confiscadas pelos invasores. Estava pois definitivamente estabelecida a Ordem Seráfica no Brasil. O desmembramento da custódia da Imaculada Conceição, com sede no Rio de Janeiro, foi a consequência natural da expansão dos franciscanos, seguindo-se em 1675 a sua promoção à província autônoma. Tendo vencido a invasão holandesa, os religiosos também sobreviveram à perseguição pombalina e ao fechamento definitivo dos noviciados, durante o segundo reinado. Embora não passassem de dez todos os franciscanos do País, no advento da república, conseguiram restaurar as duas províncias, a partir de 1893, quando viram as suas fileiras engrossadas por mais de cem confrades alemães.

15. Frei Bonifácio Mueller, OFM, *Província Franciscana de St.^o Antônio do Brasil*, Recife 1957, pág. 77.

A COROA DE PORTUGAL

O ÚLTIMO SOBERANO QUE CINGIU O EMBLEMA REAL

AUGUSTO MAURÍCIO

Do Instituto Histórico e Geográfico
da Guanabara

Corria o ano 1578. O aventureiro e destemido D. Sebastião, que partira para a África com uma lusida esquadra de muitas naus para combater os moiros, e conquistar para a sua coroa a região marroquina, morrera na sangrenta batalha de Alcácer-Quibir, derrotado completamente pelas aguerridas tropas de Mulei-Moluco.

O Cardeal D. Henrique estava em Alcobaça quando teve notícia da dolorosa tragédia que envolvera o sobrinho, e partiu imediatamente para Lisboa, onde chegou a 15 de agosto. A 29 do mesmo mês, Belchior do Amaral, bravo soldado que acompanhara o rei na infortunada expedição, e se encontrava então prisioneiro dos moiros, confirmava em carta o desaparecimento do monarca.¹

D. Sebastião não deixara filhos; mas, nem por isso o trono luso podia permanecer vazio.

1. O cadáver de D. Sebastião permaneceu em Ceuta até 1582. Segundo se lê no belo livro D. SEBASTIÃO E D. HENRIQUE, do Padre José de Castro, membro da Academia Portuguesa de História: «logo que Belchior do Amaral enviou de Tânger notícia a D. Henrique, de que ele próprio, em Alcácer-Quibir, dera sepultura ao cadáver de D. Sebastião, o Cardeal-Rei ordenou a Frei Roque do Espírito Santo, que negociasse o resgate. Com cartas de D. Henrique (de Portugal) e de Felipe II (de Espanha), apresentou-se o frade ao Xerife e alcançou sem preço o deferimento de sua pretensão. O cadáver foi levado a Ceuta, e ali ficou até 1582. Nos fins deste ano foi transportado a Faro e, finalmente, a Lisboa, onde lhe deram sepultura na igreja de Belém.

Sendo D. Henrique o parente mais próximo, na ordem de sucessão, do desventurado D. Sebastião, proclamou-se, logo a seguir, Rei de Portugal, fazendo-se coroar com a maior pompa, no dia 31 daquele mês de agosto.²

O reinado de D. Henrique teve, porém, curta duração. Velho e doente, alquebrado pelas lutas políticas que, se lhe deram dias memoráveis de triunfos, foram, também, por vezes, altamente inglórias, falecia a 31 de janeiro de 1580 e, não obstante, durante o seu curto período de reinado, ter sido debatida a questão da sucessão ao trono, esse problema não ficou definitivamente resolvido. É verdade que D. Henrique muito se esforçava para que fosse reconhecido Rei de Portugal, por sua morte, Felipe II de Espanha, e esse empenho encontrara sempre a mais acirrada oposição dos seus patricios.

Assim, com o falecimento do rei-cardeal, tornou-se herdeiro da coroa, por ser neto de D. Manuel I, o Rei Felipe II de Espanha, embora contra a vontade dos portugueses, o qual, uma vez no trono luso tomou o título de Felipe I.

Não foi recebido de bom grado, como, aliás, era esperado, o governo do soberano espanhol. Se havia no país tantos nobres de sangue azul, e da mais alta linhagem, por que iria o povo sujeitar-se ao mando de um estrangeiro?

Tendo Felipe II, de Espanha e I de Portugal, tido conhecimento da atmosfera hostil que se criara em torno de sua pessoa, e pressentindo que, por bem, não conseguiria jamais governar Portugal, resolveu impor-se pela força. O exército espanhol foi rapidamente movimentado e, abruptamente invadiu o país, para garantir a aclamação de Felipe, o que se verificou logo após, amparada pelos espanhóis que consigo levava, e mesmo por alguns portugueses nobres, ligados à Casa de Espanha por laços de família.

A vitória de Felipe I não significava, no entanto, a submissão do povo, altivo nos seus brios, independente por indole; apesar de haver o rei prometido respeitar os costumes lusos e dar sempre a Portugal um governador da terra, não deixaria nunca de ser um indesejável. O povo não poderia conformar-se com a condição de colônia, embora sofisticada, depois de uma gloriosa existência de liberdade conquistada à custa de sangue, durante a qual

2. D. Sebastião nasceu em 1554. Subiu ao trono de Portugal em 1568, e faleceu na batalha de Alcácer-Quibir, em 1578. D. Henrique nasceu em 1512. Foi coroado em 1578, e faleceu em 1580, sem deixar herdeiro direto. Felipe II, de Espanha, nasceu em 1527. Subiu ao trono português em 1580, com o título de Felipe I. Morreu em 1598. Era neto do rei D. Manuel, de Portugal e, por isso teve acesso ao trono, por falta de herdeiro luso.

os feitos mais heróicos, as ações mais brilhantes, marcaram indelivelmente as páginas da História Universal!

O espírito de rebeldia, desde logo, embora sob forma pacífica, dominou o coração português. Os nacionais, por força das circunstâncias, obedeciam ao jugo de Madri, mas, cedo ou tarde, teriam de livrar-se daquela humilhação. Afinal, na nobreza lusa havia alguém capaz de ocupar o trono.



El-Rei D. João IV — Gravura de Baltazar Moncornet (Da coleção do Sr. Dr. Artur Gomes de Carvalho)

Todavia, passaram-se sessenta anos de domínio estrangeiro. A Felipe I, sucedeu Felipe II, e a este, Felipe III, respectivamente III e IV de Espanha.

Os dias e os anos corriam. A conspiração silenciosa crescia, de momento a momento, e atingia, afinal, a todos os espíritos, espalhando-se por toda a nação. Na última reunião dos conjurados, realizada a 25 de novembro de 1640, ficou estabelecido o dia 1º de dezembro, para o início da revolução libertadora. E nessa data explodiu violenta, estendendo-se por todas as províncias. A luta desenrolou-se encarniçada, marcada de vitórias e derrotas para ambas as partes, envolvendo Portugal em sangue e luto. O ideal de liberdade, porém, pairava mais alto do que o sentimentalismo do povo; a cartada estava lançada, e só com a morte poderia ser perdida.

O Duque de Bragança, que na ocasião se encontrava em sua quinta de Vila Viçosa, e fora escolhido previamente pela Revolução, chegava a Lisboa no dia seguinte, 6 de dezembro. Logo assentara no trono e recebera a Coroa do reino sob o nome de D. João IV. Era preciso, pois, sustentar o emblema real, honrá-lo, fazer-se, por fim, digno da confiança dos seus patrícios e vassalos. E haveria de consegui-lo, ainda que fosse necessário o sacrifício da própria vida. D. Luisa de Gusmão, Duquesa de Bragança, esposa do rei, espírito brilhante e atilado, foi uma das pessoas que mais animaram D. João; era a conselheira de todos os momentos, sua incentivadora na luta para a vitória. Recordamos aqui a célebre frase da soberana quando notou certa indecisão do marido em aceitar o trono: *«mais vale viver reinando do que acabar servindo.»*

A luta entre Portugal e Espanha prosseguia sem tréguas, registrando-se momentos de maior e menor intensidade. A vitória pendia, todavia, para o lado espanhol, apesar da causa justa, e do heroísmo do povo. A Espanha possuía melhores recursos bélicos. Se havia escaramuças ou pequenos combates, registraram-se choques de grande monta, em que triunfaram bravamente os portugueses, sob o comando de Matias de Albuquerque, em 1644.

Quarenta foram os principais fidalgos portugueses que organizaram e chefiam o movimento de insurreição. Altamente católicos, como o próprio rei, talvez houvessem acreditado que só um milagre poderia oferecer a possibilidade de vitória à revolta em que se empenhavam. A fé religiosa sempre foi uma das características do povo português. E essa mesma fé estendeu-se até aqui, quando da descoberta do Brasil, em 1500, quando foi rezada a primeira missa, no ilhéu Coroa Vermelha, próximo ao local do desembarque de Pedro Álvares Cabral e sua gente. O padre vinha na própria esquadra portuguesa, e era o franciscano, de Coimbra, Frei Henrique Soares.

O Duque de Bragança, quando aclamado Rei sob o título de D. João IV, ordenou logo a celebração de missa solene, na Capela Real, em homenagem à Virgem da Conceição, festa, cuja realização esteve a cargo do pregador sacro Frei João de São Bernardino.

A Virgem da Conceição conquistou inteiramente a devoção de todos os portugueses, católicos na sua maioria. Assim foi que D. João IV, através de Provisão Régia, datada de 25 de março de 1646, tornou-a oficialmente, com o beneplácito geral, a padroeira do país. Esse documento foi lido solenemente pelo Secretário de Estado Pedro Vieira da Silva e, em voz alta, repetidas as palavras por D. João IV, ajoelhado na Capela dos Paços da Ribeira. Eis o documento que, a título de curiosidade, transcrevemos da Revista dos Centenários, publicada em Lisboa, em julho/agosto de 1940, e cuja ortografia conservamos:

— «Dom João, por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves, daquem e dalem mar em Africa, Senhor de Guiné, e da Conquista, navegação e Comércio da Etiopia, Arabia, Persia, e da India etc., faço saber aos que esta minha provisão virem que sendo ora restituído por merce muito particular de Deos nosso Senhor, à Coroa destes meus Reinos e senhorios de Portugal; considerando que o Senhor Rey Dom Affonso Henriques meu progenitor e primeiro Rey deste Reyno, sendo aclamado e levantado por Rey, em reconhecimento de tão grande merce, de consentimento de meus Vassallos, tomou por especial auogada sua a Virgem Mãy de Deos Senhora nossa, e debaixo de sua Sagrada proteção e amparo lhe offereceo todos os seus sucessores, Reino e Vassallos com particular tributo em sinal de feudo e Vassalagem; Desejando eu imitar seu santo zelo, e a singular piedade dos senhores Reys meus predecessores reconhecendo ainda em my auantajadas e continuas merces e beneficios da liberal e poderosa Mãy de Deos nosso Senhor por intercessão da Virgem nossa Senhora da Conceição: Estando ora juntos em Cortes com os tres Estados do Reino, lhes fiz propor a obrigação que tinhamos de renouar e continuar esta promessa, e venerar com muito particular affecto, e solemnidade, a festa de Sua immaculada Concepção: E nellas, com parecer de todos, assentamos de tomar por padroeira dos nossos Reynos e Senhorios, a Santissima Virgem nossa Senhora da Concepção, na forma dos Breues do SANTO PADRE VRBANO 8º, obrigandome a hauer confirmação da Santa See Apostolica. e lhe offereço de nouo em meu nome e do Principe Dom Theodosio meu sobre todos muito amado e presado

filho, e de todos meus descendentes, sucessores, Reinos, Senhorios e Vassallos, a sua Santa Caza da Concepção sita em Villa Viçosa, por ser a primeira que ouue em Espanha desta invocação, sincoenta cruzados de ouro em cada hum anno em sinal de Tributo e Vassalagem: E da mesma maneira prometemos e juramos com o Principe e Estados, de confessar e defender sempre (té dar a vida sendo necessário) que a Virgem Maria Mãe de Deos, foi concebida sem peccado original, tendo respeito, a quem a Santa Madre Igreja Romana, a quem somos obrigados a seguir e obedecer, celebra com particular officio a festa, sua Santissima e imaculada Concepção; saluando porem este juramento no caso em que a mesma Santa Igreja resolua o contrario, esperando com grande confiança na infinita misericordia de Deos nosso Senhor, que por meyo desta Senhora padroeira e protetora de nossos Reynos e Senhorios, de quem, por honra nossa, nos confessamos, e reconhecemos Vassallos e tributarios, nos ampare e defenda de nossos inimigos, com grandes acrescentamentos destes Reynos para gloria de Christo nosso Deos, exaltação de nossa Santa See Catholica Romana, conversão das gentes, a reduccão dos herejes.

E se alguma pessoa intentar couza alguma contra esta nossa promessa, juramento e vassalagem, por este mesmo effeito, sendo vassallo, o hauemos por não natural, e queremos que seja logo lançado fora do Reino. E se for Rey (o que Deos não permitta) haja certeza desta nossa Eleição, promessa, e juramento firmada e estabelecida em Cortes, mandamos fazer della tres autos publicos, um que será logo leuado a Corte de Roma para se expedir a Confirmação da Santa See Apostolica, e outros dous que juntos a dita Confirmação, e esta minha provisão se guarde no Cartorio da Casa de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, e na Torre do Tombo.

Dada nesta nossa Cidade de Lisboa aos vintasinco dias do mes de Março: Balthazar Roiz Coelho a fez anno do nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de 1646. Pe. Vieira da Silva a fez escreuer: Ele Rey. —»

Em 1650 fez D. João IV cunhar uma moeda-medalha para comemorar a adoção de N. S. da Conceição como Padroeira de Portugal.

Depois deste ato solene D. João IV, tirando a coroa real, colocou-a sobre a cabeça da imagem da Senhora da Conceição. Segundo se lê no belo livro NOBRESA DE PORTUGAL, pág. 510, de autoria de Afonso Eduardo Martins Zoquete — em res-

peito à padroeira, desta data em diante mais nenhum rei português usou a Coroa real. Em qualquer fotografia, ou pintura, ou gravura em que aparece o soberano em trajes majestáticos, segurando o cetro, a esfera armilar à mão, vê-se sempre, ao lado do trono, sobre uma almofada, a Coroa do reinô. Não mais se denominou coroação a cerimônia da subida de um soberano ao trono luso, mas, simplesmente, *aclamação*.

Entretanto, não obstante a eleição de N. S. da Conceição para protetora do Reino de Portugal ter ocorrido em 1646, somente teve sua confirmação em 1671, pelo Vaticano, através do Breve *Eximia Dilectissimi*, do Papa Clemente X, depois de reatadas as relações da nação lusa com a Santa Sé.

O fato é perfeitamente compreensível. Com a ascensão ao trono português do rei da Espanha, Portugal, *ipso facto*, deixou de ser independente, uma vez, que o seu rei, Felipe I, era o Felipe II do país vizinho. Assim sendo Portugal passou a ser uma possessão, uma terra anexa, obediente a um único soberano. Desaparecera como nação.

Como foi dito linhas atrás, a guerra da restauração de Portugal como nação soberana, estendeu-se até 1668, quando reinava D. Pedro II, sucessor do seu irmão D. Afonso VI, e foi conseguida depois de muitas batalhas, como as de Elvas, Castelo Rodrigo, Ameixial, Montes Claros e outras, que custaram muitas vidas. Afinal, naquele ano 1668, com a intervenção da Grã-Bretanha, foi assinado o tratado de paz com a Espanha, pelo qual era definitivamente reconhecida a independência de Portugal. Voltava a ser um país livre. Tornava a ser Portugal.

No reinado de D. João VI, em 1818, quando a Corte se encontrava no Rio de Janeiro, instituiu aquele soberano a Ordem de N. S. da Conceição de Vila Viçosa. Essa Ordem honorífica terminou a sua importância quando foi proclamada a república em Portugal, no dia 5 de outubro de 1910.

No ano 1832, nova homenagem prestava Portugal à Senhora da Conceição. Desta vez era através da bandeira pátria. Foi quando do restabelecimento da Constituição do país, com a expulsão de D. Miguel, que havia usurpado o trono de sua sobrinha D. Maria da Glória.

D. Pedro IV — o grande Pedro I do Brasil, quando partiu de Ponta Delgada com o exército de 8000 homens, formado na Ilha Terceira, para lutar contra o irmão, levava como emblema da sua falange uma bandeira azul e branca, tendo ao centro, bordado pelas mãos da própria princesa Maria da Glória — então com 13 anos de idade — o escudo da Casa de Bragança. E quando

desembarcou D. Pedro na Praia de Pompelido, nas imediações do Mindelo, no dia 8 de junho de 1832, a bandeira que tremulava à frente das tropas, que as guiava em direção à vitória, era aquela que trazia dos Açores, e com a qual entrou na Cidade do Porto, no dia seguinte.

A luta continuou ainda por algum tempo, entre D. Miguel e D. Pedro — um defendendo o absolutismo, outro a Carta Constitucional e o propósito de restabelecer o direito da filha ao trono português. Finalmente, quando terminou a guerra, em maio de 1834, o pendão de D. Pedro, que passou à sua filha D. Maria II, tornou-se emblema nacional, com as cores azul e branca, que são vistas no vestuário da Senhora da Conceição, nos altares dos templos católicos.

Esse pavilhão azul e branco representou a Nação Portuguesa desde 1832 até 1910, ano em que foi escolhido o atual verde e vermelho, adotado na ocasião da implantação do regime republicano na terra lusa.

«UM PRESENTE RÉGIO»

GILDA MARINA DE ALMEIDA LOPES

Chefe da Seção de Pesquisas do Museu
da República.

A coleção Epitácio Pessoa foi transferida do Museu Histórico Nacional para o Museu da República, em 1960, quando se inaugurou este último no antigo Palácio do Catete.

No livro de registro ou tombamento do acervo do novo museu republicano, passou a constar, sob o número 347 (55-4-60) o seguinte: «Um estojo com dezoito pratos de porcelana. — Fab. Real de Bruxelas».

Debaixo de tão simples enunciado se esconde uma das preciosidades do Museu da República. Trata-se do admirável presente oferecido pelos reis da Bélgica, Alberto I e Elizabeth, ao Presidente Epitácio Pessoa, em 1920, por ocasião da visita daqueles soberanos ao Brasil.

Num estojo-mesa de madeira, com alças e letras de bronze, lê-se: «Le Roi et La Reine des Belges à Son Excellence Monsieur Epitacio Pessoa, President de La Republique des États-Unis du Brésil», 1920.

Este estojo contém uma série de dezoito pratos, pintados à mão e assinados. Peças únicas trazem no reverso, em letras douradas, o nome do local ou do monumento belga que representam, seguido da dedicatória: «Souvenir du Roi et de la Reine des Belges à Son Excellence Monsieur Epitacio Pessoa, President de la République des États-Unis du Brésil». Depois, entre as letras D e C, o desenho ou marca da porcelana e, finalmente, as palavras «Manufacture de Bruxelles», indicando a procedência da louça (vide figura 1).

Todos os reversos são iguais, variando apenas a designação da localidade reproduzida no prato.

Adotando uma numeração arbitrária, com o único fito de facilitar o comentário das peças, temos:

PRATO Nº 1:

«L'HÔTEL DE VILLE DE FURNES»

O Paço Municipal ou Prefeitura de Furnes é uma interessante edificação do século XVI. À sua frente, o pintor F. de Valeriola colocou algumas figuras em atitudes muito naturais.

Furnes é uma antiga cidade da Flandres Ocidental. Apareceu na História no século IX, época da invasão dos Normandos.

Nos tempos atuais, é um importante centro de comércio de cereais e gado. Possui, ainda, fábricas de rendas, tijolos, telhas, etc.

A borda do prato, por sinal com a mesma decoração em todos eles, é azul, do chamado "azul de Sèvres", com riquíssima grega dourada.

A assinatura «F. de Valeriola» não foi encontrada nos compêndios. Existe um «Edmond de Valeriola» — século XIX — escultor de Bruxelas. Será um irmão do pintor? Pintores de porcelana, pintores menores não figuram no Bénézit.

MANUFATURA DE BRUXELAS:

Desde 1786, surgem várias fábricas de porcelana, em Bruxelas. Duas tiveram o mesmo nome: Elterbeck. A primeira foi fundada por Christian Kühne e usou o mesmo caulim de Limoges. A outra teve por fundador Windish, trabalhando até nossos dias. L. Cretté e L. S. Vaume também fabricaram porcelana dura e usaram marcas diversas. A marca dos pratos, em questão, não foi achada nos manuais, talvez por ser recente, primeira metade do século XX.

PRATO Nº 2:

«VUE DE VISÉ»

Paisagem com torre de igreja, carroça e barcos.

Visé é uma antiga cidade da Bélgica, com porto muito ativo sobre o Rio Mosa.

PRATO Nº 3:

«L'HÔTEL DE VILLE DE BRUXELLES»

Pintura de colorido e perfeição admiráveis, reproduzindo o célebre Paço Municipal ou Prefeitura de Bruxelas. O extraordinário edifício gótico flamejante é dotado de uma torre piramidal de grande elegância e leveza. A Praça (Grand Place) onde ele se encontra, parcialmente apresentada no prato, é uma das mais notáveis da Europa. Todas as casas, que a circundam, são antigas edificações das «Corporações», restauradas com muita arte.

PRATO Nº 4:

«L'ÉGLISE DE Sto. NICOLAS À GAND»

Esta igreja foi construída em duas épocas, parte no século XII e parte no XV. Sua nave central é românica, enquanto a torre e os portais marcam a transição para o gótico.

Gand, velha cidade da Flandres oriental, surge na História, no século VII.

Importante centro, até hoje, de comércio de cereais, óleos, couros, flores, cavalos e gado. Dotada, ainda, de fábricas de rendas, flanelas, tecidos de linho e algodão e, principalmente, grandes fundições de ferro e cobre. A intensidade da vida em Gand contrasta com o silêncio de Bruges, sua vizinha.

Entretanto, Gand é também uma das mais artísticas cidades da Bélgica. Basta citar, como exemplo disso a Igreja de Saint Bavon, em cujo interior se abriga o famoso políptico "Adoração do Cordeiro Místico" dos célebres irmãos Van Eyck.

PRATO Nº 5:

«LE JUBÉ DE L'ÉGLISE DE DIXMUDE»

Magnífica reprodução da «Jubé» da Igreja de São Nicolau, em Dixmude.

«Jubé» é uma espécie de tribuna transversal, em forma de galeria elevada, entre o coro e a nave principal da igreja. Desta tribuna se fazia, outrora, a leitura da epístola e do evangelho. A de Dixmude, muito bem conservada, é uma admirável obra do começo do século XVI.

Dixmude, na Flandres ocidental, já era fortificada em 958. Possui importantes fábricas de tecidos, destilarias, curtumes e indústrias alimentícias.

PRATO Nº 6:

«LE PERRON DE LIÈGE»

Entre os mais notáveis monumentos de Liège, situado em frente ao Paço Municipal ou Prefeitura, está o famoso "Perron", antigo símbolo das liberdades locais (1698). Consta de uma coluna, cuja base está apoiada em quatro leões deitados. Todo o conjunto repousa sobre uma fonte.

Liège, localizada no vale do Rio Mosa, remonta ao século VI. É simultaneamente, grande metrópole industrial, cidade artística e um dos mais importantes centros metalúrgicos da Bélgica.

Região rica em depósitos carboníferos, tem, ainda, na extração do carvão de pedra uma das suas principais atividades.

PRATO Nº 7:

«L'HÔTEL DE VILLE DE LOUVAIN»

O Paço Municipal ou Prefeitura de Louvain é um esplêndido exemplar do gótico flamejante (1448-1463), construído na época do duque de Borgonha, Felipe, o Bom. Como a Igreja de Saint Pierre, foi restaurado e permanece testemunho vivo de um glorioso passado. Louvain, província de Brabante, durante as duas grandes guerras do nosso século, foi uma espécie de mártir, sofrendo tremenda destruição.

Cervejarias, curtumes, fabricação de calçados, esculturas em madeira, fundição de sinos são algumas das atividades dos habitantes de Louvain.

PRATO Nº 8:

«LA CATHÉDRALE D'ANVERS»

Entre os mais antigos e importantes monumentos de «Anvers» está a sua catedral (Notre Dame), que remonta ao século XV e rivaliza em tamanho e ousadia com as mais célebres igrejas da cristandade. Com uma torre de cento e vinte e três metros de altura, a catedral encerra, também, preciosidades artísticas, tais como, dois famosos quadros de Rubens: «A Elevação da Cruz» e «A Descida da Cruz». Não esqueçamos que «Anvers» é a terra natal deste grande pintor flamengo.

Antuérpia (Anvers) é um dos principais centros comerciais, não só da Bélgica, mas do mundo. Magnífico porto na margem direita do Escalda, sua ascensão marcou o definitivo declínio de Bruges.

PRATO Nº 9:

«LE BEFFROI DE BRUGES»

Reprodução muito feliz do famoso campanário. Na poética, mística e adormecida Bruges, como símbolo do seu antigo poderio comercial, ergue-se o Mercado (Les Halles), cuja fachada ostenta o célebre «beffroi» de oitenta metros de altura, construção do século XIII.

Eram comuns, na Bélgica e no Norte da França, essas torres ou campanários que serviam para vigiar os campos e alertar os povoados, no período da Idade Média. Mais tarde, receberam grandes relógios e carrilhões.

Bruges, antiga cidade da Flandres, foi um dos melhores e maiores centros comerciais e artísticos da Europa medieval.

O «Beffroi de Bruges» encerra belíssimo carrilhão, cujos sons despertam nos habitantes da velha cidade a nostalgia de sua passada grandeza.

PRATO Nº 10:

«LA CATHÉDRALE DE MALINES»

Edificações antigas adornam a cidade de Malines, tais como: a Igreja de «Saint Rombaut» (séculos XIII e XV); a Igreja de «Saint Jean», com um admirável tríptico de Rubens e a Igreja de «Notre Dame».

O prato representa, justamente, a Igreja de «Saint Rombaut», Sé ou Catedral da velha cidade, com uma torre grandiosa, a mais bela da Bélgica.

Malines foi fundada no século VI, chegando ao apogeu no XIV, época do imenso desenvolvimento de sua fabricação de tecidos. Em rendas, sobretudo, o mundo inteiro conheceu e apreciou o famoso «point de Malines».

Sede arquiepiscopal da Bélgica, Malines fica situada sobre o Dyle e o canal de Louvain, no Escalda. É importante centro de confluência das estradas de ferro do país.

PRATO Nº 11:

«VUE DE DINANT»

Dinant, província de Namur, cidade encravada entre o rochedo Bayard e as margens do Mosa. Indústrias diversas: curtumes, caldeirarias, fabricação de pães de mel, conhecidos como «couques de Dinant». São, também, célebres os trabalhos de cobre de Dinant (dinanderie).

Entre as edificações antigas, a Igreja de «Nobre Dame» é um magnífico exemplar do gótico do século XIII.

Esta cidade foi saqueada e destruída por Felipe, o Bom, em 1466, por haver tomado o partido do rei de França.

Em 1554, são os franceses que dela se apossam. No século XX, por uma espécie de fatalidade histórica, Dinant foi uma das cidades belgas que mais sofreram, nas duas Grandes Guerras do nosso tempo.

PRATO Nº 12:

«VUE DE NAMUR»

Namur, cidade da Bélgica situada na confluência do Sambre e do Mosa. Aparentemente, o prato em questão, reproduz a bela ponte de «Jambés». A cidade possui cutelaria fina, fundições, destilarias, curtumes, etc.

Entre as construções antigas destacam-se: a Catedral de «Saint Aubin»; — Igreja de «Saint Loup»; Palácio da Justiça, outrora residência dos Duques de Namur.

Praça forte importante, Namur teve papel militar considerável durante as guerras dos séculos XVII e XVIII.

PRATO Nº 13:

«VUE DE NIEUPOORT»

Nieuport, cidade belga da Flandres ocidental, localizada não muito longe da fronteira francesa, sobre o pequeno rio Yser.

Habitantes, na sua maioria, pescadores.

Igreja, construída nos séculos XV e XVI, figura parcialmente no prato.

Na foz do Yser, no mar do Norte, em oposição à velha Nieuport, ergue-se a conhecida estação de banhos de mar, cujo nome é Nieuport-les-Bains.

PRATO Nº 14:

«LES HALLES D'YPRES»

Ypres foi, na Idade Média, tão importante quanto Bruges e Gand.

Na primeira Grande Guerra (1914-1918), teve seu famoso Mercado em parte destruído. Este era uma construção do século XIV, felizmente restaurada dentro do estilo original, como se pode observar na pintura de F. de Valeriola.

Ypres — Flandres ocidental — está situada no Yperlée, sub-afluente do Escalda.

Simple castelo-forte no século VIII, constituiu-se em cidade dois séculos depois e lutou contra os duques de Borgonha e os Capetos.

Felipe, o Belo, conquistou-a em 1297. Dai por diante, passou de mão em mão, até tornar-se parte da Bélgica, transformada em reino independente, no ano de 1830.

PRATO Nº 15:

«LE PALAIS DE JUSTICE À ARLON»

F. de Valeriola reproduziu muito bem o notável edificio gótico, cujo telhado apresenta uma série de mansardas ou águas-furtadas.

Arlon, cidade bem antiga, ainda com vestígios galo-romanos, é capital do Luxemburgo belga. Possui intenso comércio de ferro e cereais.

PRATO Nº 16:

«LA PLACE DU RABAIS À HASSELT»

Hasselt é a capital do «Limbourg» belga, situada sobre o Demer, subafluente do Escalda.

Jazidas hulfíferas importantes, comércio de cereais e fabricação de aguardente são fontes da prosperidade de Hasselt.

«Place du Rabais», representada no prato é local onde se vendia barato, com abatimento nos preços, espécies de feiras, lá se realizavam.

PRATO Nº 17:

«GRAND PLACE A MONS»

Nela se situa a Prefeitura (Hotel de Ville) e outras construções antigas, que lhe dão peculiar encanto.

Mons, capital da província de Hainaut, é um cidade de cunho intelectual com interessantes Museus.

A cidade está, parcialmente, construída numa colina, o que lhe dá o nome (Mons). A outra parte se estende pela planície.

Mons teve seu maior esplendor durante a Idade Média graças, sobretudo, às suas manufaturas de tecido. Comércio de cereais, carvão, gêneros alimentícios, bem como fábricas de tabaco, óleos e sabão sustentam a economia da velha cidade.

PRATO Nº 18:

«LE PALAIS ROYAL A BRUXELLES»

Construção neo-clássica, de aspecto sóbrio e imponente, faz parte da série de edificios concentrados em torno do Parque de Bruxelas.

Na sua maioria datam da primeira metade do século XIX. Neste Palácio Real, esteve hospedado o Presidente Epitácio Pessoa, iniciando uma sólida e sincera amizade com Alberto I e Elizabeth, o heróico casal que ocupou o trono belga, num dos mais terríveis momentos da História deste país.

Bruxelas — capital da Bélgica — província de Brabante.

No século VI, «Saint Gery», bispo de Cambrai, fundou uma humilde povoação numa ilhota do «Senne». Bruocsella chamou-se o pequeno núcleo que estaria fadado a tornar-se no futuro, a grande capital da Bélgica. Sua posição privilegiada no centro do país, suas indústrias e ativo comércio fizeram-na progredir com espantosa rapidez.

Este progressivo desenvolvimento transformou-a sempre em presa cobiçada.

Por três séculos, a cidade debateu-se, sucessivamente, sob o domínio da Espanha, Áustria, França e Holanda. Por fim, em 1830, a Bélgica conseguiu sua independência, tomando então por capital, a antiga Bruocsella do santo bispo Gery.

Este admirável conjunto de pratos apresenta ótimo estado de conservação, excetuando um deles apenas com grande «fio de cabelo» (rachadura).

Todas as peças são do mesmo tamanho (0,23 cm. de diâmetro) e estão, hoje, dispostas numa das vitrines do Museu, a fim de que o público possa apreciá-las e receber a mensagem que elas transmitem. Como os demais objetos expostos, as porcelanas falam, não são coisas inertes, sem vida. É necessário, contudo, saber ouvi-las.

Mais do que nunca, na era da comunicação imediata, das conquistas espaciais e dos computadores eletrônicos, a humanidade precisa parar, pensar e escutar as lições do passado. Um povo que desconhece a própria história, que não tem uma tradição, está fadado a perecer.

Os pratos da Manufatura de Bruxelas comunicam ao observador, não apenas uma imagem de beleza e emoção estética, mas uma complicada trama política, que tornou possível a amizade sincera entre um soberano democrata da velha Europa e o Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil.

Em dezembro de 1918, foi Epitácio Pessoa convidado pelo Ministro das Relações Exteriores, Domício da Gama em nome do Presidente Rodrigues Alves, para fazer parte da Comissão que o Brasil ia enviar à Conferência de Versalhes, sob a chefia de Ruy Barbosa.



Prato n.° 1
Anverso



Reverso



Prato n.° 2



Prato n.° 3



Prato n.º 4



Prato n.º 5



Prato n.º 6



Prato n.º 7



Prato n.º 8



Prato n.º 9



Prato n.º 10



Prato n.º 11



Prato n.º 12



Prato n.º 13



Prato n.º 14



Prato n.º 15



Prato n.º 16



Prato n.º 17



Prato n.º 18

Com a posterior recusa de Ruy, Epitácio viu-se forçado a assumir a chefia da missão, embarcando, a 2 de janeiro de 1919, para a Europa no paquete Curvelo, ex-alemão Bremen.

Duas questões principais interessavam o Brasil na Conferência da Paz, em Versalhes: a do café do Estado de São Paulo e a dos navios alemães, por nós apreendidos durante a guerra.

Os componentes da Delegação Brasileira contavam resolver estes assuntos de forma favorável ao país, o que de fato conseguiram, graças ao valor intelectual do chefe e demais membros da missão (Raul Fernandes, Calógeras, Rodrigo Otávio, etc.), bem como ao apoio dos Estados Unidos da América.

Enquanto a Europa resolvia seus problemas e traçava novos mapas no seu próprio continente, o Brasil sofria o impacto do falecimento do Presidente Rodrigues Alves, dois meses depois de eleito. O «Conselheiro» foi o único presidente, na República Velha, que conseguiu voltar ao poder.

A morte não lhe permitiu um novo governo, talvez para que ficasse intacto a memória do seu notável quadriênio. Época áurea da República, em que um Pereira Passos, um Oswaldo Cruz, um Paulo de Frontin, um Lauro Müller transformaram a acanhada, fétida e pestilenta Rio de Janeiro numa cidade civilizada.

Agitou-se o país com a sucessão presidencial.

Epitácio Pessoa nunca pensara ser Presidente da República, pois a máquina política do Brasil estava montada de tal maneira que ao representante de um Estado pequeno, como a Paraíba, estaria sempre vedada a Suprema Magistratura do país.

Entretanto, para impedir a vitória de Ruy Barbosa, que a própria Bahia com J. J. Seabra repudiava, conjuraram-se os políticos dominantes da maioria dos Estados e preferiram eleger o homem do Nordeste, o chefe da Delegação do Brasil na Conferência de Versalhes.

Atônito, mas sem alvoroço, o novo presidente passou a receber, além das cortesias particulares, as finezas oficiais dos governos estrangeiros.

Bélgica, Itália, Inglaterra, Estados Unidos, Espanha, Portugal, Holanda, Canadá, Peru, Chile e Argentina convidaram-no a visitar os seus respectivos países.

Epitácio, para não demorar demais a volta ao Brasil, aceitou apenas alguns convites.

Assim, a primeira visita presidencial foi feita à Bélgica.

Logo após as eleições, manifestou o Rei Alberto o desejo de ter como hóspede de Estado o Presidente da Nação que, em 1914, protestara antes de qualquer outra, contra a invasão da

pequena Bélgica. Depois dos trâmites legais, a família Pessoa acompanhada de pequena comitiva seguiu para Bruxelas, a 7 de maio. Todos esses brasileiros se sentiam emocionados com a idéia de conhecer os soberanos, cuja lenda corria a Europa. Alberto I e Elizabeth tornaram-se célebres nos anais da Primeira Grande Guerra, pela coragem cívica e militar, pelo silencioso heroísmo ante a fúria dos hunos do século XX.

Hospedados no Palácio Real de Bruxelas, gozaram os brasileiros da intimidade da família real, antes mesmo dos programas oficiais da visita.

Epitácio foi condecorado com a Grã-cruz da Ordem de Leopoldo e desempenhou muito bem o seu papel de chefe de Estado. Seu oferecimento de intercâmbio comercial com a Bélgica, através de Antuérpia, que tomaria o lugar de Hamburgo, entusiasmou a nação empobrecida.

Todas as vezes em que falou em público, Epitácio demonstrou uma emoção sincera que conquistou definitivamente o carinho dos belgas. Outras visitas oficiais seriam feitas, mais brilhantes, talvez. Nenhuma teria o encanto particular da excursão à Bélgica. Ali, nasceria uma verdadeira amizade entre os hóspedes de passagem e o heróico rei-soldado e sua notável mulher.

Ao regressar, levou o Presidente do Brasil a promessa de uma visita dos reis belgas ao nosso país.

Essa visita efetuou-se, em 1920, com grande receptividade por parte dos brasileiros. Nunca tivéramos aqui a presença de um rei de verdade. D. Carlos de Portugal, em 1907, não conseguiu realizar o seu intento de visitar-nos, por ter sido assassinado. Assim, grande foi o entusiasmo popular quando a 19 de setembro, o encouraçado São Paulo ancorou por detrás do morro de São Bento, conduzindo os ilustres visitantes.

Recepções oficiais no Catete e no Guanabara, dois "garden-parties», concerto de gala no Municipal, parada militar e a clássica festa veneziana na Praia de Botafogo acolheram os reis da Bélgica, hospedados no Guanabara, durante a sua permanência entre nós.

A mobília por eles utilizada está atualmente no Museu da República, antigo Palácio do Catete, para onde foi levada pelo Presidente Vargas que, nela iria morrer, tornando-a duplamente histórica.

Alberto I e Elizabeth conheceram Minas e São Paulo, excursionaram por Petrópolis e Teresópolis, tendo mesmo acampado, por três dias, em barracas, numa floresta perto desta última cidade.

A visita transcorreu sempre, num clima de carinho e gentilezas mútuas.

Solicitado por outra potência sul-americana, Alberto I fez-lhe sentir que a sua intenção era homenagear somente o Brasil e que não aceitaria outros convites.

Os laços de simpatia, que uniram a família Pessoa aos reis belgas, estreitaram-se ainda mais. Uma sólida e profunda amizade se estabeleceu, cessando apenas quando a morte levou os principais protagonistas desta história.

Um deles sobreviveu bastante, a rainha Elizabeth, nascida na Baviera, em 1876. Aparentada com a Casa Imperial do Brasil, sobrinha de Elizabeth da Áustria, a famosa "Sissi" evocada nos filmes de Romy Schneider, esta outra Elizabeth acompanhou o marido em todas as vicissitudes da Primeira Grande Guerra. Vestiu o uniforme de enfermeira, para só despi-lo no final do conflito.

Grande musicista, instituiu o «Concurso Internacional Rainha Elizabeth», dedicando-se às instituições científicas e filantrópicas, depois do falecimento do Rei Alberto, num acidente de alpinismo.

Em novembro de 1965, um neto de Elizabeth e Alberto I visitou o Brasil. Acompanhado de sua mulher, a Rainha Fabíola, o Rei Balduino esteve em Brasília, Rio e São Paulo.

Seu pai, o ex-Rei Leopoldo III também conhece muito bem este nosso país.

Infelizmente, a viagem de Balduino foi abreviada pelas más notícias vindas da Bélgica. O rei precipitou-se para Bruxelas, a fim de testemunhar os últimos momentos de Elizabeth, no Castelo de Stuyvenberg.

Morreu a rainha-avô com 89 anos. Muita coisa viu, até a Moscou ela foi, nunca esquecendo porém, o jovem país tropical, inculto, que a acolheu com tanto entusiasmo nos dias felizes do após guerra.

Seu nome ficou entre nós, numa das grandes ruas de Copacabana: «Rainha Elizabeth». Esta rua e os pratos de porcelana da vitrine do Museu lembram o que foi um acontecimento extraordinário nos idos de 20, o que é extraordinário, ainda hoje, que o sentimento parece estar sendo banido da terra, a história romântica duma sincera e fiel amizade entre governantes de países tão diversos.

BIBLIOGRAFIA

ANDRIEU (Jean — Marie) "Belgium — Treasure of Yesterday — Promise of To Morrow.

BÉNÉZIT — Edição de 1966.

GRANDE ENCICLOPÉDIA DELTA — Larousse.

GROLLIER (Charles) — "Répertoire alphab. et systém. de toutes les marques connues. Manufactures européennes" — Paris, 1914.

LAROUSSE du XX^{eme} Siècle.

MICHELIN (Les Guides Michelin) — "Benelux".

NOUVEAU LAROUSSE ILLUSTRÉ.

PESSOA (Epitácio) — "Pela Verdade".

RAJA GABAGLIA (Laurita Pessoa) — "Epitácio Pessoa".

RELATÓRIO SOBRE A RESTAURAÇÃO DO QUADRO «SAGRAÇÃO E COROAÇÃO DE D. PEDRO I» PROF. JEAN BAPTISTE DEBRET — 1828

NICOLAU DEL NEGRO
Chefe do Gabinete de Restauração

FICHA TÉCNICA:

Obra: «Sagração e Coroação de D. Pedro I».

Autoria: Prof. Jean Baptiste Debret.

Dimensões: 3,80 x 6,36.

Chassis: pinho de riga.

Técnica empregada: óleo sobre tela.

Pintada no ano de 1828.

Condições da obra quanto à conservação: verniz oxidado e mofado; ausência de craquellê; reentelagem a base de cola já existente e descolado em grande parte devido a mudança de temperatura e do transporte; o estado da tela em tão grande proporção exigia uma nova reentelagem à base de cera.

RESUMO DOS TRABALHOS FEITOS

Preparo do local para os trabalhos testes, documentação, fotografia, primeira limpeza à base de essência de terebentina e timol, retirada do verniz oxidado, reentelagem à base de cera, limpeza com acetona e essência de terebentina, pintura das falhas, mastique nas falhas para nivelar a camada pictórica. Pronta esta parte, iniciou-se a restauração.

Transcrição do diário dos trabalhos executados na tela:

Dia 22.6.72 no Itamarati; enrolamento da tela em cilindro plástico de 0,80 cm de diâmetro por 4,00 m de comprimento, forrada cuidadosamente com papel plástico e transportada para

o Museu Histórico Nacional. Os serviços foram realizados pela transportadora «Fink» e acompanhados os trabalhos de embalagem pelo conservador do Museu Histórico Nacional, Sr. Vicente de Freitas.

Dia 26.6.72: Início dos trabalhos, preparo do local, forrando o chão com diversas camadas de papéis, sendo a camada superior coberta com papel «Contact». A tela foi retirada do cilindro e deitada no chão.

Dia 27.6.1972 a 2.8.1972: A equipe do Gabinete de Restauração do Museu Histórico Nacional, tendo à frente dos trabalhos o seu chefe, procedeu ao serviço de documentação fotografando diversos ângulos do quadro para mostrar o mau estado de conservação da tela. A seguir, limpeza preparatória da tela com solução de essência de terebentina e timol para remover a parte mofada, sendo a remoção do verniz oxidado obtida com acetona e essência de terebentina.

A reentelagem da tela à base de cera foi absolutamente necessária, devido ao estado precário da mesma. Tendo havido o transpasse da cera fez-se nova limpeza.

Dia 3.8.72 a 24.8.72: depois de limpo, deu-se início às pinturas nas falhas e no mastique para nivelar a camada pictórica.

Dia 25.8.72 a 31.8.72: início do aparelho nas massas brancas com as tintas próximas das tonalidades.

Dia 1º.9.72 a 26.9.72: início da restauração de acordo com a papeleta do autor.

Dia 27.9.72: final da restauração.

Dia 2.10.72: embalagem, transporte da tela e do chassis para o Museu Nacional de Belas Artes.

Em tempo: Em Paris, a tela não foi despregada do chassis, porém cortada pela frente, e por isso foi necessário encurtar as dimensões do referido chassis de 3,91 x 6,50 para 3,80 x 6,36, em seguida reajustá-lo, restaurá-lo nas partes danificadas pelo tempo, sendo este trabalho feito pelo carpinteiro, Sr. João Ferreira dos Santos, na oficina do Museu Histórico Nacional.

Dia 3.10.72: início dos trabalhos no Museu Nacional de Belas Artes, pela equipe do Gabinete de Restauração do Museu Histórico Nacional, para armar o chassis, pregar a tela, levantar e colocar o quadro no local previamente escolhido pela Comissão de Exposição, com auxílio dos funcionários do Museu Nacional de Belas Artes.

Dias 4, 5 e 6.10.72: foram feitos limpeza e pequenos reparos em seis quadros de 1,05 x 2,05 m, de propriedade da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, no Museu Nacional de Belas Artes.

Equipe do Gabinete de Restauração do Museu Histórico Nacional:

Chefe: Nicolau Del Negro — Conservador do Patrimônio Histórico e Artístico.

Vicente de Freitas — Conservador do Patrimônio Histórico e Artístico.

Maria Cristina de Lacerda Rodrigues — Museóloga contratada.

Juarez Teixeira das Neves — Auxiliar técnico.

Material empregado na restauração do quadro «Sagração e Coroação do D. Pedro I», de autoria do Prof. Jean Baptiste Debret — 1828:

Essência de terebentina — 36 litros.

Timol — 1 litro.

Acetona — 23 litros.

Benzina — 4 litros.

Algodão — 1 saco.

Cera preparada para reentelagem — 14 Kq.

Álcool — 6 litros.

Alvaiade — 1 Kq.

Gesso crê — 1 Kq.

Secante — 1 pacote.

Óleo de linhaça — 1 Kq.

Tintas em tubos — 17 tubos.

Pincéis — 22 unidades.

Papel «Contact» para forrar o chão — 20 rolos.

Fita gomada — 2 rolos.

Caixa de tacha azulada nº 10 — 1 caixa.

Caixa de tacha azulada nº 7 — 1 caixa.

Fotografias que documentaram o andamento dos trabalhos realizados na restauração do referido quadro:

2 fotos: mostrando o mau estado de conservação em que se encontrava o quadro (1 e 2);

2 fotos: mostrando a reentelagem (3 e 4);
1 foto: a equipe limpando o mastique (5);
1 foto: mostrando o quadro restaurado (6).



Foto n.º 1



Foto n.º 2



Foto n.º 3



Foto n.º 4



Foto n.º 5

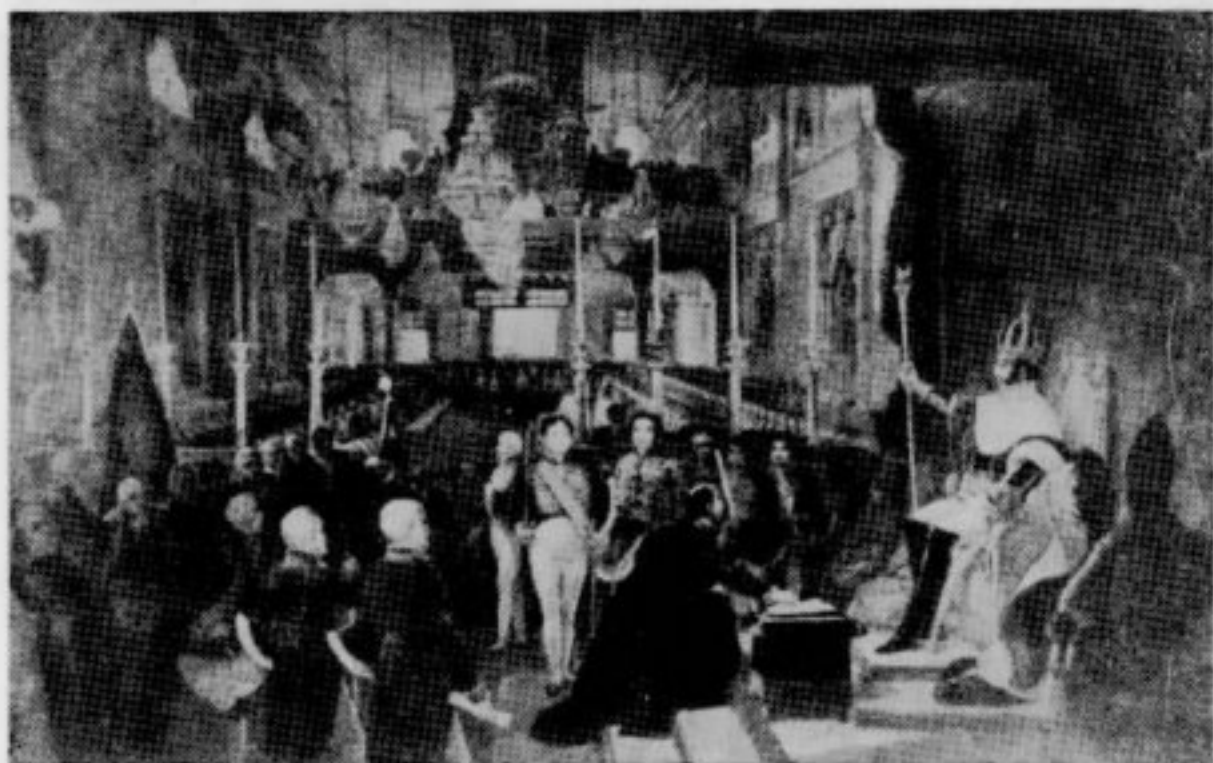


Foto n.º 6

Concluindo: o resultado plenamente satisfatório obtido na restauração deste importante quadro documentário da nossa independência política, se deve ao grande empenho e entusiasmo da Comissão Organizadora da Exposição do Sesquicentenário da Independência do Brasil, e da equipe do Gabinete de Restauração do Museu Histórico Nacional, sob a chefia do Sr. Diretor Gerardo Britto Raposo da Câmara.

- Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1972.

Dia 16-4-73 — Desmontagem do quadro «A Sagração e Coroação de D. Pedro I», de J. B. Debret, pintado em 1828, na Exposição do Sesquicentenário da Independência, para Brasília.

O CENTENÁRIO NATALÍCIO DE DOM PEDRO II, NOS JORNAIS DO RIO DE JANEIRO, EM DEZEMBRO DE 1925.

Prof. AFFONSO CELSO VILLELA DE CARVALHO

Chefe da Seção de Sigilografia, Condecorações e
Filatelia do M.H.N.

APRESENTAÇÃO

Em 2 de dezembro de 1975, acreditamos, várias solenidades, atos cívicos, realizações culturais e comemorações diversas, celebrarão o Sesquicentenário de Nascimento do Senhor Dom Pedro II. Reproduzindo talvez, as realizadas quando do Centenário em 1925, as quais foram pautadas na maior seriedade, espírito público e civismo.

Essas comemorações e festejos diversos em 1925, podem ser exemplificados de maneira grandiosa pelos jornais editados na Cidade do Rio de Janeiro, em dezembro de 1925.

Aqui no Museu Histórico Nacional, encontra-se uma completa coleção de todos os jornais de então, tão sabiamente colecionados pelo saudoso historiador e ex-Vice-Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, J. Wanderley de Araújo Pinho. Fazem parte da rica coleção de documentos comprados à viúva desse historiador.

Importantes, não somente pelo noticiário e cobertura jornalística dos festejos, mas principalmente por contarem com magníficos trabalhos, ensaios ou artigos dos mais proeminentes historiadores da época (alguns ainda vivos), bem como de diversos outros intelectuais.

No ensejo de dar conhecimento ao público desses trabalhos, alguns ricos em informações, outros com as mais variadas visões do nosso Segundo Imperador e do Segundo Reinado, publicamos esse despretencioso artigo nos antecipando as futuras comemorações que obviamente serão realizadas.

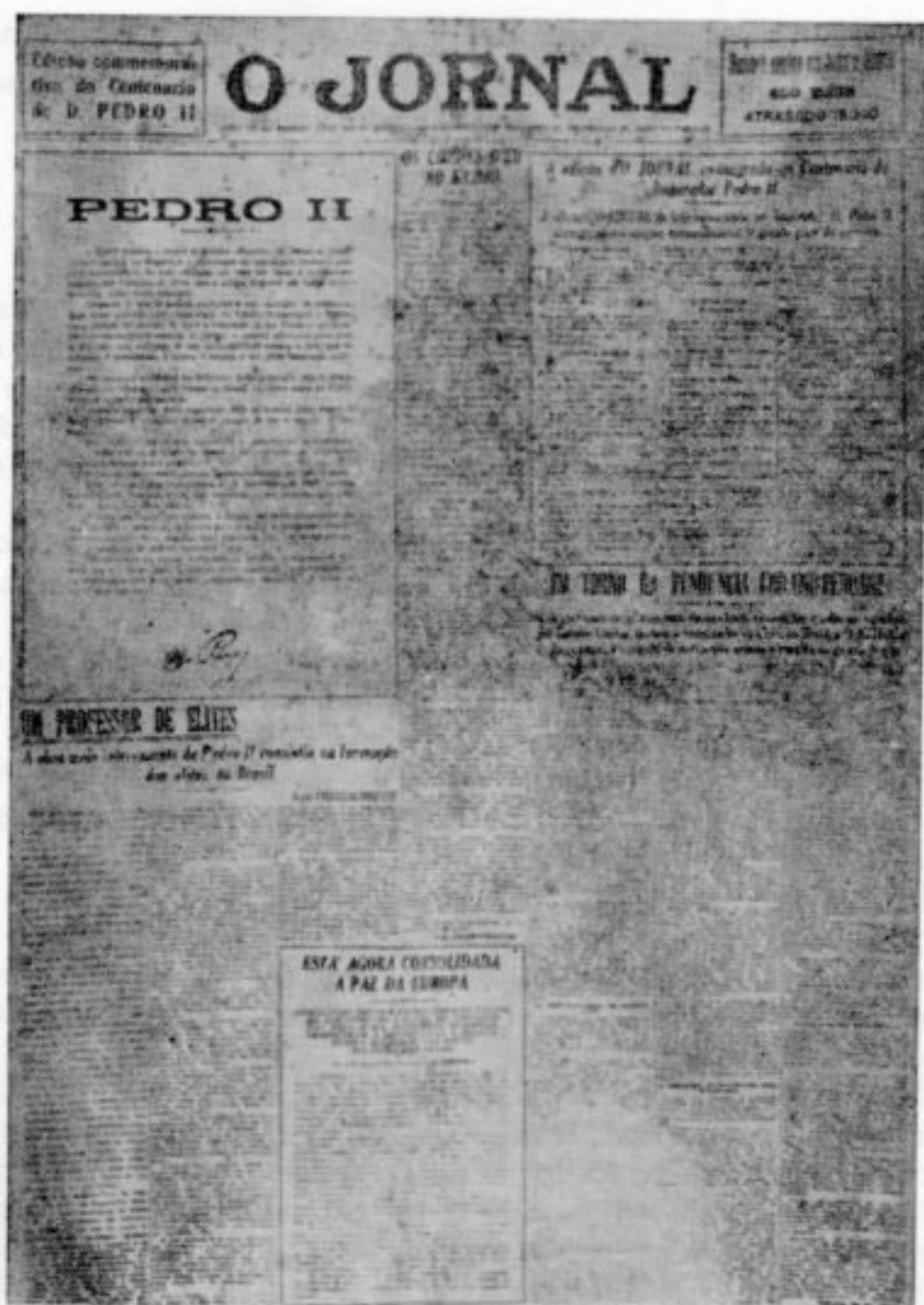
Encontrará o leitor uma relação completa dos jornais com seus respectivos artigos e autores (Parte I), bem como uma ficha

crítica e sucinta de cada um deles (Parte II), por meio dos quais poderá não apenas aquilatar o interesse suscitado na época por essa efeméride, como também ter um trabalho de referência para futuras pesquisas que possam ser motivadas pela proximidade do Sesquicentenário do Nascimento de D. Pedro II, em 2 de dezembro de 1975.

PARTE I

Relação dos Jornais e dos Artigos contidos em cada um.

I — O JORNAL — Edição de 2 dezembro de 1925 com 68 páginas. Edição comemorativa do Centenário de D. Pedro II.



"O Jornal" de 2 de dezembro de 1925.

Artigos e reportagens:

1. «Pedro II» — artigo de fundo escrito por Wenceslau Braz — Apreciação sobre o caráter do Imperador — página 1.

2. «Um Professor de Elites» — «A obra mais interessante de D. Pedro II consistiu na formação das elites no Brasil» — Artigo de Assis Chateaubriand — página 1.

3. «Os Condes D'Eu no Exílio» — Artigo de Assis Chateaubriand — página 1.

4. «As Excepcionais Homenagens do Governo, das Associações Científicas, das Classes Conservadoras e do Povo à memória de Pedro II — «A República se dignifica e eleva, rendendo homenagem à sua memória benemérita, diz o presidente da República no decreto que declara feriado nacional o dia de hoje» — Relação dos festejos e comemorações programadas» — página 2.

5. «O Maior dos Brasileiros» — Artigo de A. Cândido Rodrigues — página 6.

6. «Reminiscências de 50 anos atrás, de um cadete do 1.º Regimento de Cavalaria» — Artigo de Rego Barros — página 16.

7. «D. Pedro II» — «Seu Nascimento» — «Seus Irmãos». Artigos de Max Fleuiss — páginas 1 e 2 — segunda seção.

8. «A Infância do Imperador» — artigo de Mozart Monteiro — página 2 — segunda seção — com ilustrações.

9. «A Maioridade» — artigo de Rocha Pombo — página 3 — segunda seção.

10. «O Brasil por 1840» — artigo de Calógeras — página 3 — segunda seção.

11. «A Fase inicial do Reinado e a ação Individual do Imperador» — artigo de A. Tavares de Lyra — página 4 — segunda seção.

12. «D. Pedro II e as Lutas no Prata» — artigo de Lucas Boiteux — página 5 — segunda seção.

13. «D. Pedro II» — artigo de Norberto Jorge — páginas 5 e 6 — segunda seção.

14. «O amigo do Imperador» — artigo de Jonathas Serano — página 5 — segunda seção.

15. «D. Pedro II» — poesia de Maria Eugênia Celso — página 5 — segunda seção.

16. "Pedro II" — "Partidos" — "Ministros" — artigo de Martin Francisco Ribeiro de Andrada — página 6 — segunda seção.

17. «A Família Imperial» — artigo de Mozart Monteiro — páginas 7 e 8 — segunda seção — com várias ilustrações.

18. «Pedro II e o Movimento Abolicionista» — artigo de Evaristo de Moraes — página 9 — segunda seção.

19. «D. Pedro e nosso Bovarysmo» — artigo de Tristão da Cunha — páginas 9 e 10 — segunda seção.

20. «D. Pedro II na nossa Vida Econômica» — Alberto Faria — página 10 — segunda seção.

21. «D. Pedro II» — «O democrata» — artigo de Viriato Correa — página 11 — segunda seção.

22. «Viagens de Dom Pedro II» — «No Brasil» — artigo de Rodolpho Garcia — página 12 — segunda seção.

23. «A Associação Commercial do Rio de Janeiro sob o reinado de D. Pedro II» — páginas 13 e 14 — segunda seção — com ilustrações.

24. «Pedro II e Cotegipe» (Documentos sobre a Questão Religiosa, a Guerra do Paraguai, e a Emancipação dos Escravos) — artigo de Wanderley Pinho — páginas 15 e 16 — segunda seção.

25. «O Imperador e a Proclamação da República» — artigo de Braz do Amaral — páginas 1 e 2 — terceira seção.

26. «A Tolerância do Imperador» — artigo de Tobias Monteiro — páginas 1 e 2 — terceira seção.

27. "Rio de Janeiro em 1889" — artigo do Professor Ferreira da Rosa — páginas 3 e 4 — terceira seção — com ilustrações.

28. «O Brasil em 1889» — artigo de Agenor de Roure — páginas 3 e 4 — terceira seção — com ilustrações.

29. "O Imperador no Exílio" — artigo de Pires Brandão — página 4 — terceira seção.

30. «O Imperador e a Marinha» — artigo de José Carlos de Carvalho — página 5 — terceira seção.

31. "O Imperador e a Instrução Pública" — artigo de Ramiz Galvão — página 5 — terceira seção.

32. "Reminiscências do Palácio de S. Cristóvão" — artigo de Escragnolle Dória — página 6 — terceira seção — com ilustrações.

33. «Isabel a Redentora» — artigo de Affonso Celso — página 6 — terceira seção.

34. «D. Pedro II e a Igreja» — artigo de Basílio de Magalhães — páginas 7 e 8 — terceira seção — com ilustrações.

35. "Visconde de Sepetiba" — artigo de Pedro Calmon — página 8 — terceira seção.

36. "Desvelado e Magnânimo" — artigo de Laudelino Freire — página 9 — terceira seção.

37. «Dom Pedro II e as Línguas Americanas» — artigo de Rodolpho Garcia — página 9 — terceira seção.

38. «Médicos do Paço» — artigo de Olympio da Fonseca — página 11 — terceira seção.

39. «D. Pedro II» — artigo de Mário de Alencar — página 13 — terceira seção.

40. «O Imperador e o federalismo» (O encantamento de um povo) — artigo de Levi Carneiro — páginas 13 e 14 — terceira seção.

41. «O Imperador e o Exército» — artigo de Moreira Guimarães — página 15 — terceira seção — com fac-símile de uma carta de D. Pedro II ao Marquês de Paranaguá, referente à Guerra do Paraguai.

42. «D. Pedro II sob vários aspectos»:

a) D. Pedro II, Poeta — artigo de Mário Linhares.

b) D. Pedro II e Wagner — artigo de Thales Martins.

c) D. Pedro II, Propagandista... — artigo de Otto Prazeres.

d) D. Pedro II e o Ensino da Farmacologia — artigo de J. Cariolano Carvalho — página 16 — terceira seção.

43. «O Patriotismo do Imperador» — artigo de Alfredo Nascimento — página 1 — quarta seção.

44. «Frei Pedro de Santa Mariana» — «O Preceptor de D. Pedro II» — artigo de E. Vilhena de Moraes — páginas 1 e 2 — quarta seção — com ilustrações.

45. «Pedro II e a Propaganda Republicana» — artigo de Oliveira Vianna — página 3 — quarta seção.

46. «Imigração e Colonização sob o Segundo Reinado» — artigo de Clemente Brandemburger — página 3 — quarta seção.

47. «A Cultura Intelectual do Imperador» — artigo de Theodoro Sampaio — página 4 — quarta seção.

48. «Fases do Segundo Império» — artigo de Capistrano de Abreu — páginas 5 e 6 — quarta seção.

49. «O Poder Pessoal e o Lápis Fatídico» — artigo de Calógeras — página 7 — quarta seção.

50. "D. Pedro II e a Guerra do Paraguai" — artigo de Affonso E. Taunay — páginas 8 e 9 — quarta seção.

51. «Evolução Jurídica do Brasil no Segundo Reinado» — artigo de Clóvis Bevilacqua — página 10 — quarta seção.

52. «O Imperador em Petrópolis» — artigo de Arrojado Lisboa — página 11 — quarta seção.

53. «O Imperador e os Sábios» — artigo de Oliveira Lima — página 11 — quarta seção.

54. «Pedro II e a Política Internacional» — artigo de Mário de Vasconcellos — página 13 — quarta seção.

55. «Moléstia do Imperador» — artigo de Olympio da Fonseca — páginas 13 e 14 — quarta seção — com fac-símile do atestado de óbito do Imperador.

56. «A morte do Imperador» — artigo de Goffredo de Eschagnolle Taunay — página 14 — quarta seção.

57. «O Imperador e a Imprensa» — artigo de Carlos de Laet — página 15 — quarta seção.

58. «Os Funerais de S.M. o Imperador, o Sr. D. Pedro II, na Europa» — artigo do Dr. Octávio da Silva Costa — (testemunha ocular) — página 16 — quarta seção.

59. Na quarta seção, um artigo do Sr. Epitácio Pessoa, dando uma impressão de conjunto da personalidade do Imperador.

60. Na quinta seção — quatro páginas em rotogravura, com retratos do Imperador desde a infância até o exílio e a morte.

II — A — *GAZETA DE NOTÍCIAS* — 2 de dezembro de 1925 — artigos e reportagens.

1. «O Centenário natalício de D. Pedro II» — «As homenagens do nosso governo» — «Imponentes comemorações nesta

Capital e nos Estados» — páginas 1 e 2. Programa das festividades com ilustrações.

2. «Pedro II e o metequismo nacional» — artigo de João José de Athayde — página 2.

3. «D. Pedro II e o direito» — artigo de Helvécio de Guimarães — página 7.

II — B — *GAZETA DE NOTÍCIAS* — 3 de dezembro de 1925.

1. «Um apelo ao presidente» — página 1.

2. «O Centenário Natalício de D. Pedro II» — «como decorreram as comemorações de ontem à memória do último Imperador». As homenagens do Governo e as do povo, nesta capital e nos Estados» — páginas 1 e 2.

II — C — *GAZETA DE NOTÍCIAS* — 4 de dezembro de 1925.

1. «Os restos mortais do ex-Imperador vão ter, enfim, o seu repouso definitivo, em Petrópolis» — página 2.

III — A — *CORREIO DA MANHÃ* — 2 de dezembro de 1925.

1. «Dom Pedro II e seus ministros» — artigo de Oliveira Vianna — página 1 — com ilustrações.

2. «O Imperador em Baden — Baden e a visita de Silveira Martins» — artigo de Pires Brandão — páginas 1 e 5.

3. «O Centenário de Pedro II» — «As Comemorações que serão levadas hoje a efeito nesta capital e outros pontos do país» — página 2.

4. «O Exílio» — artigo de Antônio Leão Velloso — página 4.

5. «O Grande Imperador» — página 4.

6. «A Formação Intelectual de Pedro II» — artigo de Affonso D'E. Taunay — página 5, com ilustrações.

7. «Dom Pedro II e as Letras Pátrias» — «Os saraos literários do Colégio D. Pedro II». «Crítica e defesa da Confedera-

ção dos Tamoios». As reuniões dos Paços de São Cristovão e do Itamaraty» — artigo de Max Fleiuss — página 5, com ilustrações.

8. «D. Pedro II, o Magnanimo» — artigo de Joaquim Pimenta — páginas 5 e 6.

9. «D. Pedro II, Homem de Bem» — artigo de Alfredo Balthazar da Silveira — página 6.

10. «Vida, Educação, Governo e Morte de D. Pedro II» — artigo de Lafayette Silva — páginas 6 e 7.



“Correio da Manhã” de 2 de dezembro de 1925.

III — B — *CORREIO DA MANHÃ* — 3 de dezembro de 1925.

1. «Um grande brasileiro». «Tiveram muita imponência as várias homenagens ontem tributadas à memória de D. Pedro II». «A inauguração da estátua do Imperador na Quinta da Boa Vista» — páginas 1 e 3.

2. «O legado financeiro do Império» — página 4.

IV — A — *O IMPARCIAL* — 2 de dezembro de 1925.

1. Decreto Presidencial declarando Feriado Nacional o 2 de dezembro de 1925.

2. «O Imperador julgado pelos intelectuais» — artigo de Max Fleiuss — páginas 2 e 3.

3. «O Século de Pedro II» — artigo de Humberto de Campos — página 3.

4. Pedro II e os operários» — página 3.

5. Notas Biográficas — páginas 3, 4 e 16.

IV — B — *O IMPARCIAL* — de 4 de dezembro de 1925.

1. «D. Pedro II». «Serão trasladados para Petrópolis os despojos dos ex-Imperadores». «As Cerimônias nesta capital e na cidade serrana», — página 2.

V — A — *O PAIZ* — 2 de dezembro de 1925.

1. Há 100 anos, na Data de Hoje, nasceu D. Pedro de Alcântara». «Alguns interessantes episódios de sua vida. Onde nasceu. Como se criou. Como se educou. O ambiente imperial na infância, na juventude, na maturidade».

— «A margem da História e do Tempo».

Artigo de Gonçalves Terra — páginas 1 e 2, com ilustrações.

2. «Centenário do nascimento de D. Pedro II» — «As comemorações de hoje nesta Capital e nos Estados» — página 4.

V — B — *O PAIZ* — 3 de dezembro de 1925.

1. «Centenário do nascimento de D. Pedro II». «Foram tocantes as comemorações de ontem nesta capital e nos Estados», páginas 2 e 4, com ilustrações.

2. «Sugestivas memórias do passado».
 - «D. Pedro II e o Egito».
 - «Como D. Pedro executou o plano do general Bonaparte no Egito».
 - «O tratado de 1858 com a Turquia».
 - «As primeiras relações com o Egito» — artigo do Conde Nicolao Deboné — páginas 5 e 8, com ilustrações.

VI — A — *JORNAL DO BRASIL* — 2 de dezembro de 1925.



“Jornal do Brasil” de 2 de dezembro de 1925.

1. «Glória ao Magnânimo!» — artigo de Affonso Celso — página 5.
2. «A Imperatriz» — Artigo de Carlos de Laet — página 3.
3. «O Centenário e a República» — página 3.
4. «Pedro II» — «As comemorações de hoje nesta Capital e nos Estados» — «Homenagens do Governo Federal» — página 3.
5. «O Imperador» — artigo de Porto da Silveira — página 6.
6. «Episódios Recordados» — «O Senador Lacerda Franco relata ao «Jornal do Brasil», ocorrências de uma visita de Pedro II à Província de S. Paulo» — página 6.
7. «O Imperador e seus livros prediletos» — artigo de Hermeto Lima — página 6.
8. «Centenário de Pedro II» — «O Segundo Reinado» “Reedição de 1891, quando da morte do Imperador” — páginas 7, 8 e 9, com ilustrações.
9. «O Brasil e o Imperador» — «A palavra prophetica de Joaquim Nabuco” — página 9.
10. «O século de Pedro II» — «Cabe ao Brasil reivindicá-lo como a maior figura de sua história” — página 9.
11. «A Imprensa Francesa e Pedro II» — «Opiniões de Jornais de Paris por ocasião da morte do ex-Imperador” — página 9.
12. «Pedro II e a imprensa» — artigo de Barbosa Lima Sobrinho — página 10, com ilustrações.
13. «O Império do Brasil» — «Como o Historiador Sr. Oliveira Lima julgou a ação de Pedro II» — «Roosevelt disse não compreender como fora deposto um soberano tão sábio, clemente e patriota” — páginas 10, com ilustrações.
14. «Pedro II e o Instituto Histórico» — «O ilustre Secretário Perpétuo do Instituto, Dr. Max Fleiuss, narra para o «Jornal do Brasil», o devotamento exemplar de Pedro II àquela instituição benemerita” — página 10.
15. «O Imperador e a República» — «O senador Antônio Azeredo relata episódios da monarquia e justifica as homenagens que o Brasil hoje renderá a Pedro II” — página 11, com ilustração.
16. «As homenagens a Pedro II» — artigo de Cunha Machado — página 11.

17. «Os Republicanos do Rio Grande do Norte não discutiam os predicados pessoais de Pedro II» — artigo do Senador João Lyra — página 11, com ilustração.

18. «O Império e a Campanha Republicana» — artigo do Senador Manuel Borba — página 11.

19. «D. Pedro de Alcantara» — «Republicano, curvo-me diante do túmulo do último Imperador do Brasil» — artigo do Deputado Prado Lopez — página 11.

20. “Gratas reminiscências” — artigo de Ramiz Galvão — página 12.

21. «Pedro II» — artigo do Senador Vespúcio de Abreu, página 12, com ilustrações. «O Senador Vespúcio de Abreu estuda a personalidade do último imperante».

22. «Impressões» — «O Testemunho do Senador João Thomé» — página 12.

23. “O Imperador e a República” — artigo de Osório Leme — página 12.

24. «A Abolição e o Imperador» — «Como influiu em prol dos escravos uma viagem de Pedro II» — artigo de Evaristo de Moraes — página 12.

25. «Pedro II e o conceito universal em que foi tido» — artigo de Laudelino Freire — página 13, com ilustrações.

26. «O Testamento Político de Pedro II» — «no exílio D. Pedro de Alcantara escrevia, a 23 de abril de 1891, o memorial de sua vida pública» — página 13, com ilustrações.

27. «Reminiscências» — «A mocidade republicana nunca recusou justiça às qualidades pessoais de Pedro II» — Senador Soares dos Santos — página 13.

VI — B — *JORNAL DO BRASIL* — 3 de dezembro de 1925.

1. «Centenário de Pedro II» — «As comemorações realizadas ontem nesta Capital» — páginas 7 e 8.

VII — A — *O GLOBO* — Edição das 17 horas — 1º de dezembro de 1925.

1. «No ex-Palácio Imperial» — «Uma sessão cívica na Repartição Geral dos Telégrafos em homenagem à memória de D. Pedro II» — página 1, com ilustrações.

2. «O Centenário de D. Pedro II» — «As Homenagens do Governo» — página 3.



"O Globo" de 2 de dezembro de 1925.

1. «Exemplo e lição de sua raça» — «D. Pedro II praticou as mais altas e raras virtudes, servindo ao país com o mais extremado patriotismo. Comemoramos todos, hoje, o primeiro centenário do nascimento do grande brasileiro, nosso último Imperador» — páginas 1, 6 e 8 — com ilustrações — artigo de Max Fleiuss.

2. «As recordações pessoais do príncipe D. Pedro sobre o Imperador» — «Sua Alteza retifica episódios históricos tornados lendários» — página 2.

3. «As solenidades de hoje, em honra da memória de D. Pedro II» — página 3.

4. «O Príncipe do Grã-Pará» — «Herdeiro presuntivo do trono brasileiro — página 6, com uma fotografia de D. Pedro Henrique.

5. «Onde viveu e de onde reinou D. Pedro II» — «O antigo Paço Imperial, hoje Repartição do Telegrafo Nacional» — página 7.

VIII — O BRASIL — 2 de dezembro de 1925.

1. «Justiça da História» — «O Brasil inteiro comemora reverente a memória de seu último Imperador» — página 1 e 2.

IX — A — A PÁTRIA — 2 de dezembro de 1925.

1. «A Alma brasileira homenageará hoje a memória de D. Pedro II» — «As imponentes solenidades nesta Capital e em Petrópolis» — páginas 1 e 12, com ilustrações.

2. “Um gesto do Imperador” — página 1.

3. “Palavras do Presidente Arthur Bernardes” — página 1.

IX — B — A PÁTRIA — 3 de dezembro de 1925.

1. «As homenagens do Brasil ao maior dos seus servidores» — «Cultuando a memória daquele que ficou sendo, na posteridade, uma projeção de beleza através da História» — páginas 1, 3 e 10, com ilustrações.

X — VANGUARDA — 1º de dezembro de 1925.

1. “O Centenário de D. Pedro II” — páginas 1 e 3, com ilustrações.

XI — A — JORNAL DO COMMÉRCIO — 1º de dezembro de 1925.

1. «D. Pedro II» — «O Centenário do seu nascimento» — «As comemorações de amanhã» — página 3.

XI — B — JORNAL DO COMMÉRCIO — 2 de dezembro de 1925.

1. «O Centenário de Pedro II» — «O Brasil comemora o nascimento do grande Imperador, consolidador da nacionalidade»

— «O Estadista, o Sábio, o Patriota». «Os seus serviços» — «As cerimônias e as festas de hoje» — páginas 2 e 3.

2. “Pedro II e a Marinha do Segundo Império” — (Breve síntese) — artigo de Eugênio de Castro — página 3.

3. “D. Pedro II” — artigo de Mesquita Pimentel — página 3.

4. «D. Pedro II, defensor da unidade nacional» — artigo de Alfredo Balthazar da Silveira — página 3.

5. «D. Pedro II e os seus livros» — artigo de Aurélio Lopes — páginas 3 e 4.

6. «O Imperador e a Sociedade Amante da Instrução» — artigo de Zeferino de Faria — página 4.

7. “O Amigo do Imperador” — artigo de Jonathas Serrano — página 5.

8. «Traços biográficos de D. Pedro II» — Extraídos das Coleções do “Jornal do Comércio” — páginas 5 e 6.

XI — C — O JORNAL DO COMMÉRCIO — 3 de dezembro de 1925.

1. «Folhetim do Jornal do Comércio» — «A Semana» — “Dia a Dia” — “O Centenário do Imperador” — página 2.

2. «D. Pedro II» — «As Homenagens prestadas à sua memória» — «As missas na Catedral» — «Sessões solenes na Sociedade de Geografia e no Colégio Pedro II» — «A Estátua inaugurada no Jardim do Palácio onde D. Pedro II passou a maior parte de sua existência» — «O Busto de D. Pedro II colocado na E. F. Central do Brasil» — «Sessão Magna no Instituto Histórico» — «Homenagens das classes comerciais pelos seus mais autorizados órgãos» — «Diversas notas» — «Ecos dos festejos nos Estados» — páginas 3, 4 e 5.

PARTE II

ANEXO: FICHA CRÍTICA DOS ARTIGOS (*)

I. «O JORNAL» —

1. Julgamento de Wenceslau Braz, focalizando o Imperador como cidadão e como estadista.

(*) Observação: A ordem dessas fichas é a mesma seguida na relação dos jornais e artigos na “PARTE I”.

2. Um estudo biográfico de Assis Chateaubriand, sobre o Imperador que é visto como o homem das artes, das letras e das ciências, mais preocupado com a cultura e com a nação, na sua eternidade e em tudo que lhe parecia o bem dela, do que com a manutenção do próprio regime monárquico. Por seu exemplo, formaram-se as elites políticas, literárias, artísticas, etc.

3. Reportagem de Assis Chateaubriand, em que o ilustre jornalista evoca uma visita que fez ao Palácio D'Eu em 1919, e nos dá conhecimento do diálogo que manteve com a Princesa Isabel e o Conde D'Eu, com apreciações sobre ambos e seus últimos anos de vida.

4.

5. Apologia à personalidade de D. Pedro II feita por A. Cândido Rodrigues, com pequeno histórico sobre sua ida ao Rio Grande do Sul em 1865, quando da invasão paraguaia a esta Província.

6. Recordações do Cadete Rego Barros quando em 1874 servia no 1º Regimento de Cavalaria. Destaca-se as impressões vividas quando na qualidade acima serviu na guarda do Imperador. Todo o serviço móvel junto à Corte era feito pelo 1º Regimento de Cavalaria.

7. Max Fleiuss num esboço aprimorado nos dá diversas importantes informações sobre os sete filhos de D. Pedro I com D. Leopoldina, principalmente informações biográficas de D. Pedro II, inclusive com os testemunhos de jornais da época e de objetos pertencentes ao Imperador.

8. Aqui temos um estudo do proecto Prof. Mozart Monteiro, sobre a juventude do Imperador, desde seu nascimento até os primeiros anos da adolescência. Relata principalmente a ação de seus dois tutores, José Bonifácio de Andrada e Silva e Manoel Ignácio do Souto Maior Pinto Coelho, Marquês de Itanhaém, de seus mestres e a educação recebida para prepará-lo ao trono, com todas suas múltiplas implicações.

9. Uma verdadeira visão panorâmica do Brasil por volta de 1840, feita por Rocha Pombo, com informações sobre o estado econômico e financeiro do País, assim como o desenrolar dos acontecimentos políticos, que antecederam a maioridade e uma apreciação sucinta da ação de D. Pedro II, nos anos imediatos à coroação.

10. Artigo profundo de Calógeras, com uma análise do Brasil no primeiro quartel do século XIX. A política regencial, os conflitos internos, a instalação do parlamentarismo, as crises

econômicas e financeiras, a diplomacia platina e o desenvolvimento material e econômico por volta de 1840. Lega-nos com esse admirável trabalho um exuberante manancial de ensinamentos.



Max Fleiuss

11. A situação política do Brasil por volta de 1840, com relato dos principais fatos diretamente ligados à maioria é o que contém o trabalho de A. Tavares de Lyra.

12. Análise da conduta do Imperador em relação às guerras platinas, mostrando a firmeza do caráter de D. Pedro II e sua repugnância a qualquer tipo de conquistas territoriais ou aprovação a uma política «Imperialista», por Lucas Boiteux.

13. Informações biográficas, dados da vida cotidiana e intelectual do Imperador, podem ser encontradas nesse trabalho de Norberto Jorge.

14. Estudo interessante sobre as relações de amizade entre D. Pedro II e o Visconde de Bom Retiro (Luiz Pedreira do Couto Ferraz) e suas repercussões políticas e na imprensa, analisadas pelo historiador Jonathas Serrano.

15.

16. Estudo sintético da ação politico-partidária de alguns ministros durante o Segundo Reinado e do relacionamento que mantinham com D. Pedro II, apresentado por Martin Francisco Ribeiro de Andrada.

17. Importante trabalho sobre toda a Família Imperial, com apreciações diversas de todos os seus membros. Contendo ainda diversos depoimentos de pessoas que lhes eram mais chegadas, sobre aspectos da vida cotidiana dos Imperadores e dos Príncipes. Outro substancial trabalho da lavra de Mozart Monteiro.

18. Importante e sucinto trabalho sobre a participação de D. Pedro II nos movimentos abolicionistas, mostrando o interesse do Imperador pela causa, através da evolução das idéias e das leis abolicionistas, comprovadas aqui por Evaristo de Moraes.

19. Apreciação sobre o espirito e o caráter de D. Pedro II, no entender do articulista, Tristão da Cunha.

20. Interessante e fecundo trabalho, o qual mostra o interesse de D. Pedro II pelas coisas públicas e pelos assuntos económicos do país; e os aspectos principais de nossa vida económica no Império, resultante das pesquisas e interpretações de Alberto Faria.

21. Trabalho de Viriato Correa visando mostrar o caráter e as atitudes do Imperador, como decorrentes da ação de seus mestres e do meio ambiente de nosso país.

22. Rodolfo Garcia se esmera a nos transmitir, com seu admirável poder de persuasão, esse grandioso e profundo trabalho relatando numa primeira parte, as viagens do Imperador pelo Brasil e numa segunda, suas viagens pelo estrangeiro. Sua primeira viagem ao Sul em 1845, a segunda as províncias ao Norte do Rio de Janeiro, do Espírito Santo a Pernambuco, de 1859 a 1860, a viagem ao Rio Grande do Sul em 1865, bem como a descrição de outras viagens menores que empreendeu. Em seguida descreve também as viagens à Europa, África e Ásia de 1871 a 1872, a viagem aos Estados Unidos e Europa de 1876 a 1877, e a terceira e última também à Europa, em 1887.

23. Pequeno histórico sobre a Associação Comercial do Rio de Janeiro, contendo a transcrição do Regulamento que a criou em 1834.

24. Estudo crítico e minucioso sobre a correspondência de D. Pedro II com o Barão de Cotegipe, no que se refere aos três importantes assuntos. Mostra ainda pela dita correspondência, perto de 200 cartas e notas, o interesse do Imperador pelos alu-

didos assuntos. Wanderley Pinho foi o maior estudioso desse grande homem, o Barão de Cotegipe.

25. Importante trabalho de Braz do Amaral mostrando a participação de Deodoro no movimento republicano, até a proclamação e as atitudes tomadas pelo Imperador no mesmo período.



João Pandiá Calógeras

26. Não escapou à capacidade de análise de Tobias Monteiro o estudo do caráter e personalidade de D. Pedro II, ressaltando a imensa liberdade e tolerância que o mesmo concedia até aos que constantemente e pelas razões mais fúteis lhe criticavam.

27. Interessante apanhado feito pelo Prof^o Ferreira da Rosa, sobre o Rio de Janeiro nos últimos anos da monarquia, com informações sobre viação, arquitetura, jornais e livrarias, estética urbana, aspecto físico, tipos populares, falecimentos mais importantes,

abolição e imigração, vultos importantes, governo municipal, e a Proclamação da República.

28. Apreciações gerais do Brasil em 1889, pelo mestre Agenor de Roure, ressaltando a prosperidade do país, a tendência democrática do povo, a obra de D. Pedro II e a concretização da República.

29. Reprodução de algumas impressões colhidas por Pires Brandão, na convivência que teve com o Imperador no exílio, ressaltando o interesse de D. Pedro II pelos atos do Governo Provisório, seu modo de vida, suas relações de amizade e suas horas de lazer.

30. José Carlos de Carvalho destaca o vivo interesse de D. Pedro II pela Marinha, bem como sua importância no Império, por meio de quadros estatísticos baseados não só pela construção naval, como também pelo relevante papel que representou na Guerra do Paraguai.

31. Ensaio da maior importância para o conhecimento da educação no Brasil durante o Segundo Reinado e a preocupação de D. Pedro II pela instrução pública demonstrada como se vê, em diversas ocasiões. Recomendado trabalho, devido a autoridade de Ramiz Galvão.

32. Um histórico da Quinta da Boa Vista através dos três monarcas que a ocuparam, da vida palaciana no Reinado de D. Pedro II e dos funcionários e empregados que lá serviram, é o que nos apresenta o historiador Escragnolle Dória.

33. Interessante trabalho de Affonso Celso, no qual a Princesa Isabel é vista de diversos ângulos, como Regente do Trono, na intimidade, no exílio, e pela participação que teve no processo abolicionista, etc.

34. Profundo e minucioso trabalho de toda a evolução histórica do relacionamento entre a Igreja e o Estado durante o Império. Dividido em: O Primeiro Reinado e a Regência em relação à Igreja; a política religiosa de D. Pedro II; A Questão episcopo-maçônica; e as idéias religiosas e filosóficas de D. Pedro II. Estudo importantíssimo para o entendimento da matéria, feito pelo erudito Basílio de Magalhães, o qual revela o talento e capacidade de um pesquisador.

35. Ensaio crítico-biográfico do Visconde de Sepetiba e de sua participação política nos primeiros anos do Segundo Reinado, de autoria do eminente Pedro Calmon.

36. Ensaaios sobre o interesse de D. Pedro II para com as letras e as artes principalmente, suas criações, sua influência

e a proteção dada a diversos artistas e entidades culturais, por Laudelino Freire.

37. Mostra o interesse e a participação nos estudos, por parte de D. Pedro II, das línguas primitivas da América, em especial pelo Tupi-Guarani, comprovado inclusive por diversos livros de sua biblioteca, relacionados, que tratam do assunto. Mais um importante trabalho de Rodolfo Garcia.

38. Interessante estudo para a História da Medicina no Brasil, destacando-se informações biográficas de diversos médicos da época, como: Domingos Ribeiro de Guimarães Peixoto, Barão de Iguassu; Cândido Borges Monteiro, Visconde de Itaúna; Joaquim Cândido Soares de Meirelles; José Francisco Xavier Singand; Francisco Freire Alemão; Conselheiro Francisco de Paula Cândido; Conselheiro José Martins da Cruz Jobim; Conselheiro Thomaz Gomes dos Santos; José Pereira Rego, Barão do Lavradio; Antônio Teixeira da Rocha, Barão de Maceió; Albino Rodrigues de Alvarenga, Barão de S. Salvador de Campos e Visconde de Alvarenga; Vicente Cândido Figueira de Sabóia, Visconde de Sabóia e Cláudio Velho de Motta Maia, Barão, Visconde e Conde da Motta Maia, foi o assunto que motivou Olympio da Fonseca nesse trabalho.

39. Trabalho de reminiscência de Mário de Alencar do tempo em que era aluno do Colégio Pedro II. A personalidade do Imperador analisada pelas observações feitas por um aluno, quando das visitas que procedia ao Colégio.

40. Importante estudo da evolução do sistema federalista no Brasil através do século XIX. Destacando-se os aspectos político-administrativos e jurídicos do sistema e ainda tentando mostrar os reclames da nação pelo ideal federalista, feito por Levi Carneiro com sua vasta cultura e autoridade de Jurisconsulto.

41. Estudo de Moreira de Azevedo sobre a participação do Exército em diversas etapas da vida brasileira durante o Império, destacando-se a ligação do mesmo com diversas atitudes do Imperador, como na Fala do Trono em 1841, na reforma do ensino militar, na Abolição, na República e na Guerra do Paraguai.

42. Nesses quatro artigos D. Pedro II é apresentado por meio de vários de seus interesses culturais: o poeta, com a transcrição de alguns de seus sonetos; suas relações com o poeta-compositor Wagner; com Victor Hugo, Lamartine, Frederico de Mistral e outros. Por fim, um estudo de sua influência para o ensino de Farmacologia no Brasil.

43. Por meio de diversos fatos da vida brasileira no Império, D. Pedro II é aqui mostrado por Alfredo Nascimento, dando

diversos exemplos de abnegação patriótica: na Guerra de Paraguai, na Abolição, na epidemia de «Cholera-morbus», nas questões internacionais, em suas viagens pelo Império, quando da Proclamação da República e no exílio.

44. Profundo trabalho biográfico do Carmelita Frei Pedro de Santa Mariana, suas ações e atribuições como preceptor de D. Pedro de Alcântara e as instruções do Marquês de Itanhaém, como tutor do Imperador menino, ao citado preceptor, artigo do mestre Vilhena de Moraes.

45. Importante trabalho crítico de Oliveira Vianna para o conhecimento da propaganda republicana durante o Império, suas alegações e ataques às instituições monárquicas.

46. Interessante e oportuno trabalho sobre a imigração e colonização européia no Segundo Reinado, com o relacionamento das diversas colônias fundadas no Brasil, nesse período, feito por Clemente Brandemburger.

47. Verdadeira apologia aos dotes intelectuais de D. Pedro II e suas relações com diversos intelectuais de sua época, aqui podemos sentir pelo estudo de Theodoro Sampaio.

48. Profundo e grandioso estudo do «Segundo Império», (na ocasião era comum entre vários historiadores, a utilização do termo «Segundo Império», como sinônimo de Segundo Reinado). Trabalho interpretativo e crítico de diversos fatos históricos ocorridos no Reinado de D. Pedro II. Destacando-se a ação de vários ministérios, o progresso cultural e uma análise do poder pessoal do Imperador. Trabalho de peso feito por Capistrano de Abreu, um dos mais eminentes historiadores brasileiros e profundo conhecedor de nossa História.

49. Estudo crítico sobre o Poder Moderador e suas atribuições, bem como da política partidária durante o Segundo Reinado, feito por Calógeras.

50. Proveitoso estudo de Affonso E. Taunay, sobre as causas da Guerra do Paraguai, do interesse e apoio dado por D. Pedro II a tudo que lhe dizia respeito, inclusive da influência que exerceu na formação dos gabinetes durante a Campanha.

51. Apreciações importantes das principais decisões jurídicas no Império do Brasil. Como o Código Comercial de 1850; Lei referente às terras devolutas de 1850; Consolidação das leis civis de 1855; Lei que introduziu elementos novos no sistema econômico do país e na organização da propriedade, de 1864; As Leis abolicionistas; Lei das sociedades anônimas de 1878. E ainda

um estudo da literatura jurídica publicada durante o Segundo Reinado, pelo jurista Clóvis Bevilacqua.

52. Interessantes informações de Arrojado Lisboa, sobre a descoberta da região onde se situa a cidade de Petrópolis, de sua fundação, da construção do Palácio Imperial, da evolução da cidade propriamente dita e da vida do Imperador e da Família Imperial, quando lá estavam.



Capistrano de Abreu

53. Trabalho elucidativo e comprobatório do profundo interesse que tinha D. Pedro II pelos «sábios» de seu tempo, escrito por Oliveira Lima.

54. Estudo sucinto sobre a história de nossas relações internacionais durante o Segundo Reinado, feito por Mário de Vasconcellos, destacando-se os conflitos platinos, a Questão Christie e a participação de D. Pedro II na vida diplomática do Império.

55. Olympio da Fonseca tomou a si o encargo de escrever sobre a saúde do Imperador, dos cuidados dos médicos Motta Maia e Sabóia, de suas viagens para tratamento de saúde no exterior e da doença que o levou à morte.

56. Interessante e detalhado relato da morte e exéquias de D. Pedro II em Paris, das homenagens que lhe foram prestadas, da viagem fúnebre de Paris a Lisboa e do sepultamento na Igreja de S. Vicente de Fora, assistidas pelo autor, Goffredo de Escragnolle.

57. Síntese de um trabalho do autor em volumosa obra sobre os dez primeiros anos da República, em que trata da liberdade de imprensa, ao tempo de D. Pedro II.

58. Relato dos funerais de D. Pedro II e das homenagens póstumas que lhe foram prestadas na Europa, por uma testemunha ocular, o Dr. Otávio da Silva Costa.

59.

60.

II — A — «GAZETA DE NOTÍCIAS».

1.

2. Apologia das qualidades morais de D. Pedro II e crítica ao regime em vigor, por João José de Atayde.

3. Estudo de Helvécio de Guimarães sobre a evolução jurídica no Brasil durante o Segundo Reinado, e do interesse de D. Pedro II em fiscalizar os negócios da justiça.

II — B — «GAZETA DE NOTÍCIAS».

1. Artigo elogioso à ação do Presidente Arthur Bernardes nas Comemorações do Centenário de Nascimento de D. Pedro II.

2. Retrospecto das diversas comemorações ocorridas no dia anterior pelo Centenário de D. Pedro II; na Caixa Econômica; na Escola 15 de Novembro; na Sociedade Brasileira de Belas Artes; no Instituto Benjamin Constant; na Faculdade de Filosofia; no Clube de Oficiais da Polícia Militar e a inauguração da estátua do Monarca na Quinta da Boa Vista.

II — C — «GAZETA DE NOTÍCIAS».

1. Relato da programação para o traslado dos restos mortais do Imperador e da Imperatriz para Petrópolis, ocorrido no dia 5 de dezembro.

III — A — «CORREIO DA MANHÃ».

1. Esclarecedor estudo de Oliveira Vianna sobre as relações de D. Pedro II com seus ministros, destacando-se a firmeza, a liberdade de pensamento e as atitudes enérgicas do Imperador.

2. Relato de uma visita feita ao Imperador em Baden-Baden, juntamente com o Sr. Silveira Martins. Impressões do autor Pires Brandão sobre D. Pedro II.



Affonso Escragnolle Taunay

3. As comemorações na Câmara, no Externato do Colégio Pedro II, no Antigo Paço Imperial, na Central do Brasil, no Forum, na Marinha, no Grêmio Carioca, as honras militares, o

monumento do Imperador na Quinta da Boa Vista, na Associação D. Pedro de Alcantara, na Sociedade Beneficente Auxiliadora das Artes Mecânicas e Liberais e nos Estados.

4. Artigo importante de Antônio Leão Velloso para o conhecimento dos últimos momentos da Família Imperial no Brasil, inclusive dos preparativos da viagem para o exílio.

5. Artigo elogioso das qualidades morais de D. Pedro II, visto como um democrata em relação a seu poder constitucional.

6. Trabalho de elevada significação histórica, que Affonso E. Taunay, desta feita pondo em evidência os dotes intellectuais de D. Pedro II, destaca as opiniões dos muitos que o cercaram durante sua vida, como a do Frei Antônio da Conceição Gomes de Amorim. Descreve ainda a educação do Imperador e suas aptidões por diversos ramos do conhecimento humano, desde a infância.

7. Estudo sobre as atenções e defesas exercidas por D. Pedro II para com a literatura brasileira de um modo geral, por meio de diversas reuniões e colóquios culturais de que participava. Importante trabalho para a História Literária Brasileira, feito por Max Fleiuss.

8. Verdadeiro perfil moral do Imperador D. Pedro II, através de diversas demonstrações patrióticas, dadas através de seu longo reinado, coletadas pelo Prof. Joaquim Pimenta.

9. Importante ensaio, rico de numerosos exemplos que comprovam as inúmeras qualidades morais e o elevado patriotismo de D. Pedro II, da autoria de Balthazar da Silveira.

10. Extenso e fecundo trabalho de Lafayette Silva sobre diversos aspectos do caráter e das importantes atitudes de D. Pedro II, durante toda sua vida. Destaca-se o estudo das condições brasileiras no Primeiro Reinado, a educação do Imperador, o Período Regencial; os ministérios; as revoltas internas e as guerras externas; as questões internacionais (questão Christie); as viagens do Imperador; o Senado e a Câmara; a justiça do Imperador; seus principais ministros; a Proclamação da República e o exílio; por fim o juízo de D. Pedro II pelo estadista inglês, Gladestone.

III — B — «CORREIO DA MANHÃ».

1. Retrospectiva das cerimônias levadas a efeito, no dia anterior, comemorativas ao Centenário de D. Pedro II. Destacando-se na reportagem o discurso do Conde Affonso Celso no

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a missa na Catedral Metropolitana, a inauguração da estátua do Imperador na Quinta da Boa Vista, no Externato Pedro II, na Estrada de Ferro Central do Brasil, no Clube dos Oficiais da Polícia Militar, na Escola 15 de novembro, na Faculdade de Filosofia, na Associação D. Pedro de Alcantara, no Grêmio Carioca e no Clube dos Democratas.

2. Elucidativo trabalho sobre as condições financeiras no Império, incluindo dados explicativos e comparativos.

IV — A — «O IMPARCIAL».

1. Decreto n. 17.125, de 1º de dezembro de 1925.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

Considerando que o dia de amanhã é o do centenário do nascimento de Pedro II;

Considerando que esse grande brasileiro devotou todas as suas energias, durante um reinado de meio século, ao progresso material e moral do Brasil, amando-o e servindo-o com o mais constante e extremo patriotismo;

Considerando que a República se dignifica e eleva, rendendo homenagem à sua memória benemerita, pois a justiça e gratidão dos povos julgam os seus servidores fora do quadro dos regimes políticos;

Resolve declarar feriado em todo o território nacional o dia 2 de dezembro do corrente, data em que se comemora o centenário do nascimento do ex-Imperador D. Pedro II.

Rio de Janeiro, 1º de dezembro de 1925-104º da Independência-37º da República.

Arthur da Silva Bernardes
Affonso Penna Junior

2. Interessante e profundamente informativo esse trabalho de Max Fleiuss, contando a impressão de diversos intellectuais do século XIX, brasileiros e especialmente estrangeiros que conviveram ou conheceram D. Pedro II.

3. Artigo sobre a figura ímpar de D. Pedro II, por Humberto de Campos.

4. Artigo enfocando a posição contrária de D. Pedro II à escravidão.

5. Notas biográficas das mais variadas etapas vividas por D. Pedro II.

IV — B — «O IMPARCIAL».

1. Programa dos festejos...

V — A — «O PAIZ».

1. Diversos traços biográficos de D. Pedro II, levantados por Gonçalves Terra, através de vários episódios a que esteve ligado, ressaltando suas qualidades intelectuais.

2. Realizações festivas na Repartição Geral dos Telégrafos, na Marinha e no Exército, no Asilo de Inválidos da Pátria, na Central do Brasil, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, no Grêmio Carioca, na Associação Beneficente D. Pedro II, na Academia de Comércio e na Associação dos Empregados no Comércio; as diversas associações que mandam celebrar missas por alma de D. Pedro II e da Imperatriz D. Thereza Christina; no Instituto Benjamim Constant, no Forum, as comemorações em Petrópolis, em Belo Horizonte, no Pará e no Paraná.

V — B — «O PAIZ».

1. Retrospectiva das diversas cerimônias realizadas no dia anterior.

2. Terceira de uma série de artigos escritos para esse jornal pelo representante diplomático e cônsul geral do Brasil no Egito. Esclarecedor trabalho sobre a visita de D. Pedro II ao Egito, seus interesses culturais, suas notas de viagem, suas impressões e estudos realizados.

VI — A — «JORNAL DO BRASIL».

1. Partindo de um artigo de Quintino Bocayuva quando da morte do Imperador em 1891, Affonso Celso faz elogios ao caráter e à honra de D. Pedro II.

2. Elogios à figura de nossa Terceira Imperatriz, por Carlos de Laet, ressaltando passagens até então inéditas quando de sua partida para o exílio, como da atitude de beijar o chão no cais Faroux, pronunciando — «Adeus, Terra querida do Brasil».

3. Artigo justificativo para as comemorações do dia 2 de dezembro e para a Proclamação da República.

4. Relação das principais comemorações a serem realizadas, bem como o cerimonial nos atos oficiais.

5. Apreciações sobre o caráter de D. Pedro II, por Porto da Silveira, e ainda o relato de como reagiu o Imperador, quando do recebimento da notícia da Abolição da Escravatura.

6. Recordações do Senador Lacerda Franco quando da visita de D. Pedro II, a seu pai, o Barão de Araras em São Paulo.

7. Notas de Hermeto Lima sobre os livros e autores prediletos de D. Pedro II, através de suas próprias impressões.

8. Notável estudo histórico sobre a participação de D. Pedro II nos principais acontecimentos ocorridos durante seu reinado. A Maioridade, as lutas internas e externas, em destaque a Guerra do Paraguai, a evolução do abolicionismo através das mais diversas manifestações e pelas próprias leis que caracterizavam a propaganda republicana e vários traços do caráter do Imperador.

9. Reedição de importante artigo de Joaquim Nabuco, publicado nesse Jornal no dia 9 de dezembro de 1891, quando da morte de D. Pedro II; — «no dia de hoje o coração brasileiro pulsa no peito da França». Diversas considerações e apreciações sobre as cerimônias fúnebres levadas a efeito pelo governo francês quando da morte do Imperador do Brasil. Elogiosos agradecimentos à atitude do povo e governo da França.

10. Reedição de artigo publicado no dia 9 de dezembro de 1891, neste Jornal, noticiando a morte de D. Pedro II, e ainda, uma exaltação a sua personalidade e caráter.

11. A notícia da morte de D. Pedro II nos jornais de Paris: Soleil, Debates, Figaro, L'Eclair, Petit Journal, L'Echo de Paris, Lanterne, Mot d'Ordre, Temps, Naticional, Jour, France e Republique Française.

12. Interessante trabalho de Barbosa Lima Sobrinho, sobre as relações governo e imprensa durante o Segundo Reinado, bem como da liberdade gozada pela mesma.

13. Notas tiradas de um curso dado perante a Academia de Ciências de Lisboa, pelo historiador Oliveira Lima, retratando a ação e a personalidade de D. Pedro II.

14. Interessantes e curiosas notas sobre as relações de D. Pedro II com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, desde seu primeiro contato a 19 de março de 1839 com o mesmo, até à última reunião que presidiu, a 7 de novembro de 1889, dadas por Max Fleiuss.

15. Relato de episódios diversos ocorridos durante o Segundo Reinado, principalmente os ligados à campanha republicana, pelo Senador Antônio Azeredo.

16. Artigo de Cunha Machado, considerando justas as homenagens que serão prestadas a D. Pedro II por ocasião de seu centenário de nascimento.

17. Referências elogiosas de um republicano histórico à memória de D. Pedro II, pelo Senador João Lyra.



Manoel de Oliveira Lima

18. Notas históricas sobre a campanha republicana em Pernambuco, pelo Senador Manuel Borba.

19. Trabalho elogioso à forma republicana de governo e de sua implantação no Brasil, com reconhecimento das diversas qualidades de D. Pedro II, pelo Deputado Prado Lopez.

20. Reminiscências diversas, através dos diversos contatos que Ramiz Galvão manteve com D. Pedro II, destacando-se aque-

les que lhe conduziram a sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

21. Apreciações sobre o Segundo Reinado, criticando-o por meio de diversas comparações destituídas de perspectiva histórica e elogios à pessoa de D. Pedro II, pelo Senador Vespúcio de Abreu.

22. Republicano histórico, o Senador João Thomé traçou nesse artigo considerações gerais sobre a campanha republicana e exterioriza o respeito que tem pelos dotes morais e intelectuais de D. Pedro II.

23. Estudo comparativo feito por Osório Leme entre a Monarquia e a República, através da opinião de diversos historiadores.

24. A Comprovação das idéias abolicionistas, possuídas pelo Imperador, são aqui documentadas por Evaristo de Moraes pelas atitudes que teve D. Pedro II quando de uma das viagens que realizou a São Paulo.

25. Com inúmeras informações, Laudelino Freire estuda as relações de D. Pedro II com os maiores intelectuais de sua época, bem como da opinião que tinham sobre o Imperador.

26. Transcrição do memorial de sua vida pública, escrita no exílio a 23 de abril de 1891, na cidade de Cannes.

27. Interessantes reminiscências tentando mostrar o respeito que tinha a mocidade republicana por D. Pedro II, pelo Senador Soares dos Santos.

VI — B — «JORNAL DO BRASIL».

1. Relato das diversas solenidades prestadas para comemoração do Centenário de D. Pedro II.

VII — A — «O GLOBO».

1. Notas sobre uma sessão cívica em homenagem a D. Pedro II, na Repartição dos Telégrafos.

2. Notas sobre o feriado a ser decretado pelo Presidente da República e sobre o restabelecimento do nome de Pedro II na Central do Brasil.

VII — B — «O GLOBO».

1. Valioso e importantíssimo trabalho, uma verdadeira História do Segundo Reinado e uma completa biografia de D. Pedro II, com raras ilustrações. Destaca-se além dos traços pessoais,

bastante realçados por Max Fleiuss, as ligações que teve o Imperador com os principais acontecimentos ocorridos.

2. Reminiscências do Príncipe D. Pedro de Alcântara, neto de D. Pedro II, através de uma entrevista concedida a esse jornal. Ressalta-se a correção de certos dados, até então tidos como certos, ligados aos últimos momentos do Imperador no Brasil.

3. Programação de alguns festejos comemorativos ao Centenário de D. Pedro II, não só no Rio de Janeiro, como também em Minas, Bahia, Maranhão e Rio Grande do Sul.

4. Notas sobre o Príncipe-Herdeiro da Coroa e Trono do Brasil, D. Pedro Henrique Affonso Felipe Maria, nascido a 13 de setembro de 1909, filho de D. Luís de Orleans e Bragança.

5. Rápidas notas sobre o antigo Paço Imperial, em 1925, «Repartição do Telegrapho Nacional».

VIII — «O BRASIL».

1. Traços biográficos de D. Pedro II, com notícias sobre as comemorações de seu Centenário de nascimento.

IX — A — «A PÁTRIA».

1. Relato das diversas comemorações programadas para este dia, com a transcrição do Decreto Presidencial do dia 1º de dezembro de 1925.

2. Entrevista concedida ao jornal por um velho político mineiro (?), contando-nos como por um gesto de D. Pedro II, foram aprovadas as despesas, pela Assembléia Provincial, feitas quando da visita Imperial à Província de Minas Gerais em 1880.

3. Linhas elogiosas à memória de D. Pedro II, pelo Presidente da República em 1925.

IX — B — «A PÁTRIA».

1. Completa reportagem sobre as mais diversas solenidades, executadas no dia anterior, pelo Centenário de Nascimento de D. Pedro II.

X — «VANGUARDA».

1. Notas biográficas sobre D. Pedro II, destacando-se os seguintes tópicos: O Batismo; a Árvore Genealógica de D. Pedro II; a Educação; a Maioridade; a Obra de D. Pedro II; D. Pedro

protetor das Artes e das Letras; D. Pedro, Poeta; O Imperador Poliglota; Fatos ocorridos com o Imperador; o Banimento; a Morte do Imperador; o Atestado de Óbito do Imperador etc...

XI — A — «JORNAL DO COMMÉRCIO».

1. Minuciosa reportagem sobre as programações previstas para o dia seguinte, em comemoração ao Centenário de Nascimento de D. Pedro II.

XI — B — «JORNAL DO COMMÉRCIO»

1. Diversos aspectos da obra de D. Pedro II aqui são ressaltados, por meio de vários episódios de sua vida. Destacam-se os seguintes assuntos: A educação; Ordem interna e internacional; O esplendor do Império e as grandes iniciativas; O protetor das letras e a evolução política; O homem e a sua ação; O grande papel histórico.

2. Síntese da História Naval Brasileira, à época do Segundo Reinado, feita por Eugênio de Castro, destacando-se a obra de construção naval, a ação dos diversos Ministros da Marinha, principalmente o Visconde de Ouro Preto, bem como elogios de seus principais heróis no século XIX.

3. Trabalho de apreciação e crítica histórica do período correspondente ao Segundo Reinado, feito por Mesquita Pimentel, mostrando a ação efetiva de D. Pedro II, em diversos setores da vida brasileira.

4. Por meio da pacificação interna e de algumas intervenções no Prata, Alfredo Balthazar da Silveira ressalta a grandiosa obra de D. Pedro II para manutenção da unidade nacional.

5. Por meio de sua valiosa e grandiosa biblioteca, D. Pedro II é aqui visto por Aurélio Lopes, como um verdadeiro amante das letras. Chama também a atenção do interesse que tinha o Imperador pela instrução, por meio da descrição de diversos episódios.

6. Trabalho interessante de Zeferino de Faria, para o conhecimento dessa Sociedade e da proteção que lhe concedia D. Pedro II.

7. Esclarecedor trabalho de Jonathas Serrano, para o entendimento das relações de amizade, mantidas por D. Pedro II para com o Visconde de Bom Retiro, Luís Pedreira do Couto Ferraz, contém também traços biográficos desse titular do Império.

8. Importantíssima documentação tirada de vários exemplares do *Jornal do Comércio*, editados no século passado, para um estudo biográfico de D. Pedro II.

XI — C — «O JORNAL DÓ COMMÉRCIO».

1. Elogiosas linhas à tolerância e ao grande senso de liberdade que caracterizaram D. Pedro II.

AUTÓGRAFOS DE VESPASIANO RAMOS

CURSINO RAPOSO

Redator do M E C

Na administração Josué Montello, o Museu Histórico Nacional adquiriu um lote de documentos sobre o Maranhão, entre os quais se achava um caderno de papel almaço pautado, tipo ofício, contendo 38 produções poéticas autógrafas do poeta maranhense Joaquim Vespasiano Ramos, sendo 17 poesias e 21 sonetos.

Incumbido pela direção da Divisão de Documentação do M.H.N. de estudar esses autógrafos, pareceu-me oportuno, após minucioso exame a que neles procedi, sugerir a sua publicação, o que ora é feito.

Vespasiano Ramos viveu entre 1884 e 1916. Pertenceu, portanto, àquela geração de escritores maranhenses que, sob o influxo da visita que Coelho Neto fez à sua terra natal em 1889, tentou reviver, através de alguns movimentos de renascença literária, entre os quais cumpre destacar a *Oficina dos Novos*, o renome e as glórias conquistados pelas gerações anteriores de Odorico Mendes, Gonçalves Dias, João Francisco Lisboa, Sotero dos Reis, Gomes de Sousa, Gentil Braga, Dias Carneiro, Joaquim Serra, Trajano Galvão, Raimundo Correia, Teófilo Dias, Sousândrade, Aluisio e Artur Azevedo, Graça Aranha, Celso Magalhães e tantos outros. Mas, embora pertencendo a essa geração, não participou — pelo menos no sentido militante do que hoje se entende como participação — de qualquer um dos mencionados movimentos.

Tendo realizado sua obra no período em que duas correntes dominaram a poesia brasileira — o Parnasianismo e o Simbolismo — não se fixou em nenhuma dessas correntes, não sendo difícil, no entanto, encontrar-se traços parnasianos e simbolistas em algumas das suas produções poéticas, especialmente nas que estão enfeixadas em «Coisa Alguma...». «Na verdade — observa Othon Costa — o poeta não passou de um suave e delicado romântico, notando-se na sua poesia, repassada de ternura e melancolia, o

vestígio daquele profundo legado de tristeza e desalento que nos veio do século XIX.»¹

A poesia, para Vespasiano Ramos, era mais uma necessidade psicológica de traduzir o seu drama interior, um lenitivo, uma evasão, um transbordamento emotivo, uma forma de sublimação, do que uma realização com finalidade especificamente artística. Isto, aliado ao fato de que não teve condições para fazer estudos regulares e leu muito pouco, explica porque os seus versos, embora espontâneos, correntios, carregados de expressiva carga lírica, às vezes se apresentam pobres na forma, tecnicamente imperfeitos e constituídos de lugares comuns.

Vespasiano publicou um único livro, que teve uma única edição, hoje considerada raridade bibliográfica. Divulgou, porém, várias outras poesias em jornais e revistas do seu Estado, do Pará e do Amazonas. Mas, para o levantamento dessas poesias, será necessária uma pesquisa longa em coleções talvez só acessíveis nas bibliotecas dos referidos Estados. É tarefa, no entanto, que deverá ser feita, se se quiser ter uma visão completa da obra significativa desse maranhense tão pouco conhecido.

O critério que usei para a publicação dos presentes autógrafos foi, de acordo com a técnica moderna de tratar textos dessa natureza, reproduzi-los na íntegra, atualizando-lhes apenas a ortografia. Dispensei-me de anotações críticas por julgar que estas deverão ser feitas quando se reunir e editar a obra completa do poeta.

Acrescentei, ao final dos poemas, algumas notas biográficas do autor de «Coisa Alguma...», por me parecer que elas poderão ser úteis a quem possa interessar-se pelo estudo da sua figura humana.

Particularidades sobre os textos: 16 possuem título e data; 14, só títulos; 2 estão sem título, mas datados; 1 não tem título nem data; 3 são assinados com pseudônimo; e 3 não puderam ser aproveitados por se encontrarem totalmente deteriorados.

Uma ressalva que se impõe: não tive meios de consultar as publicações (jornais e revistas) nas quais Vespasiano deu à estampa muitas das suas produções poéticas. Por esse motivo não estou em condições de afirmar que todas as poesias ora divulgadas são inéditas. Nenhuma, porém, faz parte de «Coisa Alguma...».

1. Em 1957 foi programada uma segunda edição de «Coisa Alguma...». O escritor Othon Costa escreveu para ela um prefácio. A edição não saiu, mas o prefácio foi publicado no nº 72 da «Revista das Academias de Letras do Brasil». É um dos raros trabalhos em que se tenta estudar as características da poesia de Vespasiano Ramos.



Um dos raros retratos conhecidos de
Vespasiano Ramos

MÁGOAS

Ao Tito Bittencourt

Eis um cadáver: um gélido sudário
Cobre-lhe o rosto esquálido, silente.
Cadáver, tenho o peito solitário
Num manto negro envolto tristemente.

Este manto lúrido, soturno
Como as noites friíssimas, escuras,
Que envolve-me o peito taciturno,
É o tenebroso manto das tristuras.

Porque não queres tu me ver mais triste
Vendo-te assim, aos poucos, padecer?
Se o meu sofrer tu'alma não resiste,
A minha como pode o teu sofrer?

E sofres porque sofro, porque mudo
Me vês assim, a soluçar de dores...
Não me digas a causa disto tudo
Seres tu pra sentir meus dissabores.

Não me queres assim, bem sei, querida,
Tanto q'as vezes, rubra só de pejo,
P'ra amenizar a minha triste vida,
Concede-me um beijo!

E o santo olor dos lábios teus suplanta,
Suplanta e vence as minhas amarguras.
Eu te bendigo, eu te bendigo, oh! Santa
Que me concede instantes de venturas!

5/1/1902

ADORMECIDA

Chove. Meu Deus, q'noite fria!

O céu se cobre pavorosamente
De feio negro, de lurido manto,
A tempestade sopra roucamente
Das nuvens densas ao nitente pranto.

Como dormes assim — cheia de encanto,
Cheia de encanto, pálida, inocente!
Cobre-te o seio angelical e santo
Um tecido de neve transparente.

No travesseiro cor-de-rosa e ledó
Recostaste a cabeça: adormeceste —
Junto a ti, como estás, eu tenho medo...

Retiro-me daqui, beijo-te o peito...
Mas ai! que frio insuportável este
A me agarrar, jogando-me no leito!

20/1/1902

Há pessoas cujas vidas
Tantos espinhos encerra,
Que melhor fora, querida,
Não vê-las mais sobre a terra.

Cheias de flores, porém,
Sabemos há muitas vidas,
Mas como as flores também
De orvalho sempre seguidas!

23/2/1902

FOI TARDE...

Ao Egydio Cunha

Ontem, à janela, a conversar comigo,
Ela beijava a rosa de um jasmim...
E eu fui também co'os lábios em segredo,
Mas, escondendo-a, murmurou, a medo:
Foi tarde... Sim?

Sim, foi tarde!... murmurei, querendo
Beijar-lhe a mão de uma brancura linda...
E assim me vendo, retraiu-se Alice,
..... eu algo disse: (2)
Foi tarde ainda!...

Foi tarde ainda!... murmurou sorrindo,
A boca rubra onde um solfejo arde.
Então me aproximei para beijá-la,
Mas, de meus lábios, distante, ouvi-lhe a fala:
Foi sempre tarde!...

Foi sempre tarde!... murmurei; e nisto
Lhe cai o lenço da mãozinha ao chão...
E enquanto a olho, de repente, linda,
Beijo-lhe a face e lhe pergunto: ainda
Foi tarde... Não?

Março 1902

2. As palavras em pontinhos estão totalmente ilegíveis.

BEIJOS

Ao João Viana

Uma chuva de pétalas no seio!

CASTRO ALVES

Chic, tão bela, encantadora e linda,
No rosto sempre a palidez formosa,
Sempre no corpo a elegância infinda,

A doce pele branca e cetinosa
Inda mais doce, inda mais doce ainda,
Inda mais branca do que a branca rosa.

No lindo leito de fragâncias cheio,
Entre cortinas tépidas, ridente,
Assim te vejo de roupão somente
Nos braços de Morfeu sonhando, creio...

Bate-me o coração, tremo e receio...
Arfa-te o peito, e alucinadamente,
Sófregos os lábios faço-te presente
De uma chuva de beijos em teu seio.

Abril 1901

TEU NOME

Ao Filomeno Oliveira

Teu nome, ó Flor, o teu nome
É tão doce quanto a rosa,
Quanto o rocio que desliza
Por sobre a pet'la mimosa!
É tão doce quanto a brisa
Fagueira, amena e louçã,
Beijando as flores, a medo,
À luz de doce manhã!

A lua que além se mostra,
As estrelas que cintilam,
As alvas gotas de orvalho
Que nas corolas rutilam,
Não são mais lindas, não são
Mais cheias de poesia,
Não são mais cheias de encanto
Quanto o teu nome — Maria!

30/4/1902

A ESPERA

Não te demores, ! não te demores!
— «Como sem falta, espera, doce amigo,
Que às onze horas estarei contigo —»
E já se foram, meu Deus, as onze horas!

E nada! e nada de Ela estar comigo!
Seriam, porventura, enganadoras
As palavras amenas e sonoras
Que aquela boca disse e agora eu digo?

E assim me ponho — impaciente à espera
Que Ela venha — célere cumprir
O que, risonha, à noite me dissera...

Porém... debalde! Mentirosa a fala
Dessa que fez o sol, quando, a surgir,
Encontrar-me à janela ainda a esperá-la!

Agosto 1902

LEVA-ME!

Loira, que vais atravessando o Mar,
O loiro Mar das loiras Ilusões,
Tão loiras como as loiras radiações
Que a Aurora solta ao loiro despontar.

Leva-me, Loira, que ao teu loiro Olhar
Irei cantarolando umas canções,
Bem como o Nauta às noites de luar
No loiro Mar das loiras Ilusões!

Vamos! Naveguemos descuidosos
Nesta loira Gôndola de Utopias,
De Quimeras e Sonhos vaporosos!

Leva-me, Loira das loiras Consuelos,
Quero morrer no Mar das Fantasias,
Nas loiras Ondas desses teus cabelos!

Setembro 1902

CANTA!

Quando tu cantas, divinal, tristonha,
A melodia de tua voz serena,
— Bálsamo santo que ameniza a Pena —
O enfermo Coração que dorme e sonha,

Sinto acordar... e logo — tal risonha,
A luz da lua, lirica Açucena —
Esquece a Dor... E a tua Voz amena
Fecha-lhe os olhos... E ela dorme e sonha!

Canta, Divina, canta! que à tua voz
Acordam corações que estão sonhando,
E, mal ouvindo-a, vão sonhando após...

Canta, criança, apaixonada e louca!
Pois que minh'alma, quando estás cantando,
Fica sonhando a um canto de tua boca!

Setembro 1902

SEIOS

Como dois lindos astros luminosos
Surgindo além em trêmulos assomos,
No jáspeo colo, sensuais, formosos,
Surgis, altivos, cetinosos pomos.

Conchas frementes, globos latejantes,
Feitos de carne e lírio cetinosos,
Seguem-vos sedentos, delirantes,
Meus sôfregos olhares sequiosos.

Sondam-vos nus, divinamente nus,
Se deslizando pelo colo a flux
Longos anéis dessas madeixas bastas...

Ah! se eu pudesse em trêmulos solfejos,
Num convulsivo trescalar de beijos,
«Sondar-vos, templos de volúpias castas!»

21/10/1901

CARTAS

Quando eu recebo uma cartinha tua
Sinto — aqui dentro — o coração pulsar,
Como a criança pequenina e nua
Por noites de luar...

Sinto minh'alma num sorrir ovante
Pular aqui, correr ali, brincar,
Como a criança trêmula, faiante,
Por noites de luar...

Esvoaça-me no peito e sinto o bando
De inquietos suspiros adejar,
— Risadas infantis — soltas, cantando
Por noites de luar...

Beijo tuas cartas, nelas o teu nome
Bem como os pequeninos vão beijar
A mão materna, já que o prazer some
Por noites de luar...

Ó doce Lírio! Ó doce Flor amada,
Quando tua carta alguém vem entregar,
Me pareço demais com a meninada
Por noites de luar...

Se uma carta — de loiras tranças ⁽³⁾
Quotidianamente me mandar,
Eu viverei, então, como as crianças
Por noites de luar...

26/10/1902

3. Os pontinhos indicam uma palavra ilegível

MEU CORAÇÃO

Este meu coração é muito incompreensível!
Ora crê que a mulher lhe tem sincero amor,
Ora não crê que tal seja mesmo possível...
E começa a morder-lhe inexorável dor.

«Será», pergunta o louco, «um só momento crível
Que essa Alma lírial, alvinitente Flor,
Abra o seio gentil e que ao brilhante nível
Dessa linda corola ostente o meu amor?!»

Sim! Ela sabe amar... eu sei... mas, não! mentira!
E nas asas da Crença e asas da Descrença
Ele parte gemendo... e, gemendo, delira...

Canta demais no Azul da plaga da Esperança,
E a Dúvida, ao chegar — qual uma nuvem densa —
Fá-lo triste chorar, chorar... como criança!

Outubro de 1902

JAMAIS

Eu dizer que no teu rosto santo
Não vê-se, Esplendorosa, as flores da Beleza?
Que das rosas gentis não tens o doce encanto
Que não deixou de dar-te a grande Natureza?

«Só lhe pode igualar o extraordinário encanto
A filha mais gentil das filhas de Veneza!»
Assim, falam-te vendo... e eu seria, portanto,
Se o fosse contentar, um tolo, com certeza.

Eu deixar de dizer que nos teus olhos puros
Não mora a luz ardente — a que um dia me veio
Arrancar, arrancar dos Poentes escuros?

Jamais o que há em ti de belo hei de negar!
Somente hei de dizer que dentro do teu seio
Existe um coração que nunca soube amar!

Outubro de 1902

MARIA

*Lágrimas verte o monte que é granito!
E o céu, o próprio céu que é infinito
Chora também no cálice das flores!*

E. DE ARAÚJO

Quando eu morrer, se acaso um dia fores
A minha campa visitar, Maria,
Deixa uma pura lágrima, caindo,
Beijar a face de m'a lage fria...

Deix'uma lágrima pender saudosa
Na lousa algente, pálida e tristonha,
Onde repousa aquele que, contigo,
À triste sombra do cipreste sonha.

Se alguém chamar-te, ali, saudosa ouvires,
Dos lindos olhos teus à doce luz,
Não te apavores, não, não te apavores,
Qu'ê a minh'alma debruçada à cruz.

Quando o meu nome tu na pedra leres
E que brilhar em tua pupila o pranto,
Dirás assim: aqui repousa aquele
A quem na vida eu padecer fiz tanto.

Oh! não te esqueças de levar no seio,
No seio teu de virgem algumas flores,
Para enfeitar a cruz... se acaso um dia
A minha campa visitar tu fores.

E se deixando-a — macambúzia e triste,
Seguindo triste, macambúzia e calma,
Um vulto branco te oscular a fronte,
Não te assustes, Maria, qu'ê minh'alma!

Setembro 1901

ESTER

A Artur d'Alva

Quero saber Ester q'rida,
Porque sempre, entristecida,
Vives assim a pensar...
Não posso ver-te tão triste,
Pois minh'alma não resiste
Ao teu profundo cismar.

Quando em teus lábios diviso
A mudez em vez do riso,
Sinto meu peito gemer.
Não posso ver em teu rosto
Um vislumbre de desgosto
Que não chore, linda Ester.

Quero saber porq'tanto
Chega-te aos olhos o pranto
Nesse profundo cismar,
E porque sempre à janela,
Tu, melancólica e bela,
Te debruças a pensar.

8/10/1901

DE BRANCO

Ei-la! Quem passa? Olhai, filhos de Deus!
Dizei-me se na luminosa Altura
A mais formosa estrela mais fulgura
Do que essa Estrela sob o azul dos Céus.

Vede q'brilho há nos olhos seus
Onde minha alma canta e se enclausura!
Como Ela passa, meu Deus, a Virgem pura,
A pura Virgem dos Sonhares meus!

Filha sem par de uma Alvorada branca,
Para te olhar da Divinal Mansão
A Porta de Ouro Alguém ora destranca...

Passa de leve... Estrela de alabastro!
Já que eu não posso te beijar a mão,
Curvo-me para te beijar o rastro!

17/10/1902

MATINAL

Se eu te beijo, sensitiva amada,
Que o doce rocio, tímida, adormeces,
É somente porque tu, delicada,
Com Ela te pareces.

Rosa gentil que na haste melindrosa
Meu lábio oscula com alegria louca,
Só me parece que estiveste, ó rosa,
Beijando aquela boca.

Lírio, que levo aos lábios meus e beijo,
E beijo e como? num divino anseio,
Se eu te amo demais é que te vejo
Da cor daquele seio.

3/11/1902

Serei culpado, senhora,
De vos amar loucamente,
De vos ter como um demente
Dentro do meu coração?
De vos ter dentro do peito,
Porventura será crime
Como uma estrela sublime
De sublime radiação?

17/11/1902

LOUCO?!

Ao dr. Raimundo de Berredo

Para de louco me chamar e olhando
Me ficar rindo, rindo toda gente,
Basta me verem pelas ruas, quando
Chorando passo num chorar plangente.

Nunca se deve de outro andar zombando
Sem que primeiro saiba o que ele sente...
Porque soluça quando passa, quando
Passa tristonho a caminhar silente?

Que vos importa o pranto que eu derramo?
Deixai que os olhos meus — eternamente —
Chorem por Ela a quem somente amo...

Que vos importa que eu não tenha calma...
Jamais me chamaríeis de demente
Se vós sentisses o que eu sinto n'alma!

VESPASIANO RAMOS

COUSA ALGUMA...

RIO DE JANEIRO

JACINTHO RIBEIRO DOS SANTOS

EDITOR

Av. BVA 8. 1088. 0.

19915

SONETO

Tu nunca viste, Julieta, quando
Apolo nasce, os raios espargindo,
Daquele campo sorridente o bando
De sonoros pássaros sorrindo,

Ruflar as asas pelo Azul infindo,
Ruflar as asas pelo Azul, soando,
T'e que se perde pelo Azul, fugindo,
T'e que se perde pelo Azul, cantando?

O coração da mocidade, amante,
É como campo verdejante e lindo,
É como o lindo campo verdejante:

Sai-lhe de sonhos, de ilusões o bando
A bater asas pelo Azul, fugindo,
A bater asas pelo Azul, cantando.

NÃO QUEIRAS ⁽⁴⁾

Tu queres, meu anjo, q'eu diga teu nome,
Teu nome que folgam teus lábios cantar,
De a brisa à noitinha dizê-lo extremoso
Em fundos suspiros, em doce trovar?

Tu queres que o diga d'aurora ao surgir,
Ou quando se espelha na face do Mar,
Nas vagas centelhas de fogo mostrando
O lasso declive com frouxo brilhar?

Tu queres que o diga no vago rumor
Do dia?... Ou anelas q'o diga ao pulsar
Da lira que meiga suspiros arranca
Ao triste que trova, que sabe te Amar?...

Não queiras q'eu diga d'aurora ao surgir,
Na hora em que o Sol se inclina no mar,
Na lira, no canto, teu nome direi
No pranto que sabem meus olhos chorar.

4. Assinado com o pseudônimo Lúcio dos Santos Ramos.

NUNCA ⁽⁵⁾

Deixar de meus afetos consagrar-te,
Por ti meu coração estremecer,
Constante e terno amor só dedicar-te,
Nunca, mil vezes nunca, antes morrer.

Tuas graças deixar no esquecimento,
Aos meus lábios teu nome fenecer,
Esquecer-me de ti um só momento
Nunca, mil vezes nunca, antes morrer.

Deslembrar-me que a sorte assaz me obriga
Teus destinos seguir, não te esquecer,
Faltar-me ao juramento que nos liga,
Nunca, mil vezes nunca, antes morrer.

5. Assinado com o pseudônimo Lúcio dos Santos Ramos.

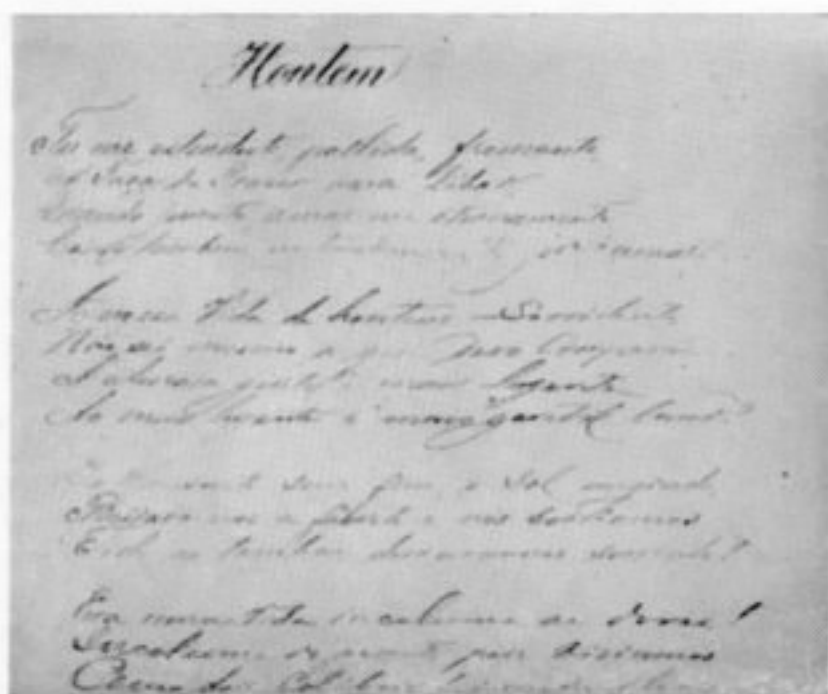
ONTEM

Tu me estendeste, pálida, fremente,
A Taça de Prazer, para librar,
Quando juraste amar-me eternamente
Como também eu te jurei amar.

A nossa Vida de ontem — sorridente —
Não sei mesmo a que devo comparar...
À Aurora gentil e mais luzente,
Ao mais luzente e mais gentil luar?

Do Horizonte sem fim, o Sol, surgindo,
Beijava-nos a fronte e nós sorriamos
E ele, ao tombar, deixava-nos sorrindo!

Era uma vida incólume de dores!
Incólume do pranto, pois vivíamos
Como dois colibris, beijando flores.



SOLUÇA

Quando soluças, merencória, quando
Entra-me nalma o teu chorar saudoso,
— Tristonha queixa, na minh'alma entrando,
Traz-me a Tristeza, me levando o Gozo, —

Sinto o Coração gemer ansioso
Dentro do peito em lágrimas nadando,
Quando soluças, merencória, quando
Entra-me nalma o teu chorar saudoso!

Chora, Divina, Imaculada! Enquanto
Vêm-te às faces lágrimas banhando,
Nadam, gemendo, os corações em pranto!

Tu, que me fazes suplantar escolhos,
Chora! A minh'alma, quando está chorando,
Fica gemendo dentro dos teus olhos!

RI!

Quando sorris, ó Magnólia pura,
Me entrando nalma o Riso teu purissimo —
Alvorada de luz de um céu castíssima,
A me tanger do peito a noite escura —

Meu Coração — onde o Amor fulgura —
Ajoelha-se, curva-se humilíssimo,
Como no Templo a Bênção do Santíssimo,
À loira Bênção do teu Riso, Pura!

Sorri, sorri assim, divinamente!
Que o teu sorriso de um dulçor infindo
Ajoelha os corações, celeremente!

Ril da Candura é o Riso teu — ressábio!
Ril que minh'alma, quando estás sorrindo,
Ajoelha-se às curvas de teu lábio!

AMOR E TRAMA ⁽⁶⁾

A causa dessa tristeza
Quero saber, com certeza,
Tu m'a dirás, doce Ester.
Ver taciturna e tão calma,
Tu bem sabes que minh'alma,
Que minh'alma não te quer.

Quando assim na adolescência,
Que são os sonhos — essência
De uma flor desabrochando,
Nunca se deve, querida,
Ter a alma entristecida,
Nem tão pouco andar cismando.

Eu te garanto, formosa,
Que nessas faces de rosa
Eu ia um beijo estalar,
Se um beijo, um só eu soubesse
Que em alegria pudesse
Essa tristeza mudar

6. Assinado com o pseudônimo Aluísio Silva.

NÃO TE IMPORTES...

Não te importes jamais co'essa tristeza
Que sentes em minh'alma e que existe
Aqui — no peito meu — como o silêncio
Na campa algente, mortuária e triste.

No cemitério — o mocho solitário
À luz da lua pia em som funério...
Eu tenho o coração como esse mocho
Aqui dentro em meu peito o cemitério.

Enorme mausoléu onde se encerram
E se sepultam as minhas ilusões,
Os sonhos que sonhei... e de minh'alma
Fortes gemidos, pálidas canções.

Que tens? Não chores me escutando as falas
Que soluços de um peito alucinado...
Crê tu somente que eu te amo e muito!
Não te importes que eu viva apaixonado.

Não te importa qu'eu viva, outro Ahsverus,
Tristonho a caminhar, sempre vagando...
Ora sorrindo — merencório e triste,
Ora demente — a prosseguir, chorando.

Embora saibas que é por ti somente
Todo este amor que para mim é pouco,
Que eu vivo louco, apaixonado e triste,
Que eu vivo triste, apaixonado e louco!

Não te estremeças, não, que Deus agora
Burila-nos, querida, a silhueta:
Romeu nos braços acalenta a amante
— A pulcra Julieta!

AUGUSTO SEVERO

E o Pax — Águia do Céu — de França o Azul sondou
Como a galera audaz as ondas tremulantes,
Ao louco entusiasmo, aos vivas delirantes
Da massa popular da pátria de Rousseau!

Valente Bonaparte — o condor Pax terçou
As Armas pela Azul, as armas rutilantes.
E a Glória — acompanhava-o — asas doudejantes
Ruflando festival — deixando-o em Waterloo.

E ele com a espada em punho, ovante, o rijo braço
Mostrava à multidão, àquele povo, àquele
Que aplaudia o guerreiro degolando o espaço...

Venceu e foi vencido! Oh! tristes almas belas,
Ide chorar, gemer ao túmulo daquele
Que ia nuvens romper para beijar estrelas!

MORENA

Ao João Viana

*A morena do poeta causa pasmo,
A morena do poeta é sem rival!*

J. VIANA

Oh! nunca digas que não tem rival
Essa por quem teu coração suspira,
Essa morena bela e divinal
Em cujo rosto a rósea cor se mira...

Essa que fez em noite festival
Alegremente despertar tua lira,
Mulher que se tornou teu ideal,
Que canções suavíssimas te inspira.

Eu sei que, apaixonado, tu, poeta,
Ao fazer a sua silhueta,
Disseste que a morena é sem igual...

Se contemplares a mulher qu'eu amo,
Proclamarás assim como eu proclamo:
Que a morena do poeta tem rival!

A SÓS

Arfa-te o seio túmido, medrosa
Em um fremente e sedutor arfar,
Vejo-te, oh! Lírio imáculo, corar
Mostrando em cada face linda rosa.

Por que tremes assim, casta, formosa,
Bem como a flor em terno balouçar?
Diz'-me o que muito te amedronta, oh! Rosa
Que nem ao menos, sequer, podes falar...

Esse temor, esse receio — acabe-os
A união satânica (não é crime)
A sequiosa união dos nossos lábios.

Une-os assim, querida, assim... Que pejo!
Vamos! Cantemos num cantar sublime
As cavatinas olorais do beijo!

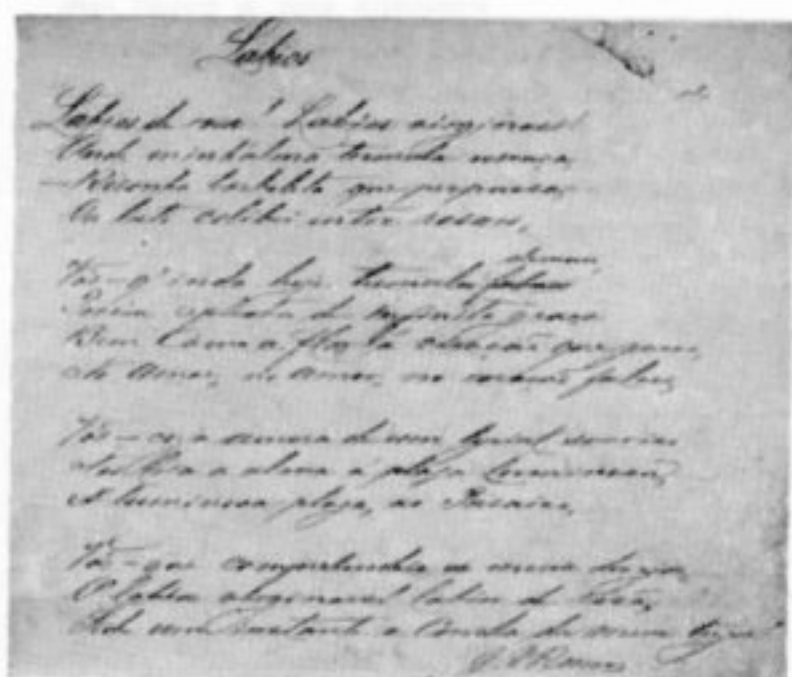
LÁBIOS

Lábios de rosa! Lábios virginais!
Onde minh'alma trêmula esvoaça,
— Risonha borboleta que perpassa,
Ou lesto colibri entre rosais,

Vós — q'inda hoje trêmulos demais,
Porém repletos de infinita graça
Bem como a flor à viração que passa
No amor, no amor, no coração falais,

Vós — cuja aurora de um lirial sorriso
Nos leva a alma à plaga luminosa,
A luminosa plaga, ao Paraíso,

Vós — que compreendeis os meus desejos,
Ó lábios virginais! lábios de rosa,
Sede um instante a concha dos meus beijos!



DE JOELHOS...

Magnólia gentil e resplendente,
Alma de neve e lírio, imaculada,
Escrito para ti e por ti somente
Foi este livro — divinal Amada.

Tu — em cujo doce coração eu creio,
Santa dos olhos divinais, tristonhos,
Guarda na corola de teu seio
Estes versinhos — meus Primeiros Sonhos.

POR ENTRE CHAMAS

Marcus Vinicius, com a espada em pulso
Atrás de Lígia — em pulso a duridana,
Por entre as chamas q' o cruel e insulso
Nero ateara à Capital Romana,

Corre ligeiro, pálido e Convulso
Desde a via Latina a Ostiana,
Salta-as veloz, movido pelo impulso
Do amor q' tem à pulcra ligiana.

Minh'alma — assim também alucinada,
Como o tribuno Militar — empulsa
Do Verso a loíra e luminosa Espada...

E em procura de Lígia — doidamente,
Corre ligeira, pálida e convulsa
Por entre as chamas deste amor ardente!

MAOS

As cetinosas mãos dessa menina
Cheia de graça, imaculada e santa,
Em cujos olhos a Poesia canta
Qual Magnólia à hora da matina,

Têm a cor lirial que nos encanta
E o doce aroma da gentil bonina,
As cetinosas mãos dessa menina
Cheia de graça, imaculada e santa!

Quando eu me curvo pálido, arquejante,
Perdão pedindo à moça carinhosa
Que as mãos estende ao criminoso amante,

Eu, ao beijá-las — verdadeiro lírio —
Sinto minh'alma trêmula, nervosa,
Voar cantando às regiões do Empírio

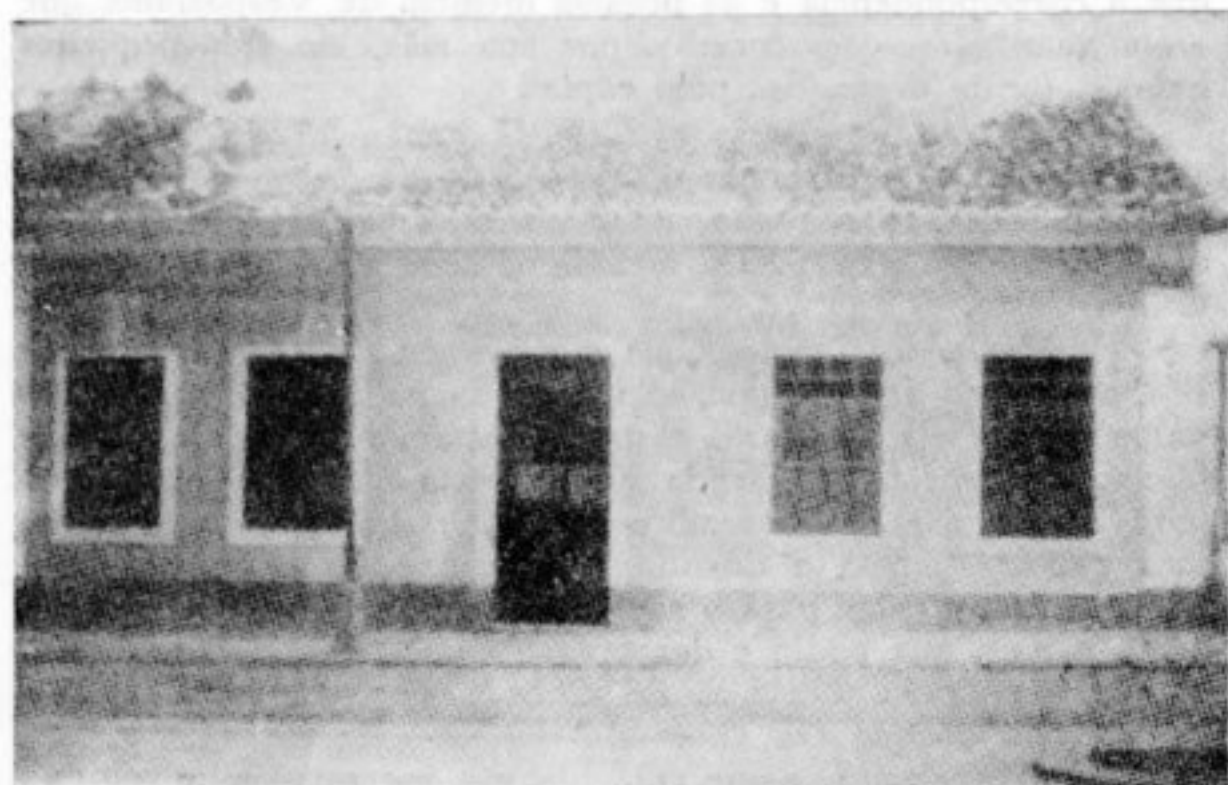
MARTIRES

Que dor a nossa! Padecemos tanto
Por esta senda, trêmulos, vagando!
Vejo-te os olhos derramando o pranto,
Meus olhos vês o pranto derramando.

Noivos, porque andais chorando? —
Pergunta o Sol a divagar, enquanto
Dentro de nós Noite cruel entrando
Fere nossa alma debuchada em pranto!

Misericórdia! embalde nós chamamos,
E ao mesmo tempo perguntando aos céus
Se inda havemos chorar mais que choramos.

Ó Destino Cruel! Cruel Fadário!
Dizei-nos, Cristo, respondei-nos, Deus:
Inda está longe o cimo do Calvário?



Casa onde nasceu Vespasiano Ramos

Pouco se sabe sobre a vida e a personalidade de Vespasiano Ramos. Praticamente, ele só contou até hoje com um biógrafo: o seu conterrâneo Wafredo Machado. Mas este mesmo confessa que, para a realização do seu trabalho, um pequeno volume de 54 páginas, teve de valer-se «do auxílio de informações de parentes e contemporâneos do poeta», naturalmente porque não pôde dispor de melhor documentação. A carência de elementos documentais sobre o autor de «Coisa Alguma...» é registrada também por um sobrinho seu, Antônio Castelo, numa conferência sobre o tio, pronunciada em 1940, no Centro Oswaldo Cruz, no Recife. Revelou Castelo, nessa oportunidade, que a correspondência e as poesias inéditas de Vespasiano, que eram guardadas, com carinho, por sua mãe, em três pequenos baiaios, foram destruídas pelo cupim.

Vespasiano Ramos nasceu em Caxias a 13 de agosto de 1884 e morreu às 14 horas do dia 26 de dezembro de 1916 no Município de Porto Velho, no Amazonas. Viveu, portanto, 32 anos, metade no século XIX, metade no século XX, como observa Othon Costa.

Humberto de Campos, que o conheceu na casa de Afonso Barbosa, dono de uma pensão localizada na Rua Paes de Carvalho, em Belém do Pará, assim o descreve na crônica «Uma iniciação literária», publicada na «Revista da Academia Brasileira de Letras», de dezembro de 1930: «Magro, moreno, de uma palidez terrosa e doentia, Vespasiano era o lirismo feito homem. Sem atentar para o seu estado de saúde ou de finanças, bebia o mais que podia e desatava a dizer os seus versos. Dizia-os, e chorava. Dizia-os de olhos cheios d'água, e mesmo em soluços, porque era chorando que os escrevia. Um grande amor sem esperança, amor cuja história me revelou numa torrente de pranto, havia-o atirado à poesia e ao álcool, dois grandes consoladores que desesperam de toda consolação.»

Teve uma infância modesta. Ao contrário dos meninos ricos de Caxias, não possuía brinquedos. Mas nas famosas festas juninas locais — informa Walfredo Machado — lá estava ele «com as calcinhas curtas, camisa para fora, pés descalços, no meio dos *caboclos* que dançavam o bumba-meu-boi, atirando seus pequeninos fogos.»

Numa dessas festas — conta Antônio Castelo — quando Pai Francisco e Nhá Catarina, integrantes de um bumba-meu-boi, «se desviavam das chifradas violentas do boi listrado de vermelho, um atrevido busca-pé sibilou no espaço, fez uma espiral e desceu violentamente, causando pânico na aglomeração popular. Vespasiano estava lá, e a seu lado o irmão Heráclito. Este trazia os bolsos cheios de «bichinhas» e, quando o buscapé veio ao chão, fugiram os dois, mas o fogo os seguiu. O busca-pé

aproveitou o ar que Heráclito deslocava e alcançou-o. Inflamaram-se então as «bichinhas» que ele trazia nos bolsos, incendiou-se-lhe a roupa, e as línguas de fogo cobriram-lhe o corpo, passando a ouvir-se gritos angustiosos de Heráclito chamando a mãe, o nome puro e santo, que nas horas de tortura vem aos nossos lábios. Esteve, em consequência, o menino vários meses de cama. Salvou-se, porém. Apesar de haverem prometido a si próprios que nunca mais brincariam com fogos, no ano seguinte, quando o mesmo boi, no mesmo local, dançava, lá estavam os dois, soltando as suas «bichinhas».

Aos treze anos Vespasiano foi trabalhar como caixeiro de uma casa comercial. A esse tempo acentuou-se o seu interesse pelos estudos e sobretudo pela literatura. Sem professores, aprendia sozinho. A um canto da loja, nos momentos de descanso, lia livros e mais livros. Começou nessa época a escrever os seus primeiros versos. Escrevia-os ali mesmo, no local de trabalho, quando lhe vinha a inspiração, em folhas de papel de embrulho.

Sobre as facilidades com que Vespasiano compunha poesias, Walfredo Machado narra o seguinte episódio: ... «era eu menino, e corria, em brincadeiras, pés descalços pelas ruas, chambre ao vento, como andavam os da minha idade, quando, certa vez, o vi (Vespasiano) na quitanda de Cristiano Boavista, fronteira ao muro dos fundos da casa de meu avô, na rua das Oliveiras, hoje dr. Berredo. Ao lado da quitanda frondejava enorme pitombeira, à qual as crianças atiravam pedras para derrubar os frutos. O poeta entrou e sentou-se num tamborete ao pé do balcão encardido onde as rapaduras, a tiquira, as bananas, os manauês e outras mercadorias eram expostas à venda. Palestrava-se quando Mariquinhas, filha de Boavista, pediu a Vespasiano que lhe fizesse uns versos, o que ele fez, escrevendo-os naquele papel amarelo, que se comprava às resmas, para embrulhos.»

Com 16 anos, Vespasiano começa a publicar nos jornais da cidade, sob pseudônimo, suas produções poéticas e já faz parte de um grupo de jovens escritores locais, entre os quais se destacavam Alfredo de Assis Castro, João de Almeida Rodrigues e Franklin da Costa. O grupo dava expansão às suas atividades intelectuais através de um jornalzinho que editavam — «A Mocidade» — e recitando suas poesias nas festas públicas e reuniões familiares de Caxias. Vespasiano, temperamento profundamente romântico, era dos mais assíduos aos recitativos. Com eles conseguia penetrar, com êxito, nos corações femininos. Chegou mesmo a escolher um local apropriado para os seus encontros amorosos, o povoado Ponte, ao lado da cidade de Caxias, onde um riacho de águas claras e frescas corre por entre bam-

buais, jussareiras e mamonas. «Era precisamente nesse recanto bucólico — evoca, em crônica, o jornalista Lauro Nunes (Terra de Senna) — que Vespasiano esperava, com a ansiedade inata dos poetas, nas noites claras de luar, as mulheres que amava... Era ali, por entre as copadas e lendárias árvores, que escrevia os seus versos de amor, inspirados sempre por uma paixão incontida e que comumente se desfazia logo depois dos primeiros beijos...».

Em 1901, com 18 anos, segue para São Luís com dois objetivos: estudar e obter melhor emprego. Mas, juntamente com esses objetivos, leva para a capital maranhense a saudade de uma sertaneja caxiense, que lhe tocara o coração aos 16 anos e «à qual dedicou fielmente toda a sua devoção» pela vida inteira.

Mesmo com a acolhida da imprensa, que lhe abriu as páginas para publicar as suas crônicas e poesias, e do apoio do seu irmão Heráclito, sócio de uma importante casa comercial, Vespasiano não consegue adaptar-se em São Luís. Sente-se abatido pela desilusão do seu primeiro grande amor. Vive torturado por dúvidas e ciumes. Julga-se um incompreendido. Para fugir, então, às angústias desse estado psicológico, entrega-se a uma vida boêmia, que o leva a um desânimo cada vez maior.

A solução é voltar para Caxias. E ele volta. Mas, ao contrário do que esperava, não encontra alívio para a sua dor sentimental. A sua musa pertence a outro. Como um último e desesperado desabafo, escreve «Samaritana», soneto que se encontra em «Coisa Alguma...» e que é sua produção poética de maior popularidade:

Piedosa e gentil Samaritana:
Venho, de longe, trêmulo, bater
À vossa humilde e plácida cabana,
Pedindo alívio para o meu viver!

Sou perseguido pela sede insana
Do amor que anima e que nos faz sofrer:
Tenho sede demais, Samaritana,
Tenho sede demais: quero beber!

Fugis, então, ao mísero que implora
O saciar da sede que o consome,
O saciar da sede que o devora?

Pecais, assim, Samaritana! Vede:
— Filhos, dai de comer a quem tem fome...
Filhos, dai de beber a quem tem sede.

Em fins de 1903 Vespasiano deixa Caxias e rumo para Belém. Na capital paraense já se encontravam, nessa época, seus conterrâneos Humberto de Campos, Maranhão Sobrinho e Alfredo de Assis, que colaboravam assiduamente na *Folha do Norte*, «um viveiro de poetas», na expressão de João Alfredo de Mendonça. Passa também a colaborar no referido jornal. Humberto de Campos fundou a revista «Alma Nova». Integrando o seu corpo redatorial, lá estão, entre outros intelectuais jovens, Alfredo de Assis e Vespasiano Ramos.

«Em Belém — informa Walfredo Machado — todos sympathizavam com o poeta. Era de vê-lo na companhia, não só dos admiradores ilustres, como, igualmente, das criaturas humildes e incultas. Sentado às mesas das confeitarias, dos cafés, dos botiquins, principalmente o Nazaré, de propriedade do Sr. Joaquim Gonçalves, que por ele tinha fraternal afeto, conversando ou declamando, prendia a atenção geral. Prodigioso revelava-se o seu talento tanto nas improvisações como em tudo o que escrevia.»

No Pará, Vespasiano revelou uma nova faceta do seu talento poético: o humorismo. Para isso colaborou decisivamente o pintor pernambucano Baltazar da Câmara, de quem se tornou grande amigo. Baltazar estimulava-o a compor poesias humorísticas, que eram depois por ele ilustradas com o maior carinho.

Certa vez o ilustrador de uma revista fez-lhe a caricatura. Ele não gostou e remeteu ao caricaturista a seguinte quadra:

Aquela caricatura
Nesta revista não sai.
Outra mande invés daquela,
Por exemplo: a do seu pai.

Precisando do Teatro da Paz, para um recital de escritores, dirigiu ao desembargador Augusto Borborema, Governador do Estado, esta petição:

Um poeta humilde, um simples, um nervoso
Sonhador, que de versos vive cheio,
Que nada tem de sábio e orgulhoso,
Um poeta magro e muito feio,

Desejando expandir-se neste meio,
Vem, num soneto desarmonioso,
O Teatro pedir para recreio
Do seu espírito medroso.

E desde já lhe envia o seu profundo
E leal cumprimento, em que repousa
A gratidão do poeta, que, hoje em dia,

Coisa alguma valendo neste mundo,
É possível que valha alguma coisa
No verdadeiro mundo da poesia.

Um dia, Vespasiano resolve partir para Manaus, em busca de melhor emprego. Na capital amazonense consegue colocação e merece boa acolhida por parte dos intelectuais da terra, que já o conheciam e admiravam pela leitura de suas poesias. Isto, porém, não lhe dá a paz interior que tanto almejava. Atormentam-no as recordações do seu amor frustrado, as saudades da família e um profundo sentimento de solidão.

É nesse estado de espírito que recebe um convite do seu irmão Heráclito a fim de seguirem juntos para o Rio de Janeiro. Em São Luís, ocorre-lhe um acontecimento doloroso: o encontro com a mulher amada ao lado de outro, tal como sucedeu a Gonçalves Dias com Ana Amélia. A paixão, que se lhe reacende exarcebada, ele a traduz em versos como estes:

Procuró te esquecer,
Procuró te esquecer, a um só momento,
Mas, ah! como te dar o esquecimento,
Sem deixares de ser,
Sem deixares de ser meu pensamento!

Soluça, alma perdida!
Soluça, como nunca soluçaste:
A dor que sentes nunca mais se finda!
Visão radiosa que encontrei na vida:
Desgraçada paixão que me inspiraste,
Desgraçado de mim que te amo ainda!

«Se grande era o desejo de Vespasiano em conhecer a terra carioca — informa Walfredo Machado — esta vontade tornava-se maior com a promessa de Heráclito de que, no Rio, mandaria imprimir o livro de poesias, no qual revelaria todos os transe de seu desventurado romance. Ela, talvez, viesse a lê-lo, emocionada. E a sua história seria consolo para outros decepcionados do amor.»

Na antiga capital do País, o seu irmão Heráclito hospeda-o numa pensão na Tijuca, indo para casa de parentes de sua esposa, em Santa Teresa.

Fascinado pelos encantos da cidade grande, ou talvez como uma fuga às suas mágoas, Vespasiano entrega-se à boemia, «motivando gastos que contrariavam o irmão.» Heráclito ameaça não financiar a publicação de seu livro. O poeta entra em pânico. E, para demovê-lo desse propósito terrível, escreve-lhe esta pungente carta:

«Inhõ:

Ninguém mais do que eu reconhecerá as razões de teu profundo aborrecimento oriundo, simplesmente, da maneira por que tenho procedido. Mas é preciso que me escutes e que depois tenhas pena de mim. Todo o teu desgosto aparece, vivo, nas linhas dolorosas que me fizeste. Eu tinha a certeza das contrariedades que te esperavam no ato da liquidação da conta, por isso mesmo procurei sempre ver se encontrava um amigo, que me auxiliasse com o necessário, para o pagamento dos extraordinários, de forma que estes não chegassem ao teu conhecimento. Entretanto, todas as promessas falharam, desgraçadamente. Bom irmão! não sei que fatalidade me acompanha, aumentando, a cada instante, as minhas amarguras, os meus sofrimentos morais. Não te aborreças; não me julgues incapaz de vencer; não me abandones; não me julgues capaz de ser ingrato. Continua a ser a mesma suave mão carinhosa que me tem amparado nas quedas desta existência. Esquece as contrariedades que tens sofrido e promove, ainda com muita alma, a publicação do livro: ele me descortinará novos horizontes. Tenho certeza de que, com isso, desaparecerão todos os caprichos que têm vindo ao encontro do equilíbrio de teu pobre irmão. É nele, — no livro — que se concentram todas as minhas esperanças. Vê-lo publicado, eis a força que há de afastar de mim todos os espinhos que tenho encontrado. Eu hei de ser bom, especialmente para todos os meus. Os benefícios que me tens feito nunca serão esquecidos. No coração, no imo desta alma sofredora, há de brotar, um dia, não muito longe ainda, a felicidade, o ramo da oliveira que levará minh'alma ao teu bom espírito e ao espírito dos nossos, depois de tanta aflição causada. E agora, depois de tanto sacrifício, eu ainda confio na manifestação puríssima de tua bondade, e rogo-te, por isso mesmo, a publicação do livro que pode ser feita em menos de quinze dias. Ficarei aqui, sem sair mesmo de casa, à espera de que ele fique pronto para, depois, ir-me embora desta terra onde vim multiplicar as tuas contrariedades e os meus dissabores.

É com os olhos em lágrimas que te escrevo. Volvem-se para ti todas as esperanças de minh'alma, que te pede não me abandonares na situação dolorosa em que me encontro. Creio em Deus e espero em ti. — Quincas.»

Heráclito comoveu-se com o apelo do irmão e os originais foram entregues ao editor Jacinto Ribeiro dos Santos. Vespasiano dividiu-os em duas partes: *Sonetos*, com vinte e duas composições, e *Poesias*, em número de cinco. Segundo ele, essas vinte e sete produções e mais um soneto de abertura seriam suficientes para formar um alentado volume. Verificando, porém, que a obra, depois de impressa, daria apenas uma plaquete de oitenta páginas, produziu mais dezenove sonetos e acrescentou dezessete poesias, conseguindo um volume de cento e setenta páginas.

Com uma tiragem de dois mil exemplares, saiu, afinal, em maio de 1916, «Coisa Alguma...», o seu único livro, que foi recebido com louvores por nomes consagrados como João Ribeiro, Medeiros e Albuquerque, Alberto de Oliveira, Oscar Lopes e Humberto de Campos.

Vespasiano voltou para Caxias, ali permanecendo pouco tempo. Seguiu para Belém, onde lhe haviam prometido um bom emprego. Mas ali também pouco se demorou. Seduzido pelo alto preço da borracha e os grandes lucros que os negócios com ela realizados propiciavam, rumou para Manaus. Era preciso, no entanto, ir mais além. Sobe então o rio Madeira, com destino ao seringal Canadá, de seu amigo coronel Aureliano Borges Carmo. Não o encontrando, dirige-se para Porto Velho.

Nessa caminhada para o eldorado amazônico, levava um plano idealizado há muito tempo: escrever o grande poema «Amazônia». Não consegue, porém, realizar mais nada. A malária e a fraqueza pulmonar põem fim à sua existência em poucos dias.

Vespasiano Ramos é patrono da cadeira n.º 32 da Academia Maranhense de Letras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. COSTA, Othon, "*Coisa Algum...*" (*Prefácio*) — Revista das Academias de Letras do Brasil, n.º 72, Rio de Janeiro, 1958.
2. LOBO, Antônio, *Os Novos Atenienses*, segunda edição, editada pela Academia Maranhense de Letras, São Luís, 1970.
3. MACHADO, Walfrêdo, *O poeta Vespasiano Ramos, ilustre maranhense de Caxias*, Rio de Janeiro, 1969.
4. RAMOS, Vespasiano, "*Coisa Alguma...*", Jacinto Ribeiro dos Santos, Editor — Rio, 1916.

O DOCUMENTO E O SONHO

FÁBIO FREIXIEIRO

Prof. da Faculdade de Letras da U.F.R.J.; ensaísta; documentarista do Museu Histórico Nacional; Diretor e professor do Curso Freixieiro, especializado na preparação para o Instituto Rio Branco.

O presente trabalho, destinado aos *Anais* do M. H. N., surgiu, entretanto, de uma perspectiva mais elástica. De um lado estudávamos a documentação alencariana arquivada na Divisão de Documentação de nossa Casa, mas, de outro, sondávamos, num enfoque crítico, Jorge Amado. Detivemo-nos, então, em *Os Velhos Marinheiros*, não só por os considerarmos obra-prima (num autor sem obras-primas), mas ainda por esse duo de novelas revelar uma *guinada* para o sonho, para o onírico, quando o autor baiano era tradicionalmente um autor documental, com fortes tendências, na literatura dos anos 30, para uma espécie de naturalismo «hors-époque».

Dai nos veio a idéia da unidade superior desde ensaio. Uma *di-logia*, no sentido etimológico do termo, à maneira de tese e antítese. Melhor dizendo: este ensaio é alimentado pela percepção de um aparente (pois, na realidade, há explicação coerente para o fenômeno literário que vai ficar patente) paradoxo. De um lado, o Alencar romântico, acusado injustamente de romancista «água com açúcar», deleite de adolescentes e mulheres em suas leituras prazerosas e supérfluas, de quem sabiamente disse Machado de Assis que sofreria a «conspiração da posteridade» — mas encaminhando-se para a pesquisa, para a busca do documento, para planejamentos que faz e refaz, para uma forma de *verossimilhança* que Cavalcanti Proença já definiu, em todas as suas limitações românticas, porém sempre *verossimilhança*; para a catalogação de nomes chaves, antropônimos (personagens) ou nomes comuns, até para formas de desenho (com legendas) que porventura lhe abrissem as portas de certos escritos, ou para a

coletânea erudita de citações, em várias línguas, inclusive em latim, que ele parecia conhecer muito bem. É a «autocrítica» romântica de Alencar, que viveu e produziu além de 1870. De outro lado, penetrávamos um Jorge Amado imaginoso, simbólico, fugindo, e com rara felicidade, de um documentalismo artificial e pouco artístico.

Com isso não estamos querendo dizer que Alencar é um autor estritamente, exclusivamente documental. Só os pecados que cometeu ao escrever *O Gaúcho*, desconhecendo os pampas e não dispondo de suficiência de informações, desmentiriam essa afirmação apressada. Mas a um plano ambicioso qual o de Alencar, plano de enfocar em obra romanesca todo o território brasileiro em suas várias regiões, tinha que escapar, em termos de conhecimento e documentação, alguma coisa. O que não invalida a tese do *insatisfeito e incansável* Alencar, a buscar perfeição, e certamente não realizando mais, quantitativamente, pois a hesitação entre seus planos, planos de um mesmo trabalho a compor, muitas vezes, pode significar a angústia de um verdadeiro *clássico*, na acepção exata do termo, de escritor modelar, que só ele pode e deve ser estudado nas classes.

Também não foi nossa intenção fazer um paralelo entre dois escritores tão diferentes como Alencar e Jorge Amado. Paralelo global, não. Primeiro, porque discordaríamos da técnica, em si. Em segundo, porque o que realmente nos anima é mostrar um enfoque *parcial*, em que o romântico se tempera pelo documentalismo, pela experimentação sofrida, pela angústia perfeccionista, por tudo aquilo, enfim, que vamos apontar; enquanto o moderno autor de *Gabriela*, que começara fazendo literatura documental, encontra a superação de si mesmo e sua melhor realização porventura, nos caminhos do sonho, do devaneio, feito matéria estética genuína.

Agradecemos ao Dr. Herculano Gomes Mathias, que muito nos incentivou, com sua grande alma e inteligência, a feitura de nossa pesquisa, que foi feita, toda, debruçada sobre os códices de manuscritos e recortes em letra de forma jornalística do grande Cearense.

A DOCUMENTAÇÃO ALENCARIANA DO M.H.N.

Em 30 de abril de 1961, Léo de Alencar, filho de Mário de Alencar, dirige carta ao Dr. Josué Montello, então Diretor do M. H. N., na qual cumpre a promessa feita de remeter os manuscritos do Escritor, que formavam o arquivo organizado por Mário.

Essa carta informa que a edição Aguilar 1958-1959-1960 (4 volumes), a cargo de Afrânio Coutinho, foi inspirada no projeto primitivo de Mário de Alencar, de publicar uma edição de obra completa do romancista cearense em 1929 — projeto efetivamente frustrado em 1925, com a morte do filho do ficcionista.¹ Inclusive, para essa edição Aguilar, houve consultas ao referido arquivo. O projeto Mário de Alencar acompanha, como subsídio, a remessa dos manuscritos, ora em poder do M. H. N.

Junto da carta, um folheto datilografado, contendo a lista de nomes de manuscritos e documentos (13 cadernos e 1 pasta), e, em apenso, o Projeto de Mário de Alencar para a «Edição do Centenário» (aliás em 2 cópias). Acresce, a esse material, uma tábua cronológica das Obras Políticas de Alencar, de 1856 a 1877, ano de sua morte. Tudo numa pasta em que está escrito «Apenso/Projeto/de/Mário de Alencar/das/Obras Completas de/José de Alencar'/Edição do Centenário'/(1829-1929)».

Essa pasta contém, portanto, o teor, os limites e o alcance da doação, pela família de Alencar, dos autógrafos de seu ilustre representante. Ela é a orientação para a visão de conjunto da Alencariana do M. H. N.

Acompanhando o folheto datilografado:

CADERNOS I e II

FICÇÃO, CRÍTICA E LITERATURA

Os Contrabandistas — Na edição Aguilar, 1960, está publicado um fragmento; sua fonte de transcrição é a *Revista da Semana*, Rio, 4 de agosto de 1923. Cotejando o manuscrito com o texto da ed. Aguilar, encontramos uma identidade muito grande, mas, também, algumas dessemelhanças notáveis. Cf. Aguilar, III, p. 1319.

Trata-se do primeiro esboço de romance do escritor cearense, remontável aos dezoito anos. Alencar, vinte e seis anos mais tarde (1873), ainda tem esta produção por uma das melhores e mais felizes de quantas lhe sugeriu a imaginação. E acrescenta, na referida data (em *Como e Por que sou romancista*), que, se «houvesse editor para as obras de longo fôlego,» «já essa /*Os Contrabandistas*/ andaria a correr mundo, de preferência a muitas outras que dei à estampa nestes últimos anos.» (Cf. ed. Aguilar, 1959, I, p. 145.)

1. Diz Afrânio Coutinho na Nota editorial da ed. Aguilar 1960, I: «Outra parte /da matéria/ jamais fora reunida em livro, conservando-se até agora inédita ou estampada apenas em revistas, graças ao esforço prestimoso de seu filho Mário de Alencar. Procurou-se recolher toda essa produção, com o pensamento de cumprir, da melhor maneira possível, o desejo do próprio Mário» (p. 10).

O tentame tinha de tudo: idílio e epopéia, à maneira do hibridismo de gêneros literários proposto pelo romantismo. Havia, entretanto, um fio de ação: «tinha para não perder-me nesse dédalo /o autor não trabalhava pela ordem dos capítulos, mas



Fig. 1 — Restos do incêndio de *Os contrabandistas*, manuscrito que remonta aos 18 anos de Alencar. A história está contada em *Como e Porque Sou Romancista*.

pela disposição do momento/ o fio da ação que não cessava de percorrer.» Tal flexibilidade e tal variedade prenderam a atenção de Alencar por alguns anos, durante os quais ele se deteve no esboço, sem se preocupar com outras novidades.

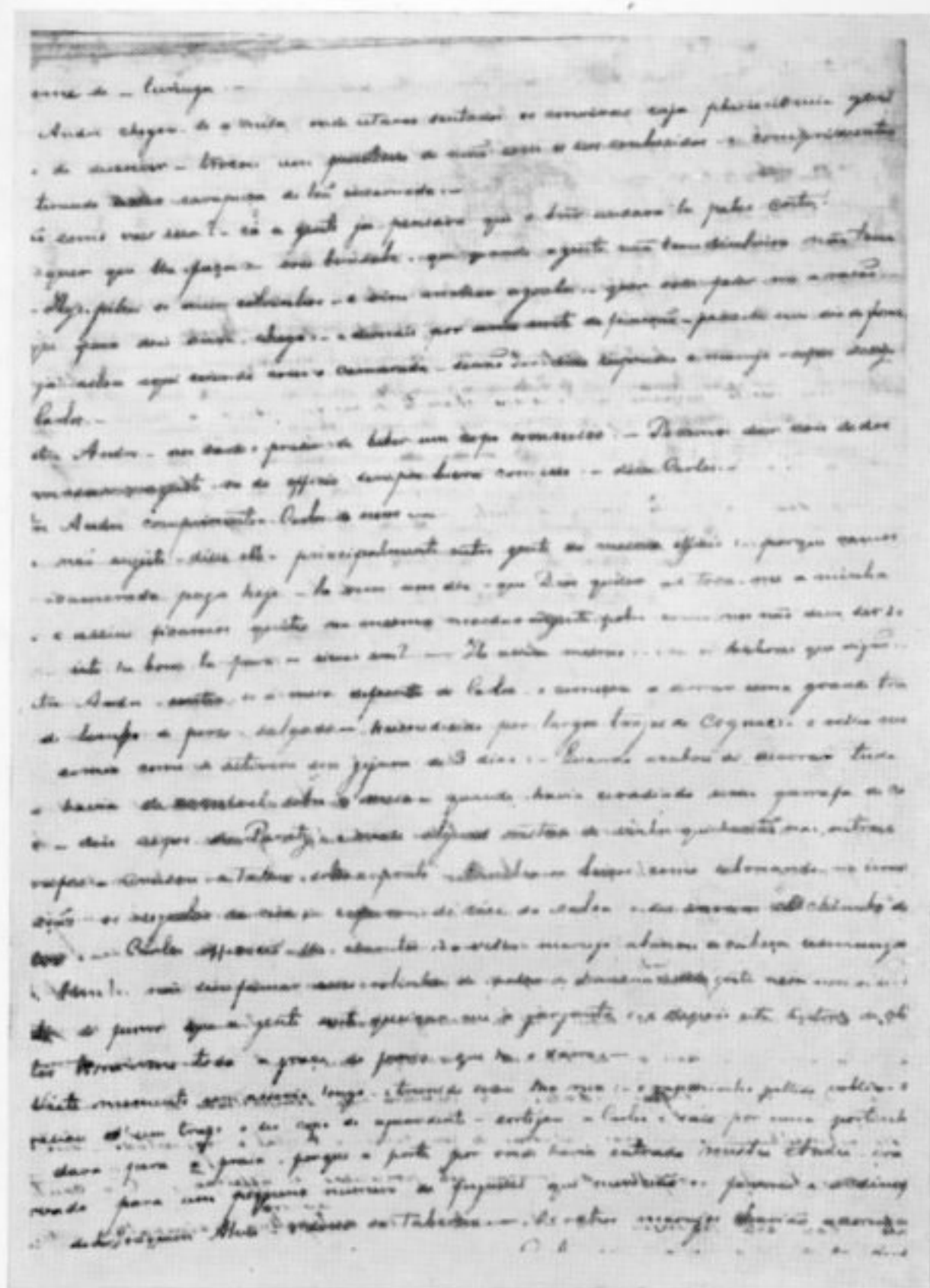


Fig. 2 — Parte legível, de *Os Contrabandistas*, salva da sanha incendiária do "desalmado hóspede" de Alencar.

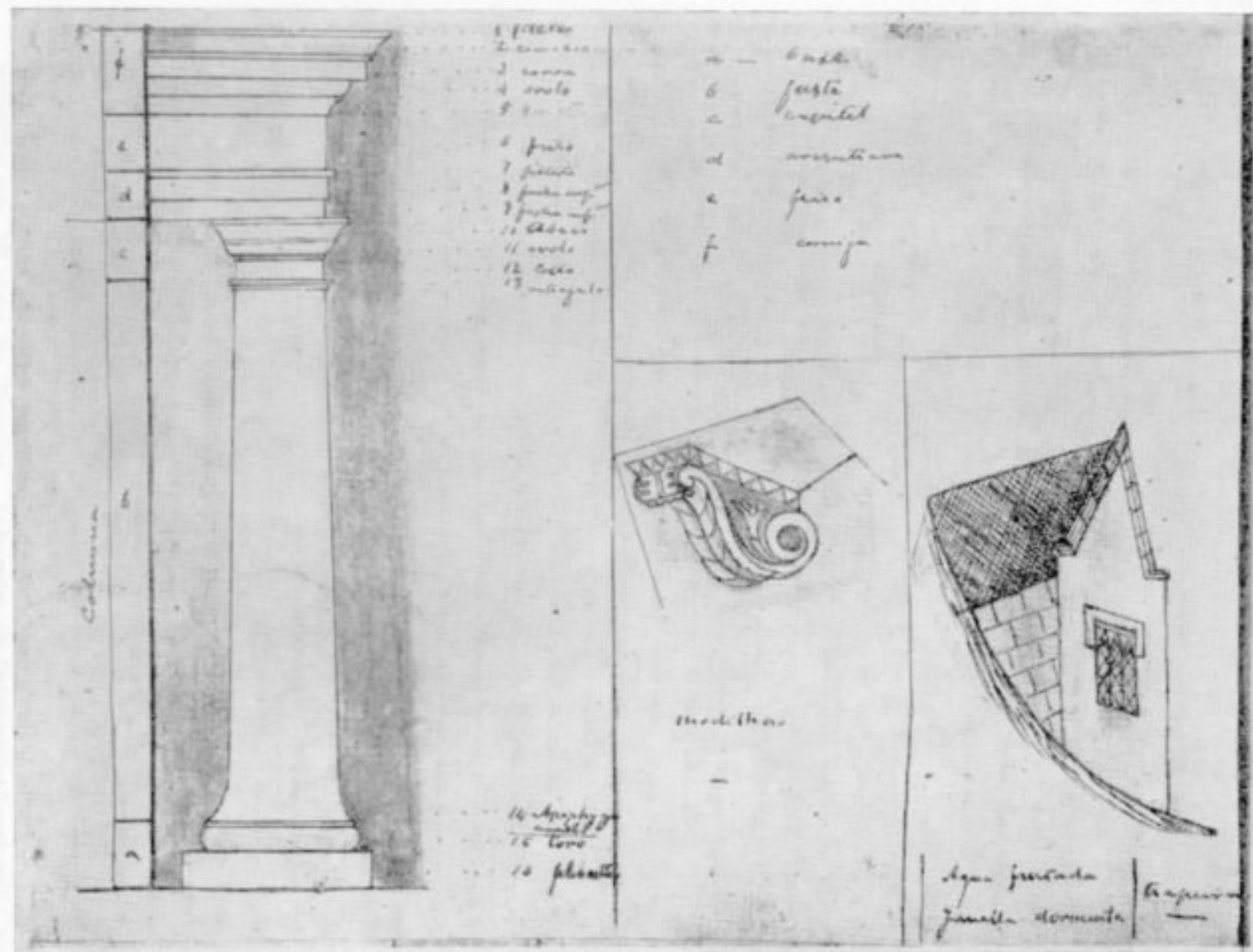


Fig. 3 — Desenhar e pôr legendas é uma forma, já realista, de planejar a ficção.

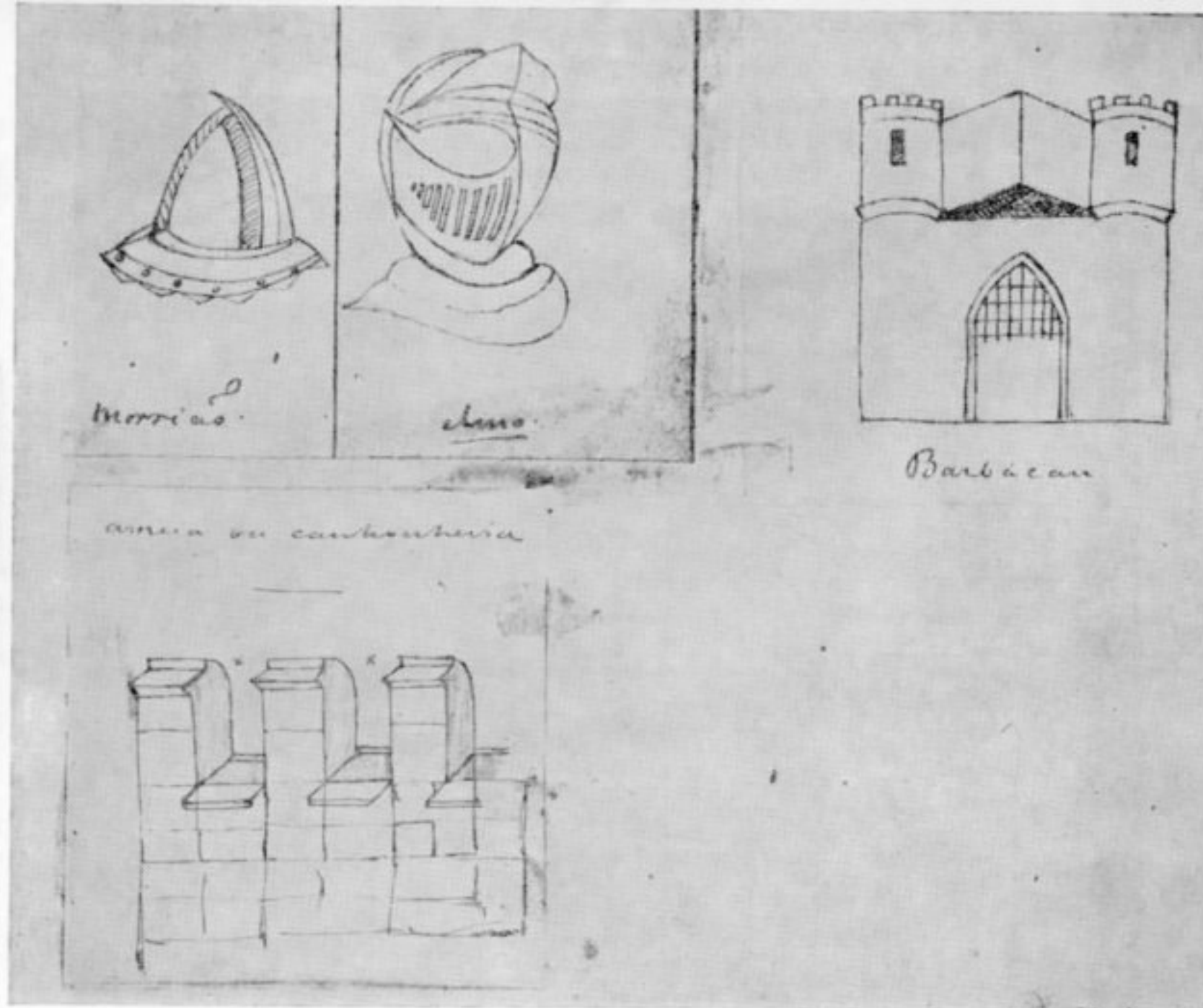


Fig. 4 — Castro Alves, poeta de transição, foi desenhista e pintor; Raul Pompéia, naturalista, também desenhava. A meticulosidade do desenho revela o perfeccionismo, o desejo de acertar, concomitantemente ou depois, a descrição literária.

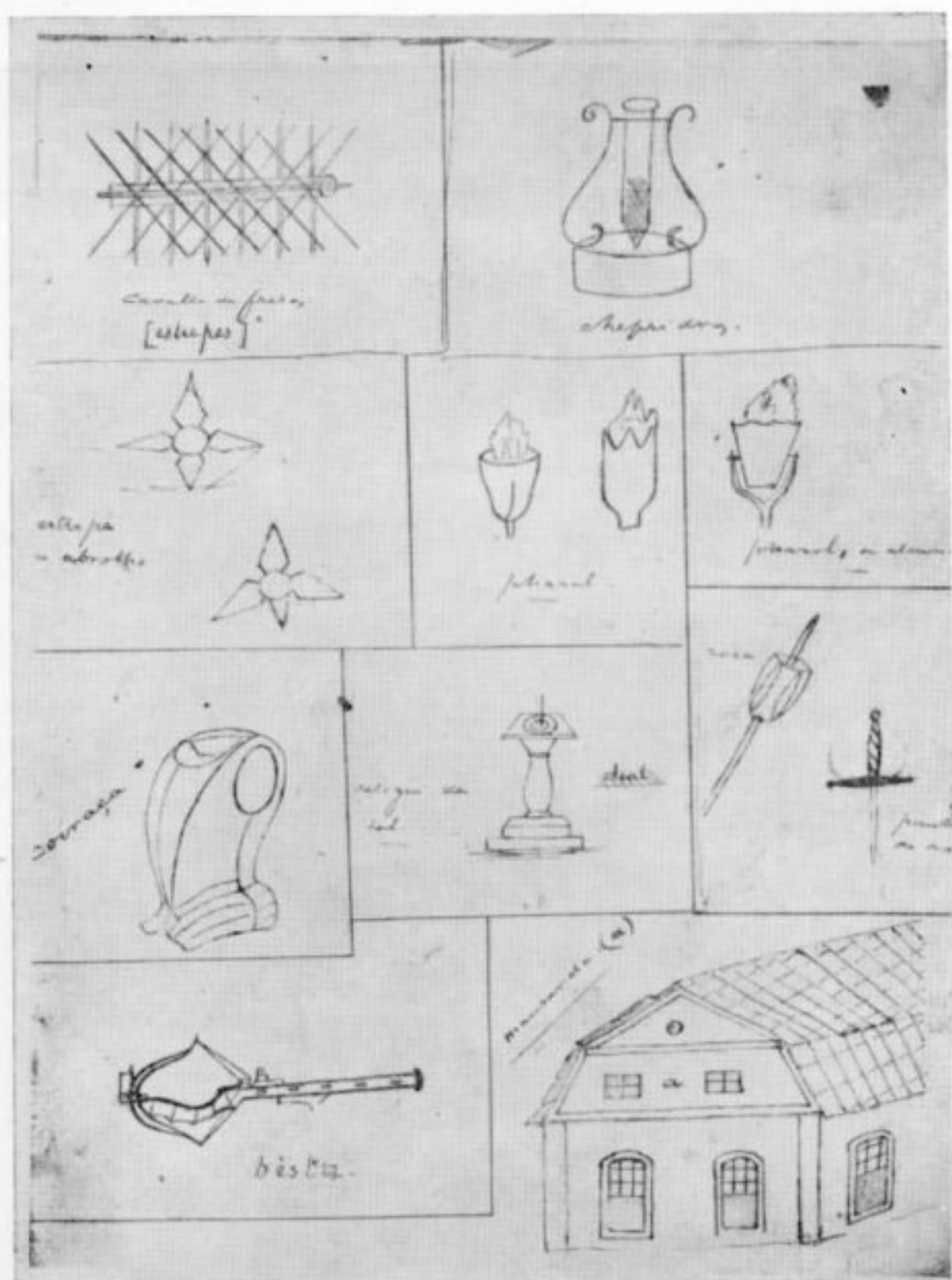


Fig. 5 — Alencar não se contentava em fazer *ouvir* ou *sentir*, como qualquer romântico ortodoxo. Queria fazer *ver*, detalhar.

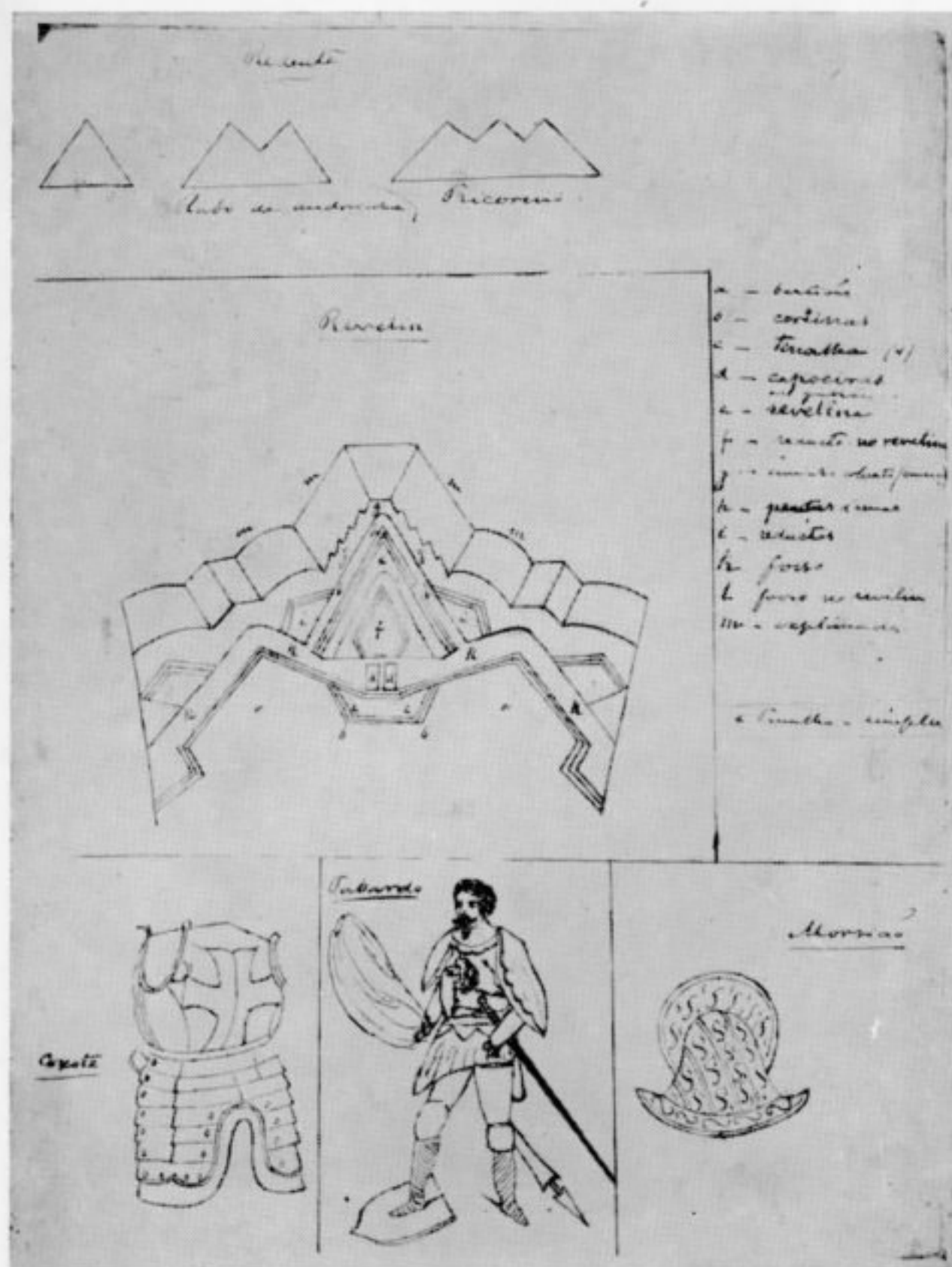


Fig. 6 — A minúcia do desenho, concretizante, anuncia novos horizontes na gasta e exausta arte romântica.

Quanto a esta parte, a primeira coisa que se deve considerar é a natureza da linguagem, e a sua função principal, que é a de comunicar ideias e sentimentos. A linguagem é, portanto, um instrumento essencial para a vida social e intelectual.

Esta linguagem deve ser clara e precisa, e deve ser capaz de expressar as ideias e sentimentos de uma forma que seja compreendida por todos. A linguagem deve ser, portanto, um instrumento de comunicação eficaz.

Além disso, a linguagem deve ser capaz de expressar as ideias e sentimentos de uma forma que seja interessante e atraente. A linguagem deve ser, portanto, um instrumento de comunicação eficaz e interessante.

Quanto a esta parte, a segunda coisa que se deve considerar é a natureza da linguagem, e a sua função principal, que é a de comunicar ideias e sentimentos. A linguagem é, portanto, um instrumento essencial para a vida social e intelectual.

Esta linguagem deve ser clara e precisa, e deve ser capaz de expressar as ideias e sentimentos de uma forma que seja compreendida por todos. A linguagem deve ser, portanto, um instrumento de comunicação eficaz.

Quanto a esta parte, a terceira coisa que se deve considerar é a natureza da linguagem, e a sua função principal, que é a de comunicar ideias e sentimentos. A linguagem é, portanto, um instrumento essencial para a vida social e intelectual.

Esta linguagem deve ser clara e precisa, e deve ser capaz de expressar as ideias e sentimentos de uma forma que seja compreendida por todos. A linguagem deve ser, portanto, um instrumento de comunicação eficaz.

Além disso, a linguagem deve ser capaz de expressar as ideias e sentimentos de uma forma que seja interessante e atraente. A linguagem deve ser, portanto, um instrumento de comunicação eficaz e interessante.

Quanto a esta parte, a quarta coisa que se deve considerar é a natureza da linguagem, e a sua função principal, que é a de comunicar ideias e sentimentos. A linguagem é, portanto, um instrumento essencial para a vida social e intelectual.

Esta linguagem deve ser clara e precisa, e deve ser capaz de expressar as ideias e sentimentos de uma forma que seja compreendida por todos. A linguagem deve ser, portanto, um instrumento de comunicação eficaz.

Fig. 7 — Tentame de romance biológico, de acordo com as novas tendências, naturalistas, então aportando ao Brasil. A sério?

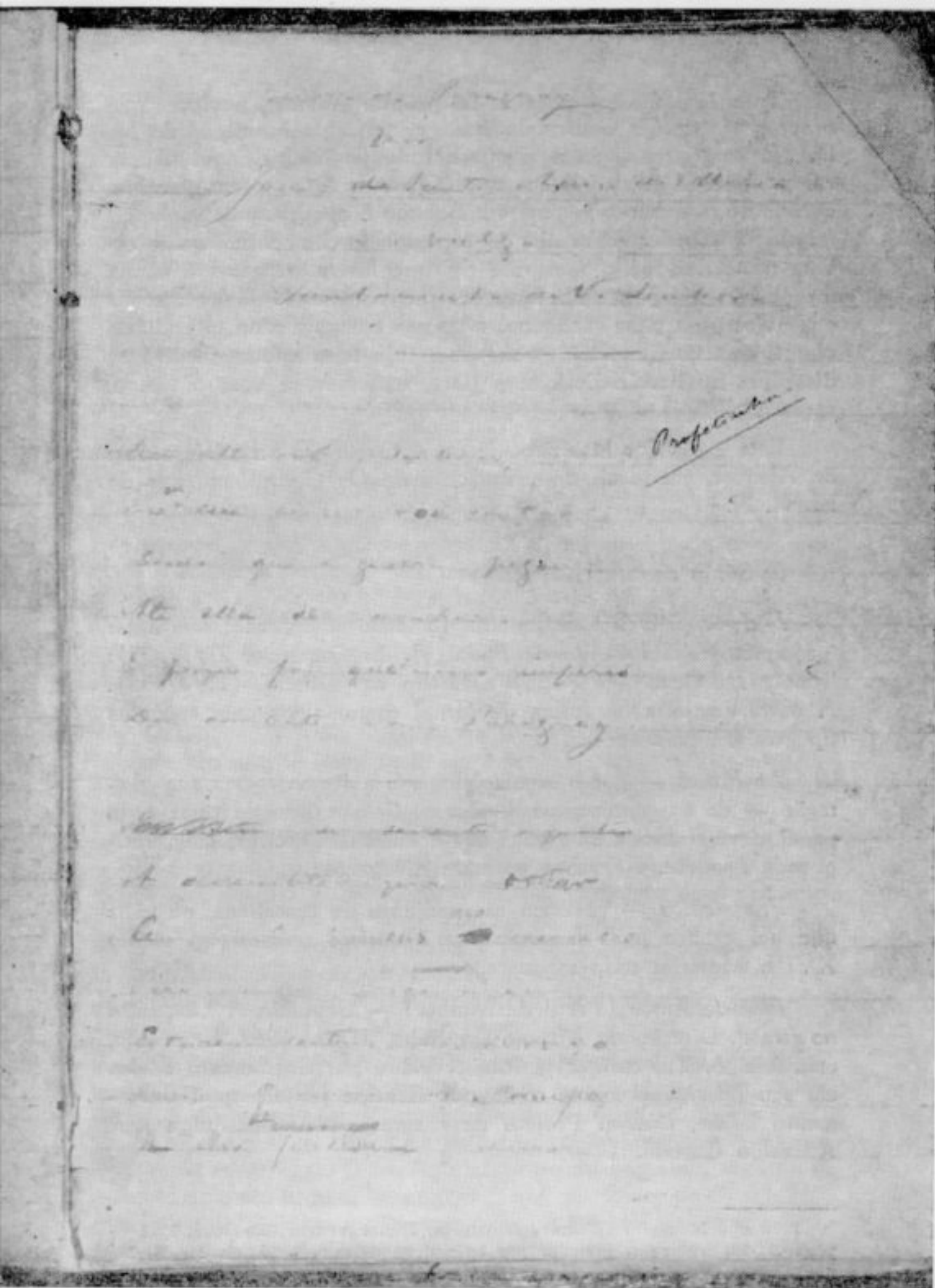


Fig. 8 — Alencar cultuou, de perto, o Cancioneiro popular. Preocupava-se em dar-lhe, possivelmente, a sua versão. A dificuldade de leitura pode ser minimizada com o auxílio de lente.

Tudo isso são informações do próprio Alencar, uma vez que o autógrafo de *Os Contrabandistas*, pertencente à coleção do M. H. N., está praticamente e quase todo ilegível. E aqui vem a valorização do mesmo documento. O autor de *Iracema* refere a queima do manuscrito por um «desalmádo hóspede», pois os papéis foram transferidos (à revelia do escritor) da cômoda em que estavam trancados, para a estante em que foram expostos à sanha incendiária do mencionado hóspede, que reduziu as folhas a mechas ou pavios para pitar cachimbo. «Apenas escaparam ao incendiário alguns capítulos em dois canhenhos, cuja letra miúda a custo se distingue no borrão de que a tinta, oxidando-se com o tempo, saturou o papel.»

Este é o valor histórico, de um fato curioso na adolescência de Alencar, em torno do manuscrito de *Os Contrabandistas* do M. H. N.²

O Sótão de Quatro Janelas

Folhetins: 'O Rio de Janeiro' (o único manuscrito; sem data; incompleto); 'Um Conto de Fada' (J. do Comércio, 27/7/855); 'Emmy La Grua' (8/8/855) e trecho de 'Othelo' (13/8/855). A parte em letra de forma de jornal costuma vir com emendas tipográficas manuscritas.

As Flores — conto incompleto, sob a forma — na sua gestação — de «apontamentos diversos». Pelo estado da tinta e do papel, deve tratar-se de alguns dos documentos escritos mais antigos de Alencar. Às vezes parecem divagações.

Fragmentos — parecem um conjunto de tentativas, ou mais que um esboço para um romance histórico, sediado no século XVIII. Material todo manuscrito.

Flor de Amor (Perfil de Mulher) — Segundo *A Literatura no Brasil*, Direção de Afrânio Coutinho, 2ª ed., 1969, II, p. 236, está inédito. Tal caráter já fora revelado por Sacramento Blake, em seu *Diccionario*, bem como por Araripe Júnior, *apud* Sacramento Blake, *ibidem*. Projeto de romance, conforme julga José Aderaldo Castelo.

2. Josué Montello (*Estante Giratória*, Rio, Livraria São José, 1971 — págs. 11-12) refere a guarda, por iniciativa dele próprio, no M. H. N., dos mencionados originais e também conta a história do “desalmado hospede” que os queimou.

Escabiosa (Perfil de Mulher) — fragmento distribuído numa introdução e três pequenos capítulos, o terceiro mínimo e interrompido. A edição Aguilar 1960 já publicou esta *Escabiosa/Sensitiva; outro perfil de mulher* por G. M. (1863). G. M. é um dos pseudônimos de Alencar. Cotejando o manuscrito da Coleção do M. H. N. com o texto Aguilar, filiado à *Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas*, Ano XIV, fasc. III, nº 40, 30 de setembro de 1915, notamos grande identidade, afora grandes dessemelhanças. Cf. Aguilar 1960, I, p. 1325.

Memórias de um Botão — Segundo *A Literatura no Brasil*, Dir. de Afrânio Coutinho, 2ª ed., 1969, II, p. 236, está inédito. Trata-se de um conto, incompleto, com apenas os dois primeiros capítulos. «Projecto de romance», para Sacramento Blake, *Diccionario*, V, p. 81.

Borboleta — Segundo a fonte supracitada (*A Liter. no Brasil*), está inédito. Propriamente inclui 'A Alma das Borboletas', com três ensaios de capítulos em prosa, e 'A Borboleta', um plano de quatro cantos em torno dos personagens Alice e Carlos, um possível «comte en vers» da imaginação de Alencar. Os nomes Alice e Carlos, aliás, vêm, logo após o título 'A Borboleta', encimando o plano referido. Para Sacramento Blake, *Diccionario*, V, p. 81, trata-se de romance, o que não nos parece uma verdade integral.

O Quimão (?) do Regente Feijó — Três ensaios de capítulos, em manuscrito acumulado de emendas. Apresenta o curioso personagem João Calisto, alcunhado João Gargalhada. O autor hesitou no título, tendo primeiro colocado e riscado *O barrete do Regente Feijó*. Sacramento Blake, em seu *Diccionario Bibliographico Brasileiro*, 5º vol., p. 81, registra «O quimão do padre Feijó: fragmentos». José Aderaldo Castelo também coloca «O quimão do padre Feijó». A letra de Léo de Alencar, no códice do M. H. N., em dado momento nos pareceu equívoca, mas a de José de Alencar pareceu-nos claramente revelar «quimão», variante de «quimono», sendo compreensível a hesitação em face de «barrete», pois este também faz parte do vestuário.

Um Aprendiz de Ministro (romance brasileiro) — Um fragmento está publicado em Aguilar 1960, mas o texto difere fundamentalmente. Desta edição a fonte, citada, é *O Jornal*, Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1927. As diferenças são sensíveis, logo no 4º §, onde se vê «[...]» na Aguilar, antes do particípio «envolto» — sinal de texto ilegível —, enquanto que, no códice do M. H. N., está «suano», — num texto perfeitamente legível. Da mesma forma, no 7º §, está de novo «[...]», na edição Aguilar 1960, depois de «interjeição», ao passo que «eloqüente» depois de «interjeição», no referido códice do M. H. N. O que corrobora

a legibilidade do texto que estamos descrevendo, afirmando que outra deve ser a lição da fonte que serviu a *O Jornal*, 11 de dezembro de 1927. Trata-se de um projeto de romance.

Um Desejo por Sênio (um dos pseudônimos de Alencar) — Projeto de romance. O texto vem encimado por uma epígrafe de Ronsard «Le desir n'est rien que martyre». A numeração dos capítulos é I, II, III, IV, V, VI. Há citações latinas no texto, que provam a erudição alencariana: «Felix qui potuit rerum cognoscere causas» (p. 6), «homo jubatus», «— Caesariem effusa nitidam per candida colla» (p. 7). Aqui aduz Alencar a autoria: «como disse Virgílio nas Georgicas.» E traduz: «— Ia citá-lo. É justamente a nítida madeixa esparsa pelas niveas espaduas» (ibidem). O texto vem publicado em Aguilar 1960, edição esta que, por seu turno, se baseia na publicação da *Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas*, Ano XV, fasc. II, nº 43, 30 de junho de 1916. Confrontando os dois textos, Aguilar e códice M. H. N., encontramos grandes analogias e grandes dessemelhanças.

A Cabeça de Santo Antônio — A rigor, a quarta parte dos *Alfarrábios*. A primeira é *O Garatuja*; a segunda, *O Ermitão da Glória*; a terceira, *A Alma de Lázaro*. Uma edição de 1873, em 2 volumes, da Livraria Garnier, ainda em vida do Autor, portanto, publicava as três primeiras partes. Trata-se, em geral, de uma crônica dos tempos coloniais. O texto de *A Cabeça de Santo Antônio* é de 186..., sem maior precisão. O texto publicado na *Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas*, ano XIV, fasc. III, nº 40, 30 de setembro de 1915, é o que serve de base à edição Aguilar 1960. Esta contém menos vários capítulos (na parte do fim) que o manuscrito depositado no M. H. N. Confrontando o texto Aguilar com o códice M. H. N., verificamos semelhanças (por ex. o V cap. é dado na Revista, base da Aguilar, como VI; a mesma numeração, que salta um número, existe no autógrafo) e dessemelhanças (no mesmo e verdadeiro cap. V, o parágrafo «Viam-se púcaros», aconselhado como tal no manuscrito, não é aberto na Revista, e compõe assim, internamente, o parágrafo 7º).

A Divina Sátira — Está inédito, segundo *A Literatura no Brasil*, Direção de Afrânio Coutinho, 1969, 2ª ed., II, p. 236. Sacramento Blake já se refere ao texto como de um projeto de romance. A cena é no Rio de Janeiro. Data constante do manuscrito: 1873. 1ª parte — Os cisqueiros; 2ª parte — Miserrimus; 3ª parte — Os; 4ª parte — Os galês; 5ª parte — A justiça de Deus. A primeira parte está relativamente adiantada, mas acaba

em esboço, em pura tentativa esquematizada. A segunda, 'Miserrimus', é mero plano, em torno de cenas e personagens. Ao cabo de tudo, uma lista de personagens da 1ª parte. Não aparecem a 3ª e 4ª partes, senão como integrantes do plano — jamais cumprido.

A Neta d'Anhangüera — Texto de 1873. O tamanho do manuscrito do M. H. N. coincide com o do texto da edição Aguilar 1960: quatro capítulos, sendo o primeiro 'A expedição', o segundo, 'A montaria', o terceiro, 'A rixa', e o quarto, 'A caninana'. Entretanto, o códice do M. H. N. revela, além de tudo, esquemas de trabalho ou exercícios cronológicos relativos à obra, além de um desenho esquematizado ao fim, intitulado 'O Rancho', ou por esta expressão encimado. A base que serve ao texto Aguilar 1960 é a *Revista do Brasil*, São Paulo, vol. IV, ano II, jan.-abril, 1917, págs. 231-246, fonte esta que tem grandes similitudes em relação ao autógrafo alencariano, arquivado no M. H. N., inclusive em algumas supressões ou possíveis omissões, documentadas por «[...]», e que ambas as fontes cotejadas registram.

O Pagem (sic) Negro — Projeto de romance, em 14 capítulos, de que Alencar chegou a dar quase todos os títulos, mas dos quais só concluiu os 4 primeiros (além da 'Advertência'): 'Um laçao sisudo', 'Dois em cima d'um', 'As espadas e o leque', 'Os republicanos de Piratininga'. O texto Aguilar 1960 baseia-se na *Revista da Academia Brasileira de Letras*, Rio, Ano II, nº 5, julho de 1911 e contém os mesmos 4 capítulos. Ao fim da 'Advertência', noutra tinta, mais recente: «janeiro de 1875». Ao fim do manuscrito, utilíssimas notas de composição literária do fragmento, incluindo enredo, personagens, ambientes.

A Filha do Belchior — Sacramento Blake, em seu *Dicionário*, 5º vol., p. 81, já se refere ao texto como de crônica. *A Literatura no Brasil*, Dir. de Afrânio Coutinho, 2ª ed., 1969, II, p. 236, dá-o como inédito. O autógrafo é extenso, continuando-se do Caderno I no Caderno II, através de 11 capítulos, sendo que o último está visivelmente incompleto, terminando, em suspenso, pelas palavras «Chegado a casa, tirou Avila da gaveta a carta volumosa e rompeu-lhe o envolucro. Continha trinta contos de reis em notas de quinhentos mil réis. — Separou vinte que meteu no bolso e levou» (sem pontuação). Apesar da informação de Sacramento Blake, repetida por Aderaldo Castelo (in *Boletim Bibliográfico da Biblioteca Pública Municipal de S. Paulo*, vol. XIII, 1949, p. 50), e levando-se em conta o autógrafo do M. H. N. e até as anotações rascunhadas por Alencar, e que antecedem o texto propriamente dito, parece não tratar-se de crônica e, sim, de ficção, especificamente projeto de novela ou romance.

A Roceira — Aparentemente tem nove capítulos este manuscrito, pois, a partir do VII exclusive, a numeração vem, por lapso, VI e VII, voltando indevidamente atrás, quando esperamos respectivamente VIII e IX. A edição Aguilar 1960 publica o primeiro capítulo; sua fonte, citada em rodapé, é *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1927. Segundo Sacramento Blake, *Diccionario*, 5º vol., p. 81, trata-se de um romance, que começou a ser publicado com o título *O fazendeiro*.

Ex-Homem — Os títulos internos previstos por Alencar, para esse projeto de romance, são: — livro 1º — 'O desconhecido'; livro 2º — 'Dois menoristas' [no corpo do manuscrito está escrito 'O minorista']; livro 3º — 'O capelão'; livro 4º — (título riscado); livro 5º — 'Israel' (?) (riscado 'A paixão'); livro 6º (título riscado); livro 7º — 'Androidas. Ascetismo'. Observa-se que, como título do livro 3º, foi riscado 'Quaresma'; do 4º, possivelmente 'Levitação'; do 6º, 'Gettsemani'. Aguilar 1960 publica, coincidentes com os do manuscrito, os textos dos cinco primeiros capítulos da 1ª parte ('O desconhecido'), além de um VI e um VII capítulos que não se encontram no autógrafo. A fonte da ed. Aguilar é o panfleto *O Protesto*, 1877, janeiro a março, vol. I, núm. 1, 2, 3, 4, 5. Da 2ª parte, ou Livro 2º ('O minorista'), o códice possui 4 capítulos, sendo o IV mal começado; logo o interrompem notas de composição literária do projeto. Observação final: Alencar hesitou no título, tendo rascunhado e emendado «Semi homem» mais de uma vez.

Encarnação — O romance foi publicado postumamente, em 1892, por Mário de Alencar, que também publicou *Como e por que Sou Romancista*, opúsculo. Mário refere-se à «forma quasi acabada» daquela obra de ficção (*Revista do Centro de Sciencias, Letras e artes de Campinas*, Ano XIV, fasc. III, 30 de setembro de 1915, p. 5). No códice do M. H. N., o manuscrito é antecipado por uma coluna ou prova de jornal, até «improvisava uma festa», que é continuada, em seqüência, pela pena de Alencar: «A volubilidade desse» [...] Isto, no 1º capítulo. Os capítulos II, III, IV, V, VI, VII, até XX inclusive, são provas tipográficas ou recortes de jornal com a letra do A. O XXI é totalmente manuscrito. No fim de tudo, há uma carta subscrita por um Sosi, com uma espécie de *post-scriptum* que encima o nome Praxis-teles; o tema da missiva é *Encarnação*, e ela diz no início: «Li o teu ultimo romance e o comprehendí»; no fim refere uma crítica, ao livro, feita por um homem que «errou a sua vocação». A espécie de *post-scriptum* não se faz esperar: «Já devias ter experiencia bastante para não te espores».

Sonhos de Ouro — Não se trata de manuscrito da obra, mas de artigo, em letra de forma de jornal, em que Alencar se defende

das censuras feitas pelo «distincto folhetinista» do *Diário do Rio de Janeiro*. As censuras argüem de personagens estrangeiros as duas figuras principais do romance, Guida e Ricardo. Data do recorte ou prova: 11 de setembro de 1872. Valor do recorte: as emendas tipográficas do próprio Alencár.

Como e por que Sou Romancista — Data do manuscrito: maio de 1873. Está cortado em seu início, começando, abruptamente, no meio do 5º parágrafo, pelas palavras «de meus pecados, tenho povoado as estantes do Sr. Garnier.» Entre muitos outros valores, revela o de elucidar o destino do manuscrito de *Os Contrabandistas*, em grande parte reduzido a cinza, e que também compõe a coleção Alencariana do M. H. N.

Questão Filológica — O códice a distribui em seis capítulos, enquanto Aguilar 1960 o faz em apenas cinco. A partir de «Contestando um asserto do elegante escritor português, o Sr. Pinheiro Chagas», a marcar abertura de parágrafo, o manuscrito conta o VI capítulo, enquanto Aguilar 1960 não inicia novo capítulo. O manuscrito não está datado e está incompleto. Aguilar 1960, publicando o texto, atribui-lhe data de 1874. A intenção básica de Alencar pode ser assim definida para este escrito: «Meu verdadeiro contendor não é o senhor Dr. Leal, mas a literatura portuguesa, que tomada de um zelo excessivo pretende por todos os meios impor-se ao império americano. Infelizmente vai-lhe à cola grande parte dos escritores deste Brasil, ainda tão pouco nosso, os quais sacrificam o sentimento nacional por alguns fofos e puídos elogios da imprensa transatlântica.» Trata-se de uma importante peça na chamada questão alencariana, em torno da língua e da literatura do Brasil, por cuja feição própria o mestre de *Iracema* propugnava, embora até malevolamente incompreendido.

O Vate Bragantino — O manuscrito, importantíssimo para o conhecimento da erudição latina e clássica de Alencar, é uma minuciosa crítica à tradução das *Geórgicas* de Virgílio, pelo Visconde de Castilho, o «vate bragantino». O texto está incompleto no códice, o que se pode verificar pelo simples confronto com a edição Aguilar 1960, IV vol., p. 983. Começa pelo capítulo IV e vai até o V e o VI inclusive, sob a forma de letra de forma jornalística ou prova tipográfica, com emendas manuscritas. O VII capítulo vem todo manuscrito e muito mais completo que o de Aguilar 1960, o qual se interrompe em «no citado verso 245 da 3ª *Geórgica* — *leaena saevior*». No códice M. H. N., há, além desse limite final interrompido, duas colunas e meia manuscritas. Pseudônimo sempre usado: *Nicles*, ao cabo de cada capítulo.

As Quintas (folhetins em *O Globo*, em número de sete, cujo último é datado, segundo informação manuscrita, de 22 de novem-

bro de 1875). Os folhetins estão sempre sob a forma de recortes jornalísticos, com emendas manuscritas. Trata-se da famosa polémica Alencar-Nabuco, em que este último escrevia aos domingos, e Alencar às quintas-feiras. Em dado momento, o autor de *Iracema* parece já saturado, na defesa de sua obra literária e de seu estilo: «Esta discussão já perdeu todo o interesse; é uma questão cansada. Os symptomas do tédio publico revellam-se de modo sensível.» No fim, encimando o folhetim nº 7 com o título 'Sem resposta', quando o jovem Nabuco faz descambar a polémica para o setor político, o velho Alencar, a dois anos de sua morte, assim se esquivava bruscamente: «Seria summamente ridiculo, que depois de ter-me batido com os mais illustres chefes liberaes, eu viesse perder o meu tempo com um projecto de candidato, ou como se diz em giria eleitoral, com um *filhote*.»

Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa /Bibliografia/ — I. O texto já está publicado em Aguilar 1960, IV, p. 1026. A fonte da edição referida foi, segundo rodapé, o original já em provas tipográficas de *O Protesto*, nº 6. O códice do M. H. N. apresenta material totalmente manuscrito. O assunto do manuscrito, como indica o título, é uma crítica ao Dicionário famoso de Caldas Aulete.

A Língua Portuguesa no Brasil — Um verdadeiro plano de trabalho, sob forma esquemática. Observe-se que Alencar não escreve «língua brasileira» — L. 1 — 'Origem da língua portuguesa'. L. 2 — 'Formação da língua portuguesa'. L. 3 — 'O idiotismo da l. p.' L. 4 — 'A revolução actual da l. p.' São usadas essas abreviaturas e é essa a divisão do trabalho que Alencar se propunha. Segue-se um breve desenvolvimento também esquemático, e, ao fim de tudo, um esquema de trabalho sobre 'Gallicismo' — 'Língua portuguesa. — 1º período.' Este último quadro, pelo que se pode depreender de suas vagas linhas gerais, levaria Alencar, se realizasse o trabalho, ao relacionamento do latim com o céltico, à época do Conde de Borgonha e sua influência cultural, ao Renascimento das letras, e, ao cabo de tudo, ao Período Napoleônico, com a invasão francesa em Portugal, Portugal decadente, sem literatura, presença de Filinto Elísio etc. Nada sobre o 2º período, que está inteiramente em branco. Observe-se que todo o documento está manuscrito.

Litteratura Brasileira — Trata-se de plano de um dos opúsculos teóricos que Alencar pretendia cumprir, em defesa de seus princípios. Contém uma introdução, e oito capítulos de projetos. No capítulo II, destacam-se os seguintes conceitos: «Litteratura brasileira: — arte brasileira. Aspecto geral; aspiração. — Começou com o imperio; mas não esta ainda formada: não se forma uma litteratura em annos; mas por seculos. A nossa com 40 annos esta

em embrião, em elaboração. Seu processo deve levá-la à /sic/ separar-se cada vez mais da portuguesa donde deriva. — Examine-se o que a litteratura brasileira já tem de seu e proprio; e qual a tendencia que manifesta. — Encare-se sob os tres aspectos. — Genio, forma, lingua. —» No cap. IV (aliás, a partir daí, predominam os aspectos antes lingüísticos que propriamente literários), estão estas luminosas palavras: «A lingua. — Língua portuguesa: neste ponto confundem-se as duas litteraturas; mas assim como o solo e o clima influem na idea; tambem influem no instrumento della. O dialecto brasileiro já se distingue do dialecto portuguez: e cada vez essa distincção deve ser mais profunda.» O texto, todo manuscrito, é de útil leitura, apesar de seu caráter sumário e de puro esboço. Ao cabo de tudo, há uma 'Introducção', com o desenvolvimento de duas colunas manuscritas, e, em seguida, um outro tentame de 'Introducção' — mal iniciada e suspensa —, tudo porventura revelando o Autor na execução inicial e embrionária do trabalho planejado.

Ressalva — Trata-se de um protesto contra as intenções literárias que o folhetinista do *Diário do Rio* atribui ao Escritor cearense. Num dos momentos finais do protesto, pergunta Alencar: «Porque não hade Portugal, respeitar os ridiculos e os deffeitos que possa ter o Brasil, e deixa-lo affeição a sua maneira a lingua, crear uma litteratura propria, e receber de outros paises muitos [sic] mais adiantados o influxo do progresso?». O cognome do folhetinista é Alceste; e com ele se oculta pessoa e sexo. Manuscrito incompleto. Logo depois da citação feita, continua Alencar: «Não foi isso o que fez o proprio Portugal, ha seculos, quando sacudiu o jugo da Hespanha, apesar de estar com ella jungido nessa mesma cabeça da Europa, de que elle era na phrase de Camões o quasi cume?» Últimas palavras do inacabado autógrafo: «Pois este subsidio que tiveram» [...] (na abertura do parágrafo final).

Certidão de Batismo — Projeto de uma possível novela, cuja parte realizada no autógrafo consta de três colunas. O enredo parece girar em torno de três personagens, cuja concepção está esboçada. «*Metiz* é o que se chama um homem grave; occupa-se de politica e medita sobre os destinos da patria.» «*Gelus* não passa de um folgasão. Leva o tempo a rir das miserias do mundo e não relaxa o seu epigramma.» «*Phan* o poeta ainda não se resolveu a descer dos limbos da imaginação. A vida para elle reduz-se à teia de um romance.»

Agéneto — Subtítulo: 'Romance biologico'. Embora não tenha data, deve ser uma tentativa da última fase de Alencar, depois de 1870, em consonância com as novas tendências, científicas, que começavam a aparecer no Brasil. O autógrafo

tem citações de Spencer, Haeckel e [Ludwig] Büchner. Tudo traduzindo um vago e fragmentário desejo de Alencar de se ambientar às novas diretrizes de pensamento que timidamente penetravam no Brasil de então. Lembre-se que a segunda fase da história da Escola do Recife é justamente a filosófica, iniciada por volta de 1870, e é essa instituição que divulga o ideário, a partir de então, da Revolução Realista no Brasil. É reduzido o manuscrito, pois que em três colunas.

Teatro à Mão — Texto fragmentário, que parece ser uma tremenda crítica contra o empresariado teatral brasileiro ou, mais propriamente, carioca. O manuscrito não tem data. Diz Alencar: «Outrora quando havia nesta corte um theatro, em vez dos alcaçares das lupercaes dos tempos de agora, o empresario comprehendia a necessidade de crear um repertorio nacional, estimulando os tentamens dramaticos, d'onde podiam sahir robustas vocações.» E continua no parágrafo seguinte: «Joaquim Heliodoro, a quem se deve o segundo lampejo, embora ephemero, da arte dramatica em nosso pais, quando a eschola classica de João Caetano, descambava para o seu brilhante occaso; Joaquim Heliodoro, em sua modesta posição de empresario de um pequeno theatro, sem presumpções litterarias, nem ambições destemperadas, era então para os authores dramaticos o que veio a ser Garnier para os escriptores.» E ao fim do autógrafo, que está incompleto, mas cujo pensamento final se depreende: «A Joaquim Heliodoro devo ter escripto *Verso e Reverso*, — *O demonio familiar*, *Azas d'um anjo*, *Mãe*, e *Credito*. — Assim como sem Garnier talvez não se concluíssem as *Minas*» /.../.

Diversos — Dez colunas de manuscritos, sem que se possa depreender uma unidade de sentido, um determinado rumo, um planejamento, esquemático sequer. Umas três dessas colunas são de tamanho bem reduzido, não cobrindo a altura da página do códice.

CADERNOS III E IV

POESIA, TEATRO E DIVERSOS

Poesias Avulsas — Coleção de poemas manuscritos, intitulados: 'Se eu fora poeta!...' (março de 1864); 'Intuição' (janeiro de 1870); 'Tijuca' (fevereiro de 1864); 'Zelos' (sem data); 'Estrella da Tarde' (1857); 'Azas de Icaro' (sem data); 'Despreso' (sem data); 'Esphinge' (sem data); 'Jura' (sem data); 'Olhos negros' (sem data); 'A rosa' (1869); 'Decepção' (sem data); 'Norma' (sem data); 'Gilda' (sem data); 'Di te scordarmi' (sem data); 'Ave Maria' (janeiro de 1867); 'Epitaphio de uma flor' (1864); 'A voz da brisa' (fevereiro de 1870); 'Rosa branca'

(janeiro de 1870); 'Presente de annos' (janeiro de 1870); 'Rainha dos salões' (1859); 'A valsa' (1860); 'Os dois rouxinões' (9/1859?). Quase todos publicados em Aguilar 1960, IV. *Nota*: logo após aparece um rascunho de plano, em uma pequena página manuscrita, intitulado 'Os bambus'. Não se consegue depreender qualquer rumo que Alencar quisesse imprimir à futura realização do plano, se pretendesse tanto, pelo seu caráter desconexo. Segue-se, ao referido rascunho, um tentame poético em torno do tema do *adeus*. Após, o poemeto 'Not remember'. Um outro poemeto lembra o plano inicial, pois diz assim: «Meu coração/É como tu/Rijo bambu:/Não muda, não.» Ou então, noutro passo: «Meu coração/Verde bambú/É como tú/Não morre não».

Os Filhos de Tupan — O subtítulo 'Cantos selvagens' está riscado por lápis. Data do autógrafo: 1863. Distribuição dos cantos, conforme está antecipadamente anunciado pela letra do próprio Alencar: Canto 1º — 'A guerra'; Canto 2º — 'O combate'; Canto 3º — 'A victoria'; Canto 4º — 'A festa'; Canto 5º — (Alencar aqui se omitiu quanto ao nome). Mais tarde, já em pleno manuscrito, mas numa parte interna de puro planejamento, o Cearense dá os dados de composição intrínseca dos Cantos 5º e 6º, porém identicamente não os denomina: apenas nos dá uma idéia do que seria o enredo, e os centros de interesse principais. Aguilar 1960 publica 5 cantos do poema, dando o 4º e o 5º como incompletos; publica também, ao fim de tudo, trechos avulsos, com os subtítulos 'A vingança' e 'Niobe índia'. A fonte de transcrição dos três primeiros cantos para a referida edição é a *Revista da Academia Brasileira de Letras*, Rio de Janeiro, nº 1, 2, 3, julho, outubro 1910, janeiro 1911. Não acreditamos que o 4º Canto seja, em Aguilar 1960, baseado textualmente no códice do M. H. N., pois há divergências notáveis entre um e outro texto, a partir da 1ª estrofe, onde, por exemplo, «chaminé» (Aguilar) substitui «chama» (códice) e «peito heróico» (Aguilar) está em lugar de «marcio peito» (códice M. H. N.). Em princípio, por outro lado, o 5º Canto da Aguilar segue em seu texto o do autógrafo do M. H. N., à parte as variantes, de que há muitas no manuscrito, não consideradas na referida edição, que não as exhibe nunca ao pé-de-página ou ao final (?) de *Os Filhos de Tupan*. A parte denominada 'A Vingança', no manuscrito, é dada como do 1º Canto, e seu texto é maior que o de Aguilar 1960 ('Trechos avulsos'), indo bem além do verso que está quebrado na mesma edição, isto é, em Aguilar 1960 «De medonha proccla.», enquanto no códice do M. H. N. «De medonha procella, sobre as nuvens» (decassílabo). A parte intitulada 'Niobe índia', ao contrário, parece ter uma mínima documentação no códice M. H. N., uns dez versos no máximo, não tendo o correspondente tamanho, que é bem maior, em Aguilar 1960. Os

versos que constam do manuscrito são apenas os iniciais, pelo menos foi o que nos revelou nossa pesquisa atenta do autógrafo.

Observ. — Em provas tipográficas, com emendas manuscritas, figuram as partes I, II, III, IV, V, VII, VIII, IX, todas do Canto I. Seguem-se dessas notas explicativas de que Alencar era fértil: algumas versam sobre «pocema», «o condor», «mãe d'água», «sucuri» etc. Há duas versões manuscritas do Canto II, que, embora incompletas, merecem ser confrontadas pelas variantes que oferecem. Aliás, a 1ª versão tem as 9 partes que se encontram em Aguilar 1960, a qual edição transcreve muitas das variantes a que nos referimos para o 2º Canto, como o fizera para o 1º Canto. A 2ª versão é bem menor, fragmentária mesmo, parecendo um exercício ou tentame inacabado. Há dois textos de *Fábula*, um parecendo bem mais encaminhado, e que serve de base, possivelmente e em linhas gerais, à ed. Aguilar 1960, embora essa filiação não seja citada, como não o é, de modo geral. Refiro-me à filiação direta da mencionada edição aos códices do M. H. N., apesar da nota (1) do presente trabalho, transcrevendo a orientação de Mestre Afrânio Coutinho, ter-se referido a inéditos, que lhe serviram à prestimosa faina desempenhada nos anos sessenta. Mas o fato é que, geralmente, quando se trata de citar a fonte, não se menciona, em Aguilar 60, senão geralmente revistas, ou não se menciona nenhuma fonte de transcrição; menção direta aos códices, que na época da edição Aguilar ainda não estavam sob a guarda do M. H. N. mas eram conhecidos do Prof. Afrânio Coutinho, não é feita absolutamente, em geral, nos quatro volumes da *Obra Completa* de Alencar.

Além do material já descrito, há muitos tentames, experiências rascunhadas e esquemas, que concernem a *Os Filhos de Tupan*. Este trabalho inacabado, de 1863, vai ter de certa forma um eco em *Iracema*, obra de 1865, conforme mostrou luminosamente Alceu Amoroso Lima. A catilinária contra o *cavalo-vapor* (locomotiva), que devassava a virgindade de nossas matas, cede lugar a esta verdadeira apologia do característico e do natural que é a obra, já mencionada, de 65. E até a maternidade jovem da virgem tabajara já estava prefigurada em mais de uma personagem de *Os Filhos de Tupan*.

Em (?) — poema. Parece ser esse o original título. Mas Alencar não realiza o poema, apenas fala de suas características e possibilidades. O códice do M. H. N. não revela nenhum texto poético, mas um em prosa, descritivo e de planejamento. A certa altura diz o Cearense: «A fábula do poema é simples e vasta; toda ella esta encerrada no monosyllabo que lhe serve de titulo — *Em.*» E continua noutro parágrafo: «É em substancia a Odyssea moral, em contraste com a Odissea [sic] material, escripta por Homero: é a peregrinação do homem de talento por todas as

profissões, por todas as carreiras, em busca de uma illusão — a gloria. O Ulysses de Homero vae de terra em terra em busca de um rochedo arido, no meio do oceanno; de uma pobre ilha — que é sua patria. — O Ulysses da sociedade moderna vae de ambição em ambição atraz de uma illusão — de gloria; que é tambem uma patria, a terra de promissão da intelligencia.»

Niterói — Poema em três cantos pequenos, sendo o primeiro denominado 'Prologo'. O manuscrito não contém o título; suprimo-lo pela edição Aguilar 1960, que, aliás, contém os três cantos. Além disso, a mesma edição nos informa como subtítulo: «(Lenda do Rio de Janeiro)», e também a data «(1870)», dados que não figuram no autógrafo. Logo após o texto manuscrito, há, em letra de forma jornalística, com algumas emendas manuscritas, *quase* todo o poema, pois, por um confronto com o texto de Aguilar 1960, verificamos que aquele primeiro texto não está completo, pois começa apenas com o verso «A taba humilde e selvagem», faltando, portanto, mais de quatro estrofes, vale dizer, quatro estrofes e alguns versos (estrofes de número desigual de versos). Pelo texto em letra de forma, ficamos sabendo a grafia preferida, que seria a original, para o nome do poema: *Nicterohe*, assim citada duas vezes no corpo do poema.

O Crédito — «Comedia em cinco actos em proza» — «A scena é no Rio de Janeiro e de actualidade». A apresentação do texto é em letra caligráfica, de outra pessoa que não Alencar. Erroneamente, fala-se em «provas para impressão escritas por terceiro», e, ao lado, à esquerda, «revistas por Alencar». Esta última afirmação é verdadeira, parece-o, mas não a primeira, uma vez que não se trata de provas, porém de material possivelmente enviável à maquinaria tipográfica (originais). Aliás, logo na segunda página, em que há a distribuição dos personagens, uma letra muito clara, caprichada, ordena: «Componha tudo, não se importando com os riscos nesta pagina». Em suma, a letra de Alencar, suas emendas e riscos, contrastam com a perfeição e uniformidade da letra do calígrafo. A comédia foi escrita em 1857, representada no *Ginásio* em janeiro de 1858. In *Revista Brasileira*, 1895-6, concluída em número de fevereiro de 1896. (As informações dos dois últimos períodos são de Sacramento Blake e Mário de Alencar, segundo José Aderaldo Castelo, in *Boletim Bibliográfico da Biblioteca Pública Municipal de São Paulo*, vol. XIII, 1949, p. 51.)

Gabriela — Peça em 4 atos. «A scena é no Rio de Janeiro — e contemporanea. — Os dois primeiros actos em casa de Figueiredo; os dois outros dois em casa do Barão.» Alencar intitula-a drama. Há hesitações na idade e no nome de personagens. O Barão de Oliveira tem 39 anos, ou 37, noutra página. Guilherme

Duarte aparece possivelmente como Maurício Duarte, noutra lugar, mas a sua idade se manterá: 25 anos. Segundo *A Literatura no Brasil*, Direção de Afrânio Coutinho, 2ª ed., 1969, p. 237, II, a peça está inédita.

O Abade — Drama em seis quadros. Data do autógrafo: 1875. Inédito, segundo Sacramento Blake e Araripe Júnior, *apud* Sacramento Blake (*Boletim Bibliográfico da Biblioteca Pública Municipal de S. Paulo*, José Aderaldo Castelo, vol. XIII, 1949, p. 51). O caráter inédito é confirmado, recentemente, em *A Literatura no Brasil*, Dir. de Afrânio Coutinho, II, 1969, 2ª ed., p. 237.

Flor Agreste — Comédia em 4 atos. Data do manuscrito: 1861, «A scena é no Rio de Janeiro e Petropolis — de 1859 à [sic] 1860.» Na mesma segunda página, donde extraímos a citação, encontramos nomes de personagens, suas idades, e quase sempre as qualificações que os peculiarizam. Por ex. Miranda tem 36 anos, sem menção de qualquer qualificação geral; Siqueira tem 50, e é sogro de Miranda; Joaquim tem 45 anos e é preto escravo. A lista de personagens está dividida, marginalmente, em Homens e Damas. Uma letra que deve ser de familiar de Alencar insiste erroneamente: «Provas pa. a imprensa (letra de terceiro)». A letra, caligráfica, de fato não é de Alencar, pois a sua só vai aparecer, por exceção, em emendas e acréscimos, mas não se trata de provas, porém, certamente, de originais para entrarem em máquina. Entretanto, Sacramento Blake e Araripe Júnior, *apud* Sacramento Blake (informação de José Aderaldo Castelo, in *Boletim Bibliográfico da Biblioteca Pública Municipal de S. Paulo*, vol. XIII, 1949, p. 51) dão o trabalho como inédito. Bem recentemente, *A Literatura no Brasil*, Dir. de Afrânio Coutinho, 1969, 2ª ed., II, p. 237, confirma esse caráter inédito.

Diversos — Conjunto de apontamentos, esquemas, planos, citações colecionadas, esboços, etc. — tudo isso de forma tão heterogênea, inclusive por conter listas diferentes, entre as quais as de vocabulário — que caberia muito bem um paciente trabalho especializado a respeito, para perquirir e comprovar as preocupações intelectuais, a erudição, a imaginação do ilustre Cearense, bem como a sofrida busca de rumos que a sua genialidade empreendeu.

CADERNOS V E VI

POLÍTICA

Eusébio de Queirós
O Marquês de Paraná
A Triplíce Aliança

O Manifesto Liberal
Atos Constitucionais
O Poder Moderador
Idéias Sobre a Emigração
A Guerra
O Protesto
Diversos
«Dezesseis de Julho»

Nota: os presentes trabalhos serão abordados, especialmente, no próximo número dos *Anais* do M. H. N.

CADERNOS VII E VIII

DIREITO

Nota: identicamente, os trabalhos pertinentes aos Cadernos supracitados serão enfocados nos *Anais* do M. H. N. do ano vindouro.

CADERNOS IX A XIII

APONTAMENTOS DIVERSOS

O Caderno IX contém Notas para *O Sertanejo*, bem como poesia popular. Como espécime de poesia dessa índole, ressalta o texto, manuscrito por Alencar, de um poema sobre 'Guerra do Paraguay'. O poema é dado como de João Santa Anna de Maria, vulgo Santaninha de N. Senhora. Um pouco mais abaixo, à direita, em concomitância com o início do texto, figura, grifado, *Profetinha*. Que o poema não é de Alencar, para nós não parece haver nenhuma dúvida, pois lemos e transcrevemos, com lente e com atenção, todas as estrofes. Mas o volume de emendas é tal, que julgamos que Alencar quis fazer uma espécie de exercício de aperfeiçoamento desta 'Guerra do Paraguay', recriando a versão original, que deve pertencer mesmo a um trovador popular. O mesmo Caderno IX contém também muitos desenhos da lavra de Alencar, grande visualizador, o que testemunha um temperamento meticoloso, a suplantar o puro anseio de fazer *sentir e ouvir* do Romantismo ortodoxo.

No Caderno X, há transcrições e citações em latim, francês, italiano, português; não encontramos nada, salvo erro nosso, em inglês. Há transcrições importantes e de homem interessado e curioso, sobre a História do Rio de Janeiro, inclusive sua Câmara e o edifício dela, ou, até, o Convento de S. Bento. O assunto Descoberta do Rio de Janeiro também é objeto de transcrição, com a fonte indicada: Fr. G. da Madre Deos — nº 23; pag. 14. Esta não é a única fonte apontada, para todo um conjunto de

transcrições; o que não verificamos é se as transcrições são rigorosamente literais ou adaptadas pela compreensão de Alencar. Sobre o referido Mosteiro, transcreve ou adapta: «A edificação do Mosteiro teve principio no dia 13 de Maio de 1589 — sendo Presidente do Convento Fr. Clemente das Chagas. —» E por aí vai. Numa página há esta estrofe, sem indicação de autoria: «Paisible domaine/Amoureux vergier/Repos sans dangier [sic] /Justice certaine/ Science hautaine/C'est Paris entier». Pelo menos o gosto e o desenfado do Autor muito bem assim se caracterizam. Lembremos que Alencar foi um dos criadores da crônica brasileira, que ela muito deve a suas raízes parisienses, pela literatura folhetinesca que a implantou, e o Autor de *Iracema*, nacionalista, sabe ser moderadamente parisiense quando isto é oportuno do ponto-de-vista literário. Vale notar, ainda, uma tentativa de vocabulário da 'Lingua Brasilica' (nomes de origem tupi, numa lista bastante útil, embora rascunhada e, de todos os modos, precária ou provisória).

O Caderno XI, embora anuncie uma peça de teatro, não contém nada disso: é um extraordinário glossário, de A a Z, que traduz a preocupação e a riqueza lexical alencarinas. Trabalho de valiosa consulta.

O Caderno XII começa por apontamentos, desorganizadíssimos, de uma Gramática Portuguesa. Verdadeiros esparsos. Alguns dos títulos são: § *Do grau*; § *Dos qualificativos*; *Artigo definido e indefinido*; *Da Preposição*; *Pronomes*; *Particulas*, etc. Quanto a esse último título, transcrevemos: «As particulas são sete: —

- 1 — preposição.
- 2 — adverbio.
- 3 — interjeição.
- 4 — conjuncção.
- 5 — desinencia.
- 6 — prefixo.
- 7 — suffixo.»

E logo após Alencar define as finalidades das partículas: «As partículas servem para tres fins; primeiro — indicar a relação entre os objectos; segundo — ligar a oração; terceiro — compor novas palavras.» Parece, em suma, que o Cearense pretendia associar as hoje denominadas formas *presas*, as *dependentes* e as *livres* (isto numa extensão da nomenclatura de Bloomfield), numa só rubrica. Faltava-lhe, é claro, consciência maior de uma verdadeira antevisão, e, além disso, sua classificação confunde, em certo sentido, não discriminando valores lingüísticos diferentes (por exemplo, os três tipos de formas, já referidos), e, por outro lado,

deixa de lado elementos que poderiam estar equiparados na mesma lista proposta, que, então, seria maior.

Seguem-se muitas listas de vocábulos, de um modo geral agrupados pela terminação; por ex. palavras em «â» [sic] como *phantasma*, *cometa*, *planeta* etc.; em «á», como *pá*, *cajá*, *preá* etc. Tais listas parecem revelar o mestre da harmonia na língua, a preocupação da rima ou das assonâncias, mais que um exercício de ortografia ou de fonética.

O Caderno XIII tem a data, a lápis, de 1854 (?). Depois, na espécie de folha-de-rosto que o introduz, está: «Distracção. Para Bocejar» — «Caprichos de Espreguiçar da Penna.» O conteúdo são citações, inclusive adágios portugueses. As citações são em várias línguas, inclusive o inglês. Cícero, Horácio, Sêneca, Dante, Byron, Lope de Vega, Balzac, Lamartine, Marcial, Terêncio, Alfieri, Voltaire, Plínio, Juvenal, César, Milton e inúmeros outros. A coleção parece de adolescente e não de homem maduro; era moda, em certa fase do Romantismo entre nós, colecionar epígrafes que traduzissem versatilidade e uma cultura já liberta de Portugal. Neste caderno, o futuro mestre de *Iracema* chega a registrar: «Tu quoque, mi Brutel!», o que é registrar o que toda gente até hoje sabe de cor!

PROJETO DE GRAMÁTICA

(em pasta separada dos Cadernos anteriores)

Começa por uma noção de prosódia, em que os sons elementares da língua são «designados com o nome de letras». Bastante perdoável para um não-especialista e que viveu naquela época, de pouca difusão de conhecimentos lingüísticos no Brasil e até fora dele. Fala sobre vogais, consoantes, sílabas. Classifica as palavras em monossílabas, dissílabas, trissílabas, polissílabas. Entra, depois, no estudo da *etimologia*, que para Alencar tem a seguinte noção: «As palavras servem: — 1º Para designar os objectos — 2º — Para indicar as relações dos objectos — 3º — Para ordenar o discurso.» O mais impressionante que deparamos foi a distinção que estabelece Alencar entre as três classes, distinção que semelha certas afirmações lingüísticas modernas, de um Meillet por exemplo. O primeiro grupo, em que está o nome, compreende palavras que «tem character passivo, porque designão o objecto em estado de repouso». O segundo grupo compreende palavras que «são activas porque exprimem uma acção.» Esse segundo grupo, lembremos, inclui para o Cearense o verbo, o advérbio. Tanto basta para celebrarmos sua intuição. Sua *etimologia* parece ser, de fato, de fundo morfológico-semântico; não discutamos o rótulo, nem a base que pudesse haver, na época, para tal nomenclatura. O fato é que, antes de Saussure, e Alencar tem de ser entendido nesse

contexto histórico, a Filologia e a Lingüística eram eminentemente diacrônicas: o mestre de Genebra ainda não propusera o «eixo das simultaneidades» e isto condiciona o juízo crítico que possamos fazer de Alencar, em torno de sua Gramática inacabada.

Segue-se o estudo da Sintaxe, que freqüentemente se deixa permear pela Morfologia, como num mundo sem fronteiras, ante-vendo, por pura intuição genial, a conquista moderna, que em parte se deve também a Saussure. Quando este diz que a declinação, em si, de *phylax*, 3ª declinação grega, só deixa de ser pura abstração, na frase, donde a interpenetração de Morfologia-Sintaxe, necessária para a funcionalidade da concepção lingüística.

Sem metodologia, num simples rascunho inacabado, em que há numerosas impropriedades, o autor de *Ubirajara* tenta. E é tentando que se descobre, se abre caminho para os pósteros, e se adivinha imperfeitamente o futuro.

O SONHO

OS VELHOS MARINHEIROS, NO ROTEIRO DE JORGE AMADO

Há obras que nada significam na evolução de um autor; apenas repetem, com um matizamento novo, afirmações literárias já expressas. Outras há, que marcam uma espécie de guinada, como se iniciassem um novo roteiro, e são aquilo que se chama de 'Work in progress'. Senão uma guinada, pelo menos uma etapa de aperfeiçoamento estilístico, de apuramento técnico e estético. Com a segunda caracterização se situa, no volumoso conjunto de obra de Jorge Amado, a série de duas novelas, intitulada *Os Velhos Marinheiros*.

Quanto ao desengajamento, é de notar que *Gabriela, cravo e canela* já representara um marco importante, para quem se comprazia no romance político ou pseudopolítico, cheio de 'parti-pris', mas que era sobretudo aquele em que o político não conseguia sobrelevar ao picaresco, ao típico e ao mágico do ambiente baiano. Porém o fato é que *Gabriela*, esteticamente, ainda tem muito de obra compósita, na sua frouxa, embora insinuante, urdidura literária, em torno de dois planos — o do amor e o político, este habilmente colocado, sem os preconceitos ideológicos das obras anteriores.

Já *Os Velhos Marinheiros* representam a primeira obra que, se não foi artisticamente perfeita, no mínimo acrescentou ao seu autor uma outra dimensão afora a do mero escritor popular em convívio com sua gente. Não que as novelas — duas, excepcionais —, de que se compõe o livro, percam como frutos de um contador

de estórias, como Jorge Amado tem sabido ser sempre até hoje, e a sua última produção, *Teresa Batista, cansada de guerra*, não o desmente em absoluto. Mas é que o próprio popular, gênero despretensioso, — muitas vezes «divertissement» —, que faz o grande ficcionista baiano ter aptidão mais natural para a novela que para o romance, pode ser realizado em níveis diversos. À medida que seu trabalho se depura desde o primarismo de *Pais do Carnaval*, Jorge Amado vai sentindo mais de perto a necessidade de uma coesão interna em sua obra, de um mais nítido trabalho de artesanato, eliminando-se excrescências e depurando-se o estilo, numa lição indelével de que o oralismo puro, em Literatura, é uma quimera, e a melhor linhagem de um Manuel Antônio de Almeida, de um Joaquim Manuel de Macedo e, modernamente, de um José Lins do Rego, sempre paga algum tributo ou aos excessos de improvisação ou à necessidade sentida, de modo crescente, ao longo de toda uma experiência literária, de permear alguma correção ou dose de equilíbrio estético às fontes mais genuinamente populares em seu frescor. Dessa necessidade pode resultar, é fato, certa inautenticidade, mas o apelo ao artístico é inexorável no artista.

Esse apelo foi ouvido, mais que em qualquer obra anterior (praticamente nunca em qualquer obra anterior) em *Os Velhos Marinheiros*.

1. O naturalismo, o realismo cru de outros livros já está completamente diluído aqui; excrescentes — mais raramente aparecem certas cenas sexuais imaginosas, como o cerco da cadela por vários cachorros, em meio da rua, quando o Ita de Moscoso chega ao Recife. Mesmo assim, a cena compensa pelo «divertimento» gratuito e barato, não chegando a ser chocante, embora dispensável. Estamos longe, com efeito, do tempo em que Jorge Amado utilizava páginas para descrever o estupro de uma negrinha, como o faz em *Capitães de Areia*. Aqui, em *Os V. M.*, também ocorre o rapto de Dorothy, para o comerciante Vasco Moscoso de Aragão, pelos seus amigos, e que é uma oportunidade de surpreender mulheres e homens na cama, com o desembargador de ceroulas, etc. etc. O próprio narrador é surpreendido na cama com a amante do Meretíssimo. Mas o escabroso de outros livros desaparece, em favor de entrecos mais sadiamente populares.

2. A depuração estilística é bem maior; concilia-se melhor o popular, o coloquial, com o literário. A acusação de Álvaro Lins — «carência de estilo, com as frases formadas monotonamente, sempre com o mesmo ritmo, com a vulgaridade das expressões a indicar que o autor não encontrou ainda uma forma para revelar os seus pensamentos e sentimentos», «aquelas mesmas insuficiências de escritor» — tudo isso não poderá ser facilmente aqui

argüido, apesar do aspecto francamente descuidado da revisão. Com efeito, lendo J. A., é preciso refletir que, se o Modernismo procurou diminuir ou eliminar o abismo entre a língua literária e a língua popular, proporcionou certos abusos de suposta identificação, que na realidade não passavam de malversação do material estético em termos formais, de descuido, inacabamento ou, por que não dizer, relaxamento, como se o escritor não importasse ao ficcionista. Esse processo de depuração já começa a sentir-se em *Gabriela, cravo e canela*.

3. O «magismo sentimental» em torno da Bahia (a cidade e o mar) aqui volta a operar. O mar é uma entidade superior; atrai Quincas Berro d'Água para a sua verdadeira morte, bem como salva o Capitão-de-longo-curso da desonra e da humilhação, revoltando-se na tempestade fantástica que desamarra todos os navios, menos o Ita. O subúrbio de Periperi aparece em sua paralisia e modorra de aposentados, sacudida pela presença aventureira do Comandante. A rampa do Mercado é o ambiente da decadência ou da liberdade de Quincas, onde ele era o filósofo esfarrapado, cercado dos amigos Curió, Negro Pastinha, Cabo Martim, Pé-de-Vento. Felizmente, o mar e a cidade não precisam justificar comportamentos; não se pode falar num ambiente puramente mágico imobilizado, a cidade e o mar desligados dos homens e suas ações. Porque estes homens — o Quincas e o Capitão-de-longo-curso — prescindem dessa adequação ao meio ou de uma justificação, por ele, de suas maneiras de agir e sentir. São personagens em trânsito para o sonho, e este é de todas as partes do mundo, independentemente do cenário escolhido. Não é Periperi que gera o sonho do Comandante, apesar de Periperi — com seus velhos aposentados — ter facilidade e tendência a acreditar, compensatoriamente, no sonho marítimo de Vasco Moscoso de Aragão. Não é a Bahia bem posta, burocrática, tradicionalista, que incentiva, num nexo de causalidade, a fuga do Quincas, o qual deixa de ser o morigerado Joaquim. Também não é a Bahia das festas em Palácio, das farras, com os quatro amigos inseparáveis de Aragãozinho — que lhe instilará n'alma o sonho de um título. O ambiente e a ação real acabam confundindo-se com o desenvolvimento do sonho, pois o mundo interior tem um estranho poder de «transformosear» oniricamente o exterior. E é o mundo interior de Quincas e Vasco que recria os ambientes. Às vezes os caracteres (objetivos e subjetivos) da realidade estão lado a lado:

[À chegada do Comandante] «Altos [os rochedos] não eram, escarpados tampouco, rampa suave por onde nos dias de verão crianças subiam e desciam [...] Mas havia tal dignidade no porte do Comandante que todos compreenderam as dificuldades da

empresa, como se de súbito os modestos rochedos se houvessem transformado em abrupta muralha de pedras» [...].

«a cabeleira ao vento (aquela suave e permanente brisa de Periperi)» [...].

«Durou apenas um momento aquela imobilidade mas foi um longo momento, quase eterno, fixando a imagem na memória dos vizinhos. Depois estendeu num gesto longo o braço curto e pronunciou:

«— Aqui estamos, oceano, novamente juntos.»

(Pp. 76-77 — *Os Velhos Marinheiros, duas histórias do cais da Bahia*, S. Paulo, Martins, 1970, 26ª edição.)

O magismo sentimental tem uma nova dimensão, o sonho.

4. Espírito de documentário não há. O autor, entretanto, busca a verdade, zombeteiramente. Como se a verdade pudesse ser extraída de testemunhos, tantas vezes duvidosos. A frase derradeira de Quincas, «Cada qual cuide de seu enterro, impossível não há», foi assim pronunciada segundo Quitéria, que estava ao seu lado. Mas o autor observa que há versões variadas quanto a essa frase; e cita a versão de um trovador do Mercado. Em 'A Completa Verdade sobre as discutidas aventuras do Comandante Vasco Moscoso de Aragão, Capitão de Longo Curso', o próprio título já sugere uma aparente pesquisa integral. Apesar de que uma epígrafe diz: «Mas, dele mesmo, não sabem /e nem nunca saberão,/ pois ele nunca viveu, /não era sim, era não/». E o narrador dispõe-se a retirar a verdade do fundo de um poço: pelo testemunho do próprio Vasco e pelo testemunho de Chico Pacheco. Mas a verdade não é o documento, a verdade é o sonho que prolonga a vida, como se dela fosse o documento. Zombar do documento em si, mostrar a sua precariedade, suas contradições, a falibilidade da prova testemunhal — seria toda uma lição à sociedade e suas limitações, seus conceitos. Felizmente a ficção transborda, indo além do documental no JA de *Os V. M.* E a busca de uma gostosa verdade testemunhal existirá ainda em *Teresa Batista, cansada de guerra*, última obra do ficcionista baiano.

As limitações de uma literatura eminentemente documental (*País do Carnaval, Cacau, Suor*), mais recentemente tentada em *Os Subterrâneos da Liberdade*, apesar do sucesso de *Terras do Sem Fim* e *S. Jorge dos Ilhéus* — o que em parte se deve à injeção de um espírito novo, não-documental, que é antídoto da primeira característica, com a qual se funde e dilui — é que vão gerar a conscientização necessária, com a experiência que ensejaram, à grande ultrapassagem de *Os V. M.* E é verdade que *Gabriela, cravo e canela*, um pouco antes, com toda a área de costumes

que cobre, representa, antes, uma idealização da vivência objetiva regional, com forte dose de concessão ao magismo sentimental baiano.

5. O primado do humano sobre o social, a suplantação da motivação política — são outra tônica do livro em análise. Costumes sim; sobretudo na 2ª novela, o Autor pretende apresentar «substancioso quadro dos costumes e da vida da cidade de Salvador nos começos do século». E tipos sociais, como principalmente os quatro companheiros de Quincas (1ª novela), ou os quatro companheiros de Vasco (2ª novela) — a marcar uma representação da plebe e da burguesia respectivamente — tudo mostra que a literatura de ficção tem que extrair da sociedade o seu compromisso, a sua motivação, a sua razão de ser. Sociedade, entretanto, sem «parti-pris» político; sem compromisso partidário. E o realismo com que essa sociedade seria representada, fica descontado, apenas, pelo sonho em que vivem certas personagens, pela magia da cidade e até, *intimamente*, pela tendência alegre que perpassa o livro, subordinando-o necessariamente a essa atmosfera.

Vale o Homem, com seus devaneios, pesadelos e sonhos. E assim JA aproxima-se do espírito com que Aníbal Machado escreveu *A Morte da Porta-Estandarte e outras histórias* — a visão onírica da realidade.

6. A simetria psicológica de tantos livros de JA — personagens bons e maus — não pode aqui ser posta em xeque. Primeiro porque desapareceu o 'parti-pris' político; entre participar politicamente, partidariamente, e manifestar simpatia pelo mundo baiano, o Autor optou definitivamente pela segunda hipótese, não servindo mais a nenhuma idéia que se choque com o «magismo sentimental»; não há mais, portanto, por que uns sejam maus por não servirem à *idéia*. Todos praticamente são bons ou, pelos menos, compreensíveis, simpáticos, neste mundo de pícaros, mundo aventureco; os defeitos são fáceis de entender, como os da «burocrática» família do Quincas, ou os de Chico Pacheco, ou os do Meretíssimo Juiz... Por outro lado, o «magismo sentimental», não chegando ao excesso comprometedor de outras obras, não desfigura nenhum personagem... e o Mar é apenas o Destino revelador.

7. E quais os pontos que aproximam ou extremam JA do Aníbal Machado de *A Morte da Porta-Estandarte e outras histórias*, no paralelo para que já acenamos?

A) O uso de símbolos, que distingue o A. Machado de *A Morte da P.-E. e outras histórias*, também é comum ao JA de *Os V. M.* Porém de forma menos diversificada. Se no primeiro

temos o piano humanizado ou o telegrama perenemente adiado de Ataxerxes, — no segundo temos o mar, como grande símbolo do Destino, a confirmar ou consubstanciar o sonho. Um mar que que atrai e tem vida própria, — tanta como a do piano —, o suficiente para libertar o Quincas, dando-lhe o verdadeiro túmulo, o túmulo de seu sonho. E mais ainda na 2ª novela, quando o mar toma partido entre as opiniões dos homens, e esse partido é o do sonho ... E, por isso, não faltam Vasco da Gama e Colombo, também velhos marinheiros e sonhadores. Pergunta o Autor: «Como se elevou o homem em sua caminhada pelo mundo: através do dia-a-dia de miséria e futricas, ou pelo livre sonho, sem fronteiras nem limitações? Quem levou Vasco da Gama e Colombo ao convés das caravelas?»

B) Tanto A. M. como JA, estabelecendo as relações da linguagem com a ficção, não hipertrofiam a primeira. Neles a linguagem serve à ficção, e não o contrário. A linguagem em ambos é convencional, no sentido de que não cede à criatividade imaginosa, e, por isso, sua comunicabilidade é surpreendente. O senso do diálogo, de 'O Piano' por ex., é não menos forte em JA. O que distingue em geral o estilo de JA do de A. M. é que este último tem o dom de conciliar o artístico, o artesanal, com a expressão popular. Em que pese à grande melhoria, no sentido de depuração estilística, de *Os V. M.*, seu nível de composição estética, no sentido de manejo expressivo da língua, fica aquém do atingido em *A Morte da P.-E. e outras histórias*.

C) Também a metamorfose onírica da natureza, que apontamos em *Periperi* (2ª novela), comparece em A. M., — por ex. na 'Viagem aos seios de Duília'. É também uma espécie de «transformosear» do real:

«As colinas se transformavam em seios de Duília. Espantava-se da metamorfose, mas se comprazia na evocação.»

«Só lhe fazia bem desentranhar o passado. Dias e noites o evocava com a cumplicidade da paisagem. E no fundo da contemplação insistiam os dois focos luminosos. Ora se acendendo, ora se apagando.»

(Anibal Machado, *A Morte da Porta-estandarte e outras histórias*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1965 — págs. 42-43.)

D) Seguindo a linha de pensamento de Adonias Filho sobre A. M., estenderíamos os conceitos do crítico ao livro de JA que vimos analisando. Com efeito, em ambos os livros confrontados — *Os V. M.* e *A Morte da Porta-Estandarte e outras histórias* — para atingir o clímax do espetáculo, a criatura não crê em sua rotina; transfigura seus problemas de tal modo, que a metamorfose

kafkiana ocupa a cena. Nessa atmosfera muito própria e muito íntima, assim criada, a criatura derrota o mundo; a personagem, como se vê, altera o espetáculo.³

Em última análise, trata-se do grande poder de criação do romancista baiano. Suas criaturas não só se emancipam do cordão umbilical que a ele as prendia, mas ainda, dotadas de *élan* vital, passam a agir de maneira «sui-generis», como se, no palco da vida, fossem manipuladoras de si mesmas, seus próprios contra-regras, com toda a surpresa o enlevo que daí possa derivar.

3. Cf. Adonias Filho, *Modernos Ficcionalistas Brasileiros*, 2ª Série. Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro, 1965. Pp. 47-52.

Impresso pela

GRÁFICA EDITORA DO LIVRO LTDA., no ano de 1973

Rio de Janeiro, GB